

MENSAGEM Nº 1.586

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor até JPY 80.114.895.584,00 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro ienes japoneses), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos são destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 6 de dezembro de 2024.

Brasília, 5 de Dezembro de 2024

Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até JPY 80.114.895.584,00, cujos recursos são destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável", limitado ao valor para a amortização do principal de dívidas do Estado do Ceará.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o Mutuário recebeu classificação "A" quanto à capacidade de pagamento.

A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais de efetividade, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Ente em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Haddad



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1797/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor até JPY 80.114.895.584,00 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro ienes japoneses), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos são destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável".

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/12/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6285650** e o código CRC **6859089D** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

DOCUMENTOS PARA O SENADO

Estado do Ceará/CE

**X
BIRD**



Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará -
Ceará Sustentável

PROCESSO SEI/ME Nº 17944.000628/2024-33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta Fiscal, Financeira e Societária
Coordenação-Geral de Operações Financeiras

PARECER SEI Nº 4367/2024/MF

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos artigos 23 e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – LAI.

Operação de crédito externo a ser contratada entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até JPY 80.114.895.584,00, limitado ao valor para a amortização do principal de dívidas do Estado do Ceará.

Recursos destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável.

Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, incisos V e VII; Decreto-lei nº 1.312, de 1974; Decreto-lei nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.000628/2024-33

I

1. Sob análise desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN proposta de contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer das minutas contratuais que antecede a análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Estado do Ceará;

MUTUANTE: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até JPY 80.114.895.584,00 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro Ienes Japoneses), de principal;

FINALIDADE: Recursos destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável.

2. Preliminarmente, cumpre-nos informar que a presente manifestação restringe-se às questões estritamente jurídicas, nos termos do art. 11, incisos V e VI, alínea "a", combinado com o art. 13 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e do Enunciado de Boa Prática Consultiva CGU/AGU nº 07, de modo que não alcança aspectos de natureza técnica e os ligados à conveniência e oportunidade dos gestores, partindo-se da premissa, em relação aos aspectos de natureza técnica, de que foram analisados adequadamente pelo(s) agente(s) público(s) competente(s).

3. Do ponto de vista jurídico, importa observar que as formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP), como se acham em vigor; na Portaria Normativa MF nº 500 de 2 de junho de 2023; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

II

Análise da STN

4. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF emitiu o Parecer SEI nº 4291/2024/MF, aprovado em 03/12/2024 (SEI nº 46703746). No referido Parecer constam (a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; (b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e (c) as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

5. No tocante à verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União, em conformidade com o parágrafo 6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal ("LRF") e Portaria Normativa MF nº 500, de 02/06/2023, estabeleceu a STN o prazo de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir de **29/11/2024**, para validade da análise daquela Secretaria (limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União).

6. Segundo informa a STN, o Chefe do Poder Executivo do Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM (Portaria STN nº 9/2017), assinado pelo Chefe do Poder Executivo em 13/11/2024 (SEI 46592030), ressaltando-se a apresentação dos seguintes documentos: Lei municipais nº 18.264, de 15/12/2022, nº 18.692, de 15/02/2024 e nº 18.820, de 29/05/2024 que autorizam a operação (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677, respectivamente); (b) Parecer técnico-jurídico (SEI 46592444); (c) Parecer do Órgão Técnico (SEI 46592455); (d) Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 46592487); (e) Declaração de cumprimento do art. 48 da LRF em 2023 (SEI 46592605); e (f) Quadro de Despesas com Pessoal (SEI 43536915, SEI 46699837).

7. O mencionado Parecer SEI nº 4291/2024/MF (SEI nº 46703746) concluiu no seguinte sentido:

"IV. Conclusão

65. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

66. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

67. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 48/2007, entende-se que o ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União:

68. Considerando o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 02/06/2023, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir de 29/11/2024, uma vez que operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas são excepcionadas dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, conforme disposto no art. 7º § 7º da mesma Resolução.

69. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

Aprovação do projeto pela COFLEX

8. Foi autorizada a preparação do Projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, por meio da Resolução COFLEX nº 57, de 25/10/2022 alterada pela Resolução COFLEX nº 1, de 08/02/2024 (SEI 40344650).

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

9. A Lei Estadual nº 18.264, de 15/12/2022, alterada pela Lei Estadual nº 18.692, de 15/02/2024, e pela Lei Estadual nº 18.820, de 29/05/2024 (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677), autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, I, *a* e II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

10. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM/STN, mediante o Ofício SEI nº 71988/2024/MF, de 27/11/2024 (SEI 46694563, fls. 17/19), as contragarantias oferecidas pelo ente foram consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

11. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente deverá assinar contrato de contragarantia com a União previamente à concessão da garantia.

Situação de adimplência do Ente e regularidade em relação ao pagamento de precatórios

12. A situação de adimplência do Ente, bem como a regularidade em relação ao pagamento de precatórios, deverão estar comprovadas por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determinam o art. 25, IV, *a*, c/c o art. 40, §2º, ambos da LRF, o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2001, bem como a Portaria Normativa nº 500, de 2 de junho de 2023.

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Mutuário

13. Para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, a Procuradoria-Geral do Estado emitiu o Parecer 002/2024-GAB/PGE, de 05/11/2024 (SEI 46595945), onde o Sr. Procurador-Geral concluiu pela legalidade e viabilidade do contrato de empréstimo a ser celebrado com o Mutuante.

Cumprimento substancial das condições de especiais de efetividade

14. Com relação a este item, a STN afirmou que:

"48. As condições de efetividade do referido contrato estão discriminadas no Artigo IX das Condições Gerais (SEI 40363439, fls. 28/29) e no Artigo V do Contrato de Empréstimo (SEI 40361694, fl. 10). O Estado terá um prazo de 120 dias a partir da assinatura do contrato para cumprir as condições de efetividade, conforme Cláusula 5.02 do Contrato de Empréstimo (SEI 40361694, fl. 10).

49. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições de efetividade por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso."

15. Cumpre registrar, aqui, que as condições de desembolso passíveis de cumprimento e, portanto, exigíveis antes da assinatura do contrato de garantia em questão, são apenas as condições **especiais** de efetividade, conforme estipuladas na Cláusula 5.01 das Disposições Especiais do contrato de empréstimo externo (SEI 40361694, fl. 10).

16. Foi juntada ao processo a tradução das minutas, conforme consta no Doc SEI nº 46812554.

Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF/RDE)

17. A STN informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo - SCE-Crédito (antigo ROF/RDE) sob o código TB146970 (SEI 46632164).

III

18. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, organismo internacional do qual o País faz parte, e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas por esse organismo, conforme consta das Minutas do Contrato de Empréstimo, das Normas Gerais e do Contrato de Garantia (Doc SEI nº 40361694 e nº 40363439).

19. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

20. O mutuário é o Estado do Ceará - CE, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

21. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V, da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições especiais de efetividade; (b) seja verificado o cumprimento do disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 02/06/2023 (adimplência do Ente); e (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Mutuário e a União.

É o parecer.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

FABIANI FADEL BORIN

Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

FABIOLA INEZ GUEDES DE CASTRO SALDANHA

Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União

De acordo. Encaminhe-se ao exame do Sr. Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ HENRIQUE VASCONCELOS ALCOFORADO

Procurador-Geral Adjunto Fiscal, Financeiro e Societário

Aprovo o Parecer. Retorne o processo ao Apoio/COF para encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda, por meio da Secretaria Executiva deste Ministério.

Documento assinado eletronicamente

FABRÍCIO DA SOLLER

Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Fabiola Inez Guedes de Castro Saldanha, Coordenador(a)-Geral**, em 03/12/2024, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiani Fadel Borin, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 03/12/2024, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Vasconcelos Alcoforado, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 04/12/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício da Soller, Subprocurador(a)-Geral**, em 04/12/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46802294** e o código CRC **4F693916**.



PARECER SEI Nº 4291/2024/MF

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos artigos 23 e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até JPY 80.114.895.584,00, limitado ao valor para a amortização do principal de dívidas do Estado do Ceará.

Recursos destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO.

Processo SEI nº 17944.000628/2024-33

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer de análise da solicitação efetuada pelo Estado do Ceará para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito externa com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD destinado à reestruturação de dívidas do Estado do Ceará (Quadro das operações a serem reestruturadas abaixo) e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (RSF nº 43/2001) e da Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (RSF nº 48/2007), com as características numeradas do item **a.** até item **o.** (SEI 46592030):

Quadro das operações a serem reestruturadas (SEI 46592455)

Instituição	Destinação	Nº Processo SEI
Banco do Brasil S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.000604/2017-55
Banco do Brasil S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.104009/2019-50
Banco Itaú Unibanco S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.104009/2019-50
Banco Santander (Brasil) S.A.	amortização da dívida pública estadual	17944.104009/2019-50
Banco do Brasil S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.101569/2020-96
Banco do Brasil S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.100952/2021-16

Banco do Brasil S/A	amortização da dívida pública estadual	17944.102880/2023-03
---------------------	--	----------------------

- a. **Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.
- b. **Valor da operação:** JPY 80.114.895.584,00 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro Ienes Japoneses).
- c. **Valor da contrapartida:** não há.
- d. **Destinação dos recursos:** Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável.
- e. **Juros:** TONA (*Tokyo Overnight Average Rate*) acrescida de spread variável divulgado periodicamente pelo BIRD.
- f. **Atualização monetária:** Variação cambial.
- g. **Liberações previstas:** JPY 80.114.895.584,00 em 2024.
- h. **Aportes estimados de contrapartida:** não há.
- i. **Prazo total:** até 240 (duzentos e quarenta) meses.
- j. **Prazo de carência:** A carência definida na minuta contratual é de zero meses a partir da data de aprovação pelo Board.
- k. **Prazo de amortização:** 240 meses.
- l. **Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações:** Semestral.
- m. **Sistema de Amortização:** Sistema de Amortização Constante.
- n. **Lei autorizadora:** Lei nº 18.264, de 15/12/2022, Lei nº 18.692, de 15/02/2024 e Lei nº 18.820, de 29/05/2024 (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677).
- o. **Demais encargos e comissões:** Comissão de abertura (*front-end fee*) de 0,25% aplicado sobre o montante do empréstimo; Comissão de compromisso de 0,25% a.a. aplicado sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; Juros de mora: acréscimo de 0,5% à taxa de juros em caso de mora.

2. Cabe destacar que, ainda que conste das Condições Gerais vigentes para o contrato em apreço, a Sobretaxa de Exposição do Banco ao país (*Exposure Surcharge*) foi extinta e não se aplicará a nenhum contrato de operação de crédito a partir de 09/04/2024, esteja ele negociado, assinado ou em fase de preparação, conforme notificação emitida pelo BIRD em 11/07/2024 (SEI 44376681).

3. Destaca-se, ainda, que a operação não possui contrapartida do mutuário, o que é permitido pela Resolução COFLEX nº 3, de 29/05/2019 (SEI 40421246), dadas as características do empréstimo em questão (DPF e reestruturação de dívida).

4. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria STN 1.349, de 08/04/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado pelo ente no SADIPEM, assinado em 13/11/2024 (SEI 46592030) pelo chefe do Poder Executivo. Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM:

- a. Leis Autorizadoras (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677);
- b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 46592444);
- c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 46592455);
- d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado (SEI 46592487);
- e. Declaração de cumprimento do art. 48 da LRF e remessa ao Tribunal de Contas (SEI 46592605);
- f. Quadro de Despesas com Pessoal (SEI 43536915, SEI 46699837)

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

5. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 46592455), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A

propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/06/2013 (41026121, fls. 01/02), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

6. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 46592444) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 46592030), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 19/2011, que, entre outras, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

7. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 41032692, fl. 03)	4.350.217.876,14
“Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)”	0,00
“Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte” (SEI 46592030, fl.18)	50.339.905,75
“Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas”	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	4.299.877.970,39
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 41032692, fl. 02)	1.319.241.942,17
Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	1.319.241.942,17

b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 46737853, fl. 03)	6.899.737.841,64
“Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)”	0,00
“Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte” (SEI 46592030, fl.18)	10.000.000,00
“Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas”	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	6.889.737.841,64
Liberações de crédito já programadas (SEI 46592030, fl. 30)	2.302.512.961,81
Liberação da operação pleiteada (SEI 46592030, fl. 30)	3.104.452.203,88
Liberações ajustadas	5.406.965.165,69

Tabela extraída do doc. SEI 46739428, fls. 32/33

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2024	3.104.452.203,88	2.302.512.961,81	36.024.640.643,91	15,01	93,81

2025	0,00	2.215.000.209,95	36.392.373.246,98	6,09	38,04
2026	0,00	1.156.646.088,98	36.763.859.593,74	3,15	19,66
2027	0,00	341.464.538,79	37.139.138.001,68	0,92	5,75
2028	0,00	44.833.475,60	37.518.247.179,43	0,12	0,75
2029	0,00	4.362.296,03	37.901.226.230,76	0,01	0,07

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,020780767% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

Tabela extraída doc. SEI 46739428, fls.33/34

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2024	94.497.948,98	3.087.112.953,36	36.024.640.643,91	8,83
2025	182.144.765,13	3.253.996.531,98	36.392.373.246,98	9,44
2026	185.492.083,02	3.170.975.572,07	36.763.859.593,74	9,13
2027	187.478.413,21	3.012.923.232,52	37.139.138.001,68	8,62
2028	189.730.188,11	2.766.949.842,40	37.518.247.179,43	7,88
2029	191.558.711,10	2.497.053.260,31	37.901.226.230,76	7,09
2030	193.348.933,97	2.153.816.602,67	38.288.114.658,58	6,13
2031	193.356.432,29	1.956.818.864,84	38.678.952.369,06	5,56
2032	192.505.037,71	1.771.559.815,48	39.073.779.675,72	5,03
2033	191.429.907,76	1.619.507.129,95	39.472.637.303,59	4,59
2034	189.943.445,68	1.378.646.556,56	39.875.566.393,41	3,93
2035	187.697.442,08	1.198.358.627,98	40.282.608.505,89	3,44
2036	185.800.991,59	1.119.253.805,39	40.693.805.625,96	3,21
2037	183.473.518,02	1.045.915.071,01	41.109.200.167,15	2,99
2038	180.716.516,32	1.002.070.129,40	41.528.834.975,93	2,85
2039	177.533.022,20	849.592.884,41	41.952.753.336,12	2,45
2040	174.014.430,20	812.968.288,34	42.380.998.973,40	2,33
2041	170.135.503,47	720.165.527,31	42.813.616.059,79	2,08
2042	166.151.101,14	653.312.460,58	43.250.649.218,18	1,89
2043	162.144.731,43	515.331.085,16	43.692.143.527,00	1,55
Média até 2027				9,01
Percentual do Limite de Endividamento até 2027				78,31
Média até o término da operação				4,95
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação				43,05

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,020780767% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

Tabela extraída doc. SEI 46739428, fls.34/35

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	35.343.042.021,32
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	8.746.744.369,42
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	6.064.819.571,15
Valor da operação pleiteada	3.104.452.203,88

Saldo total da dívida líquida	17.916.016.144,45
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,51
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	25,35%

8. Salienta-se que a projeção da RCL constante das alíneas “c” e “d” do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 5º Bimestre de 2024), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI (SEI 46737853). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea “e” do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 2º Quadrimestre de 2024), homologado no SICONFI (SEI 46597677).

9. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item “d” foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 4,95%, relativo ao período de 2024/2043.

10. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o ente da federação atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 2: **Enquadrado**.

11. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

12. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 46592487) atestou o cumprimento pelo ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2022), ao exercício não analisado (2023) e ao exercício em curso (2024). Quanto ao cumprimento do art. 55, § 2º no 1º e no 2º quadrimestres dos exercícios de 2022 e 2023, bem como no 1º quadrimestre de 2024, tendo em vista a ausência de menção ao citado dispositivo para os poderes Legislativo e Judiciário e para o Ministério Público na referida Certidão, verificou-se o referido cumprimento por meio do histórico do Siconfi de cada um desses Poderes/órgãos (SEI 46716511).

13. No que tange ao limite disposto no caput do art. 167-A da Constituição Federal, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 46592487), atualizada até o último RREO exigível, atesta o cumprimento do referido limite pelo ente.

14. Quanto ao atendimento dos arts. 48, 51, 52 e 55 da LRF, verificou-se junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 46632136), atualizado pelo SICONFI nos termos da Portaria STN nº 642, de 20/09/2019, que o ente homologou as informações e encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União. Adicionalmente, também houve consulta ao histórico do SICONFI (SEI 46632127). A verificação do atendimento do item 3.2.4 do CAUC (Encaminhamento do Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO ao SIOPS), momentaneamente desabilitado, foi realizada por meio da certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 46592487), que atestou até o último RREO Exigível o cumprimento do art. 52 da LRF, que trata da publicação do mencionado Relatório, conforme Portaria STN/MF nº 1536, de 25/09/2024.

15. Em relação ao cumprimento dos incisos II e III do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, foi encaminhada declaração de cumprimento do chefe do Poder Executivo (SEI 46592605), bem como comprovante de remessa para o Tribunal de Contas competente (SEI 46592605). Ainda, foi realizada consulta de regularidade na Plataforma

Transferegov (SEI 46632141), conforme disposto pelo art. 29, incisos XV e XVI da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30/08/2023

16. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN 1.350/2022, o ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001, mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 41033512, SEI 46632118).

17. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço *sahem.tesouro.gov.br* (SEI 46632144)

18. Também em consulta ao SAHEM (SEI 46632144), verificou-se que o ente consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI). Em decorrência disso, consultou-se o Relatório de Espaço Fiscal (SEI 46632147), em que se verificou que a operação não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

19. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, e considerando a nova redação do § 3º do art. 23 daquela Lei, dada pela Lei Complementar nº 178/2021, sobre a qual a PGFN manifestou-se no PARECER SEI Nº 4541/2021/ME (41026121, fls. 20/26) destaca-se que, na presente análise, o limite referente às mencionadas despesas do Poder Executivo foi considerado como atendido até o último quadrimestre para o qual é exigível a publicação do RGF, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 46592487), no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo contido no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) mais recente homologado no SICONFI (SEI 46597677) e nos Quadros de Despesa com Pessoal enviados pelo ente (SEI 43536915, SEI 46699837).

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

20. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e

b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

21. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, “c”, e 11, parágrafo único, “j” e “l”, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste parecer.

RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX

22. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Resolução COFIEIX nº 1, de 08/02/2024 (SEI 40344650), que alterou a Resolução COFIEIX nº 57, de 25/10/2022, autorizou a preparação do programa no valor de até JPY 80.114.895.584,34, provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, sem contrapartida do ente.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

23. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que até a presente data o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado na seção “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

24. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 2º quadrimestre de 2024 (SEI 46597677), que o ente

não possui valores contratados em operações dessa natureza.

RESTOS A PAGAR

25. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, § 2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme exarado no Parecer SEI Nº 323/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MFPGFN/COF, de 09/11/2018 (41026121, fls. 12/19), tem o seguinte entendimento:

“16. [...] o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não fixa nenhum limite de inscrição de Restos a Pagar e, consequentemente, não pode fundamentar a negação de concessão de garantia pela União por descumprimento da alínea “c” do inciso II do art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e nem tampouco pela alínea “e” do mesmo dispositivo da citada resolução do Senado Federal ou do inciso IV do § 1º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e (2) [...] o mesmo art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se presta como exigência para a concessão de garantia pela União.

17. Finalmente, sugiro a revogação parcial do Parecer PGFN/COF/Nº 468/2008, especificamente dos seus itens 10 e 15.”

26. Assim, tendo em vista o posicionamento jurídico, não cabe verificação de tal requisito para fins de emissão do presente parecer.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

27. A Declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM (SEI 46592030), informa que a operação em questão está inserida no atual Plano Plurianual (PPA) do ente. A declaração citada informa ainda que constam da Lei Orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício em curso, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

28. De acordo com a Lei Autorizadora nº 18.264, de 15/12/2022, alterada pela Lei nº 18.692, de 15/02/2024, e pela Lei nº 18.820, de 29/05/2024 (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677), “Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, as cotas da Repartição das Receitas Tributárias estabelecidas no art.157, incisos I e II, e no art. 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III, nos termos do art.167, § 4.º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.”.

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E COM EDUCAÇÃO

29. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão (SEI 46592487), atestou para os exercícios de 2022 e 2023 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, atestou para o exercício de 2023 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

30. O Tribunal de Contas competente, conforme Certidão (SEI 46592487), atestou para os exercícios de 2022 a 2024 o pleno exercício da competência tributária pelo ente (art. 11 da LRF).

DESPESAS COM PESSOAL

31. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal, conforme análise já realizada na seção “**II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO**”.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

32. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

33. A esse respeito, o ente declara no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo que firmou contrato na modalidade de PPP e que as referidas despesas situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei 11.079/2004 (SEI 46592030), o que corrobora a informação constante do RREO exigível mais recente que contém o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (SEI 46597522).

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

34. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do RGF da União relativo ao 2º

quadrimestre de 2024, demonstram que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 24,60% da RCL (SEI 46632100).

35. Em relação ao intralimite anual das garantias concedidas pela União de que trata o art. 9º-A da RSF nº 48, de 2007, informa-se que esta Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de consulta efetuada no Diário Oficial da União, na presente data (SEI 46632176), não observou a existência de publicação de deliberação do Senado Federal estabelecendo o intralimite para o presente exercício. Deste modo, sua verificação não é aplicável na presente data, tendo em vista o entendimento da PGFN, contido no Parecer SEI nº 4649/2023/MF, que indicou: *“juridicamente, enquanto não for aprovado o intralimite previsto no art. 9º-A, vigora tão-somente o limite estabelecido no art. 9º”*.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

36. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria Normativa MF nº 1.583/2023, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

37. Conforme consignado na Nota Técnica SEI nº 3502/2024/MF, de 13/11/2024 (SEI 46643695), a capacidade de pagamento do ente foi classificada em “A”. Essa classificação atendeu ao requisito previsto no artigo art. 13 da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 2023, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o artigo 14 da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 2023, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

38. Em cumprimento do art. 40, § 1º da LRF, art. 10, inciso III, da RSF Nº 48, e art. 13, inciso II, da Portaria Normativa MF nº 1.583/2023, foi realizada pela COAFI/STN/MF a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União. Conforme informação consignada no Ofício SEI nº 71988/2024/MF, de 27/11/2024 (SEI 46694563, fls. 17/19), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. A COAFI declarou também, no mesmo Ofício, não ter conhecimento de ações judiciais em vigor que obstem a execução de contragarantias contra o referido ente:

39. Complementarmente, constam do processo as consultas ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM) na presente data (SEI 46632144).

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS E FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

40. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 46592455), em conformidade com a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM (41026121, fls. 01/02), juntamente com os dados básicos e as abas “Dados Complementares” e “Cronograma Financeiro” preenchidas no PVL no SADIPEM (SEI 46592030), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MEFP 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

41. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o ente não possui pendências, conforme já mencionado na seção **“II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO”**.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

42. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, § 10, inc. IV, “a”, e no art. 104, parágrafo único, ambos do ADCT, destaca-se que a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CAPITAL ESTRANGEIRO DE CRÉDITO EXTERNO - SCE-CRÉDITO (ANTIGO ROF/RDE)

43. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo - SCE-Crédito (antigo ROF/RDE) sob o código TB146970 (SEI 46632164).

CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

44. Tendo em vista o disposto no § 4º do art. 11 da Portaria Normativa MF nº 1.583/2023, ficam dispensadas, da análise de custo efetivo máximo aceitável, as operações garantidas pela União cujos credores sejam organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras, o que se aplica ao presente caso. Ademais, conforme art. 2º, § 2º da Resolução nº 14, de 23/02/2024 (SEI 40344594), do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias (GE-CGR) da STN, também foi retirada a aplicação da vedação à concessão de garantia da União às operações cujos credores são organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras que não contem com cláusula contratual que vede expressamente a securitização.

HONRA DE AVAL

45. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 15 da Portaria Normativa MF nº 1.583/2023, foi realizada consulta ao Relatório de Bloqueio de Mutuários, emitido pela Gerência de Controle de Obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN), com posição no dia útil anterior ao da emissão deste Parecer (SEI 46632157), em que foi verificado não haver, em nome do ente, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas.

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

46. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as Minutas do Contrato de Empréstimo: contrato de empréstimo (SEI 40361694, fls. 07/19 e fls. 24/27), Condições Gerais (SEI 40363439), Contrato de Garantia (SEI 40361694, fls. 20/23).

III.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOUREIRO NACIONAL

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

47. No que tange às competências da STN e em relação às cláusulas que envolvem riscos e/ou impactos financeiros à União como garantidora da operação, destaca-se que as cláusulas contratuais das minutas refletem condições usualmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em contratos de operação de crédito externo, com garantia da União, de estatais não dependentes controladas por entes subnacionais, cujos credores sejam organismos multilaterais, nos termos a seguir:

Prazo e condições de efetividade

48. As condições de efetividade do referido contrato estão discriminadas no Artigo IX das Condições Gerais (SEI 40363439, fls. 28/29) e no Artigo V do Contrato de Empréstimo (SEI 40361694, fl. 10). O Estado terá um prazo de 120 dias a partir da assinatura do contrato para cumprir as condições de efetividade, conforme Cláusula 5.02 do Contrato de Empréstimo (SEI 40361694, fl. 10).

49. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições de efetividade por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

Vencimento antecipado da dívida e *cross default*

50. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BIRD terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não financeiras, conforme estabelecido na Seção 7.06 do Artigo VII das Condições Gerais (SEI 40363439, fls. 24/25).

51. Adicionalmente, a minuta do contrato prevê o *cross default* por razões financeiras com outros contratos do ente com o BIRD, conforme estabelecido no item (a) da seção 7.06 do Artigo VII das Condições Gerais (SEI 40363439, fl. 24).

52. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

53. A Seção 7.02 (d) do Artigo VII da minuta das Condições Gerais prevê o *cross suspension*, suspensão de desembolsos (SEI 40363439, fl. 21) da operação no caso de suspensão de desembolsos em outro contrato do mutuário com o BIRD ou com a IDA – *International Development Association*, instituição subsidiária do BIRD, que faz parte do *World Bank Group*. No entanto, por se tratar de causa de suspensão de desembolsos, e não de vencimento antecipado, não representa risco relevante ao Tesouro Nacional.

54. Cabe esclarecer, também, que a minuta contratual prevê, no artigo V das Condições Gerais (SEI 40363439, fls. 17/18), que o BIRD acompanhará periodicamente a execução do projeto a fim de assegurar-lhe o desenvolvimento satisfatório, acompanhamento este que é usualmente realizado pelo banco nas operações garantidas pela União. A minuta contratual também exige que os mutuários apresentem relatórios com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos

Cessão de direitos e obrigações e vedação à securitização

55. Quanto à possibilidade de securitização da operação, cabe registrar que o Grupo Estratégico do Comitê de Garantias (GE-CGR), segundo a Resolução nº 14, de 23/02/2024 (SEI 40344594) deliberou que:

“Art. 2º É vedada a concessão de garantia da União a operação de crédito, interno ou externo, cujo contrato de financiamento não contenha cláusula que vede expressamente a securitização.

(.....)

§2º A vedação à concessão de garantia, de que trata o caput deste artigo, não se aplica à operação de crédito externo cujo credor seja organismo multilateral ou agência governamental estrangeira.”

56. Nesse sentido, cabe salientar que o contrato não menciona sobre a possibilidade de securitização da operação, mas que, conforme a citada Resolução, trata-se de operação excepcionada por ser o credor organismo multilateral.

Sobretaxa de exposição (*Exposure surcharge*)

57. Conforme exposto no parágrafo 2 deste Parecer, as minutas contratuais preveem o pagamento de uma sobretaxa de exposição (*exposure surcharge*) de 0,5% a.a., aplicável no caso de o limite de exposição do banco ao país ser excedido, que foi, entretanto, extinta a partir de 09/04/2024 e não se aplicará a nenhum contrato de operação de crédito a partir de 09/04/2024, esteja ele negociado, assinado ou em fase de preparação, conforme notificação emitida pelo BIRD em 11/07/2024 (SEI 44376681).

58. Entretanto, tendo em vista que o limite de exposição ao país segue vigente (sem a possibilidade de cobrança de sobretaxa), destaca-se, para fins de informação, que conforme dados da Coordenação-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública - CODIV/STN (SEI 46643680), atualmente o saldo devedor das operações garantidas junto ao BIRD é de US\$ 13,79 bilhões, e o saldo devedor da dívida contratual da União junto ao BIRD é de US\$ 1,46 bilhão, que somados perfazem um total de US\$ 15,25 bilhões os quais, por sua vez, somados ao valor da operação em análise neste parecer, alcançam um total de US\$ 15,80 bilhões, abaixo do limite recentemente indicado pelo BIRD (SEI 44376684). Ressalta-se, entretanto, que existe o risco de extrapolação do limite, seja em razão da dinâmica de liberações e amortizações das operações junto ao BIRD ao longo dos anos, seja em razão de uma possível redução do limite, conforme destacado acima, ainda que o banco realize um acompanhamento periódico do limite de exposição estabelecido para cada país com vistas à sua não extrapolação. Tal risco perde relevância, entretanto, em razão da citada extinção da sobretaxa de exposição.

IV. OBSERVAÇÕES

DA REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

59. Em relação aos requisitos necessários ao enquadramento da operação como de reestruturação, estabelecidos por meio da Nota Conjunta nº 22/2008/STN, de 30/04/2008 e Nota nº 55/2015/GABIN/STN/MF-DF, de 27/08/2015 (SEI 41025991) de forma a gozar da excepcionalidade prevista no §7 do 7º da RSF nº 43/2001, foram encaminhados os seguintes documentos: OFÍCIO SEI Nº 43356/2024/MF de 10/07/2024 à COREM (SEI 43778939, fls 01/02); OFÍCIO SEI Nº 43403/2024/MF de 15/07/2024 (SEI 46632181, fls. 01/02), OFÍCIO SEI Nº 45542/2024/MF, de 18/07/2024 (SEI 46632181, fl. 26) e OFÍCIO SEI Nº 50794/2024/MF, de 15/08/2024 à CODIP (SEI 46632181, fls. 34/35); OFÍCIO SEI Nº 43480/2024/MF, de 15/07/2024 à COGEP (SEI 46632181, fls. 20/21).

60. Por meio do OFÍCIO SEI Nº 45266/2024/MF, de 18/07/2024 (SEI 43778939, fls. 03/04), a COREM informa sobre o prazo de carência e sistema de amortização o seguinte:

“c) Quanto a existência de carência ou esquema de pagamento de operação de crédito, ressalta-se que:

1. a partir de 28/03/2024, a operação não apresenta carência para pagamento, conforme relatado pela própria COPEM no Ofício acima mencionado;

2. a operação utiliza o Sistema de Amortização Constante com prestações semestrais (a menos do contrato com o credor CT-BB-Am. Div. 23-25, cuja prestação é mensal), conforme evidenciado no SEI Nº 43536812; e

3. no tocante ao contrato com o credor CT-BB-Am. Dívida 20-22 LIQUIDAÇÃO PARCIAL, deve-se observar a prescrição do parágrafo 7 da Nota Conjunta SEI nº 200/2008/STN (41025991), que diz que em se tratando de reestruturação parcial do saldo devedor não deve ser financiado fluxo de pagamento.”

61. A COREM, por meio do mesmo OFÍCIO SEI Nº 45266/2024/MF, concluiu que “a operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) destinada à reestruturação e recomposição do principal de dívidas do Estado oriundas de operações realizadas originalmente com diversas instituições atende ao disposto no parágrafo 12, item I da Nota Conjunta nº 22/2008/STN, com redação dada pela Nota nº 55/2015/GABIN/STN/MF-DF”.

62. Por meio da Nota Conjunta SEI nº 01/2024/CODIP/COGEP/SUDIP/STN/FAZENDA, de 25/10/2024 (SEI 46593319), sobre a operação de reestruturação da Dívida do estado do Ceará, a CODIP e a COGEP concluem *“que nos contratos de reestruturação da dívida em moeda local, para o Estado do Ceará, os fluxos de pagamentos da nova contratação têm valor presente menor do que o da dívida atual. Além disso, a nova dívida tem TIR inferior à dívida atual. Os três contratos em moeda estrangeira não atenderam o requisito do Valor Presente (VP), conforme disposto na Notas Conjunta nº 22/2008/STN (SEI 46593319), pois o VP de cada nova tranche em lenes é maior que o VP da respectiva tranche da operação original. Dessa forma, a análise se concentrou nas 7 operações em moeda local. O risco de majoração do valor presente dos fluxos da dívida a ser contratada, em conjunto com o aumento esperado da dívida contratada em relação à RCL foi classificado como baixo, em comparação com os fluxos financeiros da dívida atual. Em função desses resultados, não vemos óbices à realização da operação de reestruturação proposta em relação aos 7 contratos em moeda local, do ponto de vista de custo e risco financeiro.”*

63. Assim, o ente adequou a relação de dívidas a serem quitadas com a operação de reestruturação, excluindo as dívidas em moeda estrangeira, conforme demonstrado no Parecer Técnico no qual o novo saldo total projetado para 31/12/2024 das dívidas a serem quitadas somava R\$ 68.976.687.805,00 quando da emissão do Parecer Técnico, em 13/11/2024 (SEI 46592455, fls. 08/09), e cujas operações a serem reestruturadas estão no “Quadro das operações a serem reestruturadas” do item 1 deste parecer. Tendo em vista que o valor do empréstimo foi mantido em R\$ 80.114.895.584,00, certamente haverá valor residual não utilizado do empréstimo, devendo então o estado do Ceará solicitar o seu cancelamento por meio de aditivo, logo após a quitação dos empréstimos que estão sendo reestruturados. É importante que tal cancelamento seja solicitado com a maior rapidez possível após a quitação, tendo em vista o risco de o mutuário ser obrigado a pagar comissão de compromisso sobre o saldo não desembolsado.

64. Foram ainda verificadas as premissas básicas constantes no item 3.(i) e 3.(iii) da Nota Conjunta nº 22/2008/STN (SEI 41025991, fl. 02). A Lei nº 18.264, de 15/12/2022, alteradas pelas Lei nº 18.692, de 15/02/2024 e Lei nº 18.820, de 29/05/2024 (SEI 40353514, SEI 40220249, SEI 43537677), que autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito, estipulou *“Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, com garantia da União, operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, até o limite de R\$ 80.114.895.584,34 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro ienes japoneses e trinta e quatro centavos), destinada à reestruturação e à recomposição do principal de dívidas do Estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Econômico-fiscal do Estado do Ceará – Ceará Sustentável, conforme especificado no Anexo Único desta Lei”*; e a proposta apresentada por meio do SADIPEM define explicitamente esta destinação (SEI 46592030, fl. 01 e fl. 07).

V. CONCLUSÃO

65. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

66. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

67. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 48/2007, entende-se que o ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União:

68. Considerando o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 02/06/2023, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir de 29/11/2024, uma vez que operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas são excepcionadas dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, conforme disposto no art. 7º § 7º da mesma Resolução.

69. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
Auditor(a) Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente
Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do(a) Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente

Coordenador(a) de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do(a) Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Documento assinado eletronicamente

Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do(a) Secretário(a) do Tesouro Nacional.

Documento assinado eletronicamente

Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para as providências de sua alçada.

Documento assinado eletronicamente

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Nakachima, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 29/11/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Maniezo Barboza, Gerente Substituto(a)**, em 29/11/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 29/11/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral**, em 29/11/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Teixeira Braga, Subsecretário(a)**, em 29/11/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ceron de Oliveira, Secretário(a)**, em 03/12/2024, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46703746** e o código CRC **A027E9F9**.



Nota Técnica SEI nº 3502/2024/MF

Assunto: Análise Fiscal do Estado do Ceará (CE)– Ano 2024, Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021, Portaria MF n.º 1.583, de 13 de dezembro de 2023, e Portaria STN nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

Senhora Subsecretária,

1. Trata-se da análise da situação fiscal do Estado do Ceará (CE) prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.819, de 2021, e pela Portaria STN nº 217, de 2024, a qual deve ser realizada periodicamente pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1 ANÁLISE FISCAL E AJUSTES REALIZADOS

2. No âmbito do processo de análise fiscal, são utilizados, entre outros, dados referentes aos três últimos exercícios da Declaração de Contas Anuais e do Balanço Anual e ao último quadrimestre, ou semestre, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

3. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Manual de Análise Fiscal, as fontes de informação utilizadas podem sofrer ajustes e, por isso, pode haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus demonstrativos fiscais.

4. Durante a análise fiscal, identificou-se a necessidade de ajustar alguns valores publicados pelo Estado no Siconfi, a fim de eliminar incompatibilidades com as regras definidas por esta Secretaria. Esses ajustes estão detalhados nos arquivos anexos:

- Relatório de ajustes (SEI nº 46357116); e
- Planilha de avaliação da situação fiscal de 2023 (SEI nº 46357107)

5. Dúvidas acerca dos ajustes realizados poderão ser encaminhadas ao e-mail paf@tesouro.gov.br.

2 RECURSO

6. Conforme §§ 1º e 3º do art. 25 do Decreto nº 10.819, de 2021, têm legitimidade para interpor recurso administrativo, em até dez dias do recebimento desta Nota Técnica, *“o Chefe do Poder Executivo do ente federativo interessado ou a autoridade administrativa a quem seja delegada essa competência”*. Nesse sentido, o recurso poderá ser elaborado pelas áreas técnicas competentes e encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo por meio de ofício, caso não exista delegação formal dessa competência.

7. O recurso deverá ser encaminhado ao e-mail paf@tesouro.gov.br.

8. Não será conhecido o recurso que seja apresentado fora do prazo ou por autoridade não legitimada, conforme disposto no § 4º do referido artigo.

9. Caso seja do interesse do Estado, poderá ser enviada manifestação com a declinação do prazo de recurso e com a concordância dos resultados desta Nota Técnica, situação em que será considerado concluído definitivamente o processo de análise fiscal.

3 ANÁLISE DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO

10. Esta seção visa subsidiar a deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional

acerca da concessão de aval ou garantia da União a operação de crédito de interesse do Estado.

11. Caso o resultado da classificação seja “A”, “A+”, “B” ou “B+”, **avalia-se que as operações de crédito pleiteadas são elegíveis**, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos termos do disposto no art. 14 da **Portaria MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023** desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.

12. **A classificação do ente no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF) é Cicf.**

13. Na tabela a seguir, apresentam-se os valores apurados para cada um dos indicadores utilizados na análise da capacidade de pagamento (Capag), a classificação parcial (por indicador) e a classificação final, obtidas conforme dispõe a **Portaria MF nº 1.583 de 13 de dezembro de 2023, e a Portaria STN nº 217, de 15 de fevereiro de 2024**

INDICADOR	VARIÁVEIS	2021	2022	2023	(%)	NOTA PARCIAL	NOTA SEM ICF	NOTA FINAL COM ICF
I Endividamento (DC)	Dívida Consolidada			17.543.558.712,40	54,81%	A	A	A
	Receita Corrente Líquida			32.010.790.718,60				
II Poupança Corrente (PC)	Despesa Corrente	27.861.296.754,02	33.687.946.406,37	38.398.048.578,44	90,06%	B		
	Receita Corrente Ajustada	32.388.375.193,87	38.736.511.878,91	41.050.046.932,21				
III Liquidez Relativa (LR)	Obrigações Financeiras			205.443.431,78	9,51%	A		
	Disponibilidade de Caixa			3.248.205.366,10				
	Receita Corrente Líquida			32.010.790.718,60				
Obs.: LR=(DC-OF)/RCL								

14. Os resultados acima poderão ser alterados em sede de recurso administrativo apresentado conforme art. 25 do Decreto nº 10.819, de 2021.

15. Caso não seja apresentado recurso administrativo, a análise fiscal desta Nota Técnica será considerada válida e a classificação final da **capacidade de pagamento do Estado do Ceará(CE) será “A”** e permanecerá válida até a conclusão de novo processo de análise fiscal ou até que seja realizada a revisão de que trata o artigo 6º da Portaria MF nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023, e o art. 31 da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024.

4 AVALIAÇÃO DAS METAS DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL

16. Nas tabelas a seguir, apresentam-se os resultados apurados para o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal:

Metas para fins de adimplência com o Programa

Meta	Valor Apurado	Sentido da Meta	Meta	Cumprimento
Meta 1 – Poupança Corrente (%)	93,54	<	95,00	Sim
Meta 2 – Liquidez (%)	6,32	<	100,00	Sim
Meta 3 - Despesa com Pessoal/RCL (%)	52,95	≤	60,00	Sim

Metas para fins de bonificação do espaço fiscal

Meta	Valor Apurado	Sentido da Meta	Meta	Cumprimento
Meta 1 – Poupança Corrente (%)	93,54	≤	85,97	Não
Meta 2 – Liquidez (%)	6,32	<	50,00	Sim
Meta 3 - Despesa com Pessoal/RCL (%)	52,95	<	54,00	Sim

17. A memória de cálculo pode ser verificada no arquivo anexo referenciado abaixo:

- Relatório de cumprimento de metas (SEI nº 46357113)

18. Os resultados acima poderão ser alterados em caso de recurso administrativo apresentado conforme art. 25 do Decreto nº 10.819, de 2021.

19. Caso não se apresente recurso nos termos do art. 25 do Decreto nº 10.819, de 2021, a análise fiscal desta Nota Técnica será considerada definitiva e, no âmbito do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, a conclusão será pelo **cumprimento de todas as metas** para fins de adimplência e pelo **descumprimento da meta 1 e cumprimento das metas 2 e 3** para fins de bonificação do espaço fiscal.

5 AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL

20. O Estado do Ceará (CE) não é signatário do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.

6 CONCLUSÃO

21. Diante do exposto, conclui-se, preliminarmente, pela classificação de **capacidade de pagamento “A” e pelo cumprimento de todas as metas para fins de adimplência e pelo descumprimento da meta 1 e cumprimento das metas 2 e 3 para fins de bonificação do espaço fiscal do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal**. Sugere-se o encaminhamento da presente Nota ao Estado para que este conheça o resultado da avaliação fiscal referente ao exercício financeiro de 2023 e, caso haja discordância, possa avaliar a interposição de recurso acerca dos resultados apresentados nas seções anteriores no prazo de dez dias contados do seu recebimento.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
JOSÉ NILTON BATISTA DE AMORIM
Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente
INERVES JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Gerente da GESEM

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO PEREIRA NEVES

Gerente da GRECE

Documento assinado eletronicamente

LUISA HELENA FREITAS DE SÁ CAVALCANTE

Gerente da GDESP

Documento assinado eletronicamente

KLEBER DE SOUZA

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

LIANA FERRAZ JANUZZI

Auditora Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

ÁGATHA LECHNER DA SILVA

Gerente da GERAT

Documento assinado eletronicamente

LUCAS CORRÊA RODRIGUES

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

DANIEL FIOROTT OLIVEIRA

Chefe de Projeto I

Documento assinado eletronicamente

DÉBORA CHRISTINA MARQUES ARAUJO

Gerente da GEPAS

Documento assinado eletronicamente

CARLOS REIS

Gerente da GERAP

De acordo. Encaminhe-se à Coordenadora-Geral COREM.

Documento assinado eletronicamente

FELIPE SOARES LUDUVICE

Coordenador da CORFI

Documento assinado eletronicamente

ANA LUÍSA MARQUES FERNANDES

Coordenadora da COPAF

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária da SURIN.

Documento assinado eletronicamente

GABRIELA LEOPOLDINA ABREU

Coordenadora-Geral da COREM

De acordo. Encaminhe-se ao Estado.

Documento assinado eletronicamente

SUZANA TEIXEIRA BRAGA

Subsecretária da SURIN



Documento assinado eletronicamente por **Inerves José dos Santos Filho**, Gerente, em 13/11/2024, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Nilton Batista de Amorim, Analista de Finanças e Controle**, em 13/11/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Christina Marques Araújo, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 13/11/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Soares Luduvise, Coordenador(a)**, em 13/11/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Leopoldina Abreu, Coordenador(a)-Geral**, em 13/11/2024, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fiorott Oliveira, Chefe(a) de Projeto**, em 13/11/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Teixeira Braga, Subsecretário(a)**, em 13/11/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kleber de Souza, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 13/11/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liana Ferraz Januzzi, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 13/11/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ágatha Lechner da Silva, Gerente**, em 13/11/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luisa Helena Freitas de Sa Cavalcante, Gerente**, em 13/11/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Reis, Gerente**, em 13/11/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira Neves, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 13/11/2024, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Corrêa Rodrigues, Analista de Finanças e Controle**, em 14/11/2024, às 01:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46357036** e o código CRC **88A3B7B8**.

Demonstrativo da Meta 1 do PAF – Poupança Corrente

	Meta	Realizado (R\$)
Receitas Correntes Líquidas (I)	-	38.903.485.459,43
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	-	19.466.979.288,99
Contribuições	-	1.491.247.279,12
Receita Patrimonial	-	1.496.023.695,17
Receita Agropecuária	-	15.951,42
Receita Industrial	-	0,00
Receita de Serviços	-	517.641.339,20
Transferências Correntes	-	14.990.515.801,91
Outras Receitas Correntes	-	941.062.103,62
Receitas Correntes Intraorçamentárias Líquidas (II)	-	2.146.561.472,78
Receita de Contribuições Intraorçamentárias	-	1.925.648.150,83
Demais Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	220.913.321,95
Despesas Correntes Empenhadas (III)	-	38.398.048.578,44
Pessoal e Encargos	-	20.068.476.491,72
Juros e Encargos da Dívida	-	1.198.321.544,36
Outras Despesas Correntes	-	17.131.250.542,36
Receita Corrente Líquida Ajustada (IV) = (I + II)	-	41.050.046.932,21
Poupança Corrente (V) = (III/IV)		93,54
Status da meta para fins de adimplência: 93,54 < 95,00. Cumprida. Status da meta para fins de bonificação: 93,54 > 85,97. Descumprida.		

Legenda			
*			
Totalizador	É Meta	Cumprida	Não Cumprida

Demonstrativo da Meta 2 do PAF – Liquidez

	Meta	Realizado (R\$)
Recursos Vinculados		
*Disponibilidade de Caixa Bruta (I)	-	4.357.522.132,98
*Obrigações Financeiras (II) = (III + IV + V)	-	532.766.671,55
*Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (III)	-	140.328.423,33
De exercícios Anteriores	-	6.625.157,80
Do Exercício	-	133.703.265,53
*Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (IV)	-	49.647.014,84
*Demais Obrigações Financeiras (V)	-	342.791.233,38
*Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (VI)	-	0,00
*Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (VII) = (I – II – VI)	-	3.824.755.461,43
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (VIII)	-	560.303.510,30
Empenhos Não Liquidados Cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	-	0,00
Disponibilidade de Caixa Líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (IX) = (VII) - (VIII)		3.264.451.951,13
Recursos Não Vinculados		
*Disponibilidade de Caixa Bruta (VIII)	-	3.248.205.366,10
Recursos Não Vinculados de Impostos	-	2.301.685.082,09
Outros Recursos não Vinculados	-	946.520.284,01
*Obrigações Financeiras (IX) = (X + XI + XII)	-	205.443.431,78
*Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (X)	-	145.510.061,18
De exercícios Anteriores	-	3.803.708,94
Do Exercício	-	141.706.352,24
*Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (XI)	-	43.307.095,85
*Demais Obrigações Financeiras (XII)	-	16.626.274,75
*Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (XIII)	-	0,00
*Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (XIV) = (VIII – IX – XIII)	-	3.042.761.934,32
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (XV)	-	517.796.081,81
Empenhos Não Liquidados Cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	-	0,00
Disponibilidade de Caixa Líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (XVI) = (XIV) - (XV)		2.524.965.852,51
Total		
*Disponibilidade de Caixa Bruta (I)	-	7.605.727.499,08
*Obrigações Financeiras (II) = (III + IV + V)	-	738.210.103,33
*Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (III)	-	285.838.484,51
De Exercícios Anteriores	-	10.428.866,74
Do Exercício	-	275.409.617,77
*Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (IV)	-	92.954.110,69
*Demais Obrigações Financeiras (V)	-	359.417.508,13
*Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (VI)	-	0,00
*Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (VII) = (I – II – VI)	-	6.867.517.395,75
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (VIII)	-	1.078.099.592,11
Empenhos Não Liquidados Cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	-	0,00
Disponibilidade de Caixa Líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (IX) = (VII) - (VIII)		5.789.417.803,64
Liquidez (XVII) = (IX)/(VIII)		6,32
Status da meta para fins de adimplência: 6,32 < 100,00. Cumprida. Status da meta para fins de bonificação: 6,32 < 50,00. Cumprida.		

*			

Totalizador	É Meta	Cumprida	Não Cumprida
-------------	--------	----------	-----------------

Demonstrativo da Meta 3 do PAF – Despesa com Pessoal/RCL

	Meta	Realizado (R\$ milhões)
*DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	-	22.073,90
*Pessoal Ativo	-	15.210,11
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	-	13.040,57
Obrigações Patronais	-	2.169,54
*Pessoal Inativo e Pensionistas	-	4.927,97
Aposentadoria, Reserva e Reformas	-	3.824,33
Pensões	-	1.103,64
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	1.935,82
*DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	5.171,63
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	8,36
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	1.516,47
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	47,72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	3.599,08
*DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	-	16.902,27
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
*RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	-	32.010,79
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	-	15,24
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (§ 16, art. 166 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	-	77,26
*RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	-	31.918,29
RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL / RCL AJUSTADA (VIII) = (III) / (VII)		52,95
Status da meta para fins de adimplência: 52,95 <= 60,00. Cumprida. Status da meta para fins de bonificação: 52,95 < 54,00. Cumprida.		

Legenda			
*			
Totalizador	É Meta	Cumprida	Não Cumprida

Para adequação aos manuais de contabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados ajustes nos valores publicados pelo ente, todos devidamente justificados a seguir:

Receita > 2023 > Execução da Receita > Receitas Brutas Realizadas**Receita > Receita Corrente > Receita de Serviços > Outras Receitas de Serviços**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 499.015.423,08	R\$ 30.838.380,58	R\$ 529.853.803,66

Ajuste 1

Valor: R\$ 30.838.380,58

Justificativa: Inclusão das receitas de serviços do Metrofor. Empresa estatal considerada independente pelo Estado, mas que o TCE considera dependente.

Receita > Receita Corrente Intraorçamentária > Demais Receitas Correntes Intraorçamentárias

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 82.301.490,27	R\$ 138.635.202,98	R\$ 220.936.693,25

Ajuste 1

Valor: R\$ -15.000.000,00

Justificativa: Refere-se a conta 7923020199 - Outros Ressarcimentos que equivale a repasse financeiro e que, segundo o MCASP, não deve ter execução orçamentária.

Ajuste 2

Valor: R\$ -17.012.644,96

Justificativa: Refere-se a conta 7990991118 - Receita de Economia Processual do Estado do Ceará que equivale a repasse financeiro que, segundo MCASP, não deve ter execução orçamentária.

Ajuste 3

Valor: R\$ -6.695.500,00

Justificativa: Refere-se a conta 7922990114 - Complementacao CEFIC que equivale a repasse financeiro e que, segundo MCASP, não deve ter execução orçamentária.

Ajuste 4

Valor: R\$ -7.558.324,04

Justificativa: Refere-se a conta 7922990115 - Repasse FASSEC que equivale a repasse financeiro e que, segundo MCASP, não deve ter execução orçamentária.

Ajuste 5

Valor: R\$ -9.100.000,00

Justificativa: Refere-se a conta 7990991199 - Outras Receitas que equivale a repasse financeiro e que, segundo o MCASP, não deve ter execução orçamentária.

Ajuste 6

Valor: R\$ 194.001.671,98

Justificativa: Referem-se a receitas do Metrofor que foram incluídas. Empresa estatal considerada independente pelo Estado, mas o TCE considera dependente. Tal valor se refere a Receitas de Subvenções ao Usuário repassadas pelo Governo do Ceará à empresa.

Receita > Receita Corrente > Receita Patrimonial > Outras Receitas Patrimoniais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 380.219.664,46	R\$ 4.116.345,35	R\$ 384.336.009,81

Ajuste 1

Valor: R\$ 4.116.345,35

Justificativa: Inclusão das receitas de alugueis do Metrofor. Empresa estatal considerada independente pelo Estado, mas que o TCE considera dependente.

Receita > Receita Corrente > Receita Patrimonial > Aplicações Financeiras > Demais Aplicações Financeiras

Ajuste

Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.033.544.753,74	R\$ 2.050.822,79	R\$ 1.035.595.576,53

Ajuste 1

Valor: R\$ 2.050.822,79

Justificativa: Inclusão das receitas financeiras do Metrofor. Empresa estatal considerada independente pelo Estado, mas que o TCE considera dependente.

Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Convênios

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 64.532.852,76	R\$ 18.317.876,15	R\$ 82.850.728,91

Ajuste 1

Valor: R\$ 18.317.876,15

Justificativa: Refere-se a conta 1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas. Ajuste feito para identificar corretamente as receitas de convênios.

Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Outras Transferências Correntes

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 3.065.700.041,33	R\$ -18.317.876,15	R\$ 3.047.382.165,18

Ajuste 1

Valor: R\$ -18.317.876,15

Justificativa: Refere-se a conta 1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas. Ajuste feito para identificar corretamente as receitas de convênios.

Receita > 2023 > Execução da Receita > Deduções - Transferências Constitucionais

Receita > Receita Corrente > Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria > ICMS Total > ICMS

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 4.102.437.636,78	R\$ -4.102.437.636,78	R\$ -0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -4.102.437.636,78

Justificativa: Transferências para os municípios de ICMS realocada para a despesa ND: 334081.

Receita > Receita Corrente > Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria > IPVA

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 940.464.425,22	R\$ -940.464.425,22	R\$ -0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -940.464.425,22

Justificativa: Transferências para os municípios de IPVA realocada para a despesa ND: 334081.

Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Transferências da LC 61/1989 (IPI Exportação)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 13.863.529,26	R\$ -13.863.529,26	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -13.863.529,26

Justificativa: Realocação da transferência aos municípios relativa ao IPI Exportação para a ND 334081.

Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Royalties e Participações Especiais

Ajuste

Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 675.957,40	R\$ -675.957,40	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -675.957,40

Justificativa: Realocação da transferência de royalties para a coluna de outras deduções da receita por não ser uma dedução constitucional.

Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Outras Transferências Correntes

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 122.531.959,13	R\$ -122.531.959,13	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -121.182.499,99

Justificativa: Realocação da compensação de ICMS da LC 194 para a ND:334081.

Ajuste 2

Valor: R\$ -1.349.459,14

Justificativa: Realocação da transferência para os municípios da CIDE para a ND: 334081.

Receita > 2023 > Execução da Receita > Outras Deduções da Receita**Receita > Receita Corrente > Transferências Correntes > Royalties e Participações Especiais**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 675.957,40	R\$ 675.957,40

Ajuste 1

Valor: R\$ 675.957,40

Justificativa: Realocação da transferência de royalties da coluna transferência aos municípios por não ser uma dedução constitucional.

Despesa > 2023 > Execução da Despesa > Despesas Empenhadas**Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 11.373.731.933,98	R\$ 24.207.634,72	R\$ 11.397.939.568,70

Ajuste 1

Valor: R\$ 24.207.634,72

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Demais modalidades > Transferências constitucionais e legais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 5.179.297.550,39	R\$ 5.179.297.550,39

Ajuste 1

Valor: R\$ 5.179.297.550,39

Justificativa: Realocação da distribuição constitucional de receitas registradas originalmente como deduções de receita orçamentária (R\$ 5.179.297.550,39).

Despesa > Despesa de capital > Investimentos > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 2.300.881.463,73	R\$ 16.803.507,49	R\$ 2.317.684.971,22

Ajuste 1

Valor: R\$ 16.803.507,49

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR (aquisições para o ativo imobilizado), conforme demonstrações contábeis (DFC).

Despesa > Despesa de capital > Amortização da dívida > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.496.296.586,03	R\$ -11.748.317,39	R\$ 1.484.548.268,64

Ajuste 1

Valor: R\$ -11.748.317,39

Justificativa: Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Obrigações patronais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 225.369.396,43	R\$ 4.994.517,46	R\$ 230.363.913,89

Ajuste 1

Valor: R\$ 4.994.517,46

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Inativos e pensionistas > Pensões

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.102.866.107,76	R\$ 444.478,13	R\$ 1.103.310.585,89

Ajuste 1

Valor: R\$ 444.478,13

Justificativa: Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas (intraorçamentárias)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 261.522.021,06	R\$ -55.366.469,00	R\$ 206.155.552,06

Ajuste 1

Valor: R\$ -55.366.469,00

Justificativa: Exclusão de valores que se referem a repasse financeiro entre órgãos do Estado conforme apurado pela GRECE.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas > Outras

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 7.524.493.116,57	R\$ 193.348.534,21	R\$ 7.717.841.650,78

Ajuste 1

Valor: R\$ 616.504,34

Justificativa: 1) Inclusão de contribuição Previdenciária sobre receita (R\$ 616.504,34) da Metrofor, conforme de-para.

Ajuste 2

Valor: R\$ 181.428.190,61

Justificativa: 2) Inclusão de outras despesas do GND 3.3 da Metrofor, conforme de-para (R\$ 181.428.190,61).

Ajuste 3

Valor: R\$ 11.748.317,39

Justificativa: 3) Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo (R\$ 11.748.317,39)

Ajuste 4

Valor: R\$ -444.478,13

Justificativa: 4) Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Despesa > 2023 > Execução da Despesa > Despesas Liquidadas

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 11.371.361.347,20	R\$ 24.207.634,72	R\$ 11.395.568.981,92

Ajuste 1

Valor: R\$ 24.207.634,72

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Demais modalidades > Transferências constitucionais e legais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 5.179.297.550,39	R\$ 5.179.297.550,39

Ajuste 1

Valor: R\$ 5.179.297.550,39

Justificativa: Realocação da distribuição constitucional de receitas registradas originalmente como deduções de receita orçamentária (R\$ 5.179.297.550,39).

Despesa > Despesa de capital > Investimentos > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.962.267.879,95	R\$ 16.803.507,49	R\$ 1.979.071.387,44

Ajuste 1

Valor: R\$ 16.803.507,49

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR (aquisições para o ativo imobilizado), conforme demonstrações contábeis (DFC).

Despesa > Despesa de capital > Amortização da dívida > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.496.296.586,03	R\$ -11.748.317,39	R\$ 1.484.548.268,64

Ajuste 1

Valor: R\$ -11.748.317,39

Justificativa: Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Obrigações patronais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 222.297.888,96	R\$ 4.994.517,46	R\$ 227.292.406,42

Ajuste 1

Valor: R\$ 4.994.517,46

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Inativos e pensionistas > Pensões

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.102.866.107,73	R\$ 444.478,13	R\$ 1.103.310.585,86

Ajuste 1

Valor: R\$ 444.478,13

Justificativa: Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas (intraorçamentárias)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 246.847.617,43	R\$ -55.366.469,00	R\$ 191.481.148,43

Ajuste 1

Valor: R\$ -55.366.469,00

Justificativa: Exclusão de valores que se referem a repasse financeiro entre órgãos do Estado conforme apurado pela GRECE.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas > Outras

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 6.830.456.036,24	R\$ 193.348.534,21	R\$ 7.023.804.570,45

Ajuste 1

Valor: R\$ -444.478,13

Justificativa: 4) Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Ajuste 2

Valor: R\$ 616.504,34

Justificativa: 1) Inclusão de contribuição Previdenciária sobre receita (R\$ 616.504,34) da Metrofor, conforme de-para.

Ajuste 3

Valor: R\$ 181.428.190,61

Justificativa: 2) Inclusão de outras despesas do GND 3.3 da Metrofor, conforme de-para (R\$ 181.428.190,61).

Ajuste 4

Valor: R\$ 11.748.317,39

Justificativa: 3) Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo (R\$ 11.748.317,39).

Despesa > 2023 > Execução da Despesa > Despesas Pagas**Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 11.258.482.361,17	R\$ 24.207.634,72	R\$ 11.282.689.995,89

Ajuste 1

Valor: R\$ 24.207.634,72

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Demais modalidades > Transferências constitucionais e legais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 5.179.297.550,39	R\$ 5.179.297.550,39

Ajuste 1

Valor: R\$ 5.179.297.550,39

Justificativa: Realocação da distribuição constitucional de receitas registradas originalmente como deduções de receita orçamentária (R\$ 5.179.297.550,39).

Despesa > Despesa de capital > Investimentos > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.953.337.195,56	R\$ 16.803.507,49	R\$ 1.970.140.703,05

Ajuste 1

Valor: R\$ 16.803.507,49

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR (aquisições para o ativo imobilizado), conforme demonstrações contábeis (DFC).

Despesa > Despesa de capital > Amortização da dívida > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.496.296.586,03	R\$ -11.748.317,39	R\$ 1.484.548.268,64

Ajuste 1

Valor: R\$ -11.748.317,39

Justificativa: Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Obrigações patronais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 208.746.350,85	R\$ 4.994.517,46	R\$ 213.740.868,31

Ajuste 1

Valor: R\$ 4.994.517,46

Justificativa: Inclusão das despesas orçamentárias do METROFOR, conforme de-para.

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Inativos e pensionistas > Pensões

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.093.625.267,84	R\$ 444.478,13	R\$ 1.094.069.745,97

Ajuste 1

Valor: R\$ 444.478,13

Justificativa: Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas (intraorçamentárias)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 245.806.598,60	R\$ -55.366.469,00	R\$ 190.440.129,60

Ajuste 1

Valor: R\$ -55.366.469,00

Justificativa: Exclusão de valores que se referem a repasse financeiro entre órgãos do Estado conforme apurado pela GRECE.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas > Outras

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 6.790.217.283,31	R\$ 193.348.534,21	R\$ 6.983.565.817,52

Ajuste 1

Valor: R\$ -444.478,13

Justificativa: 4) Ajuste de pensões especiais de viúvas (os) de ex-governadores (R\$ 444.478,13).

Ajuste 2

Valor: R\$ 616.504,34

Justificativa: 1) Inclusão de contribuição Previdenciária sobre receita (R\$ 616.504,34) da Metrofor, conforme de-para.

Ajuste 3

Valor: R\$ 181.428.190,61

Justificativa: 2) Inclusão de outras despesas do GND 3.3 da Metrofor, conforme de-para (R\$ 181.428.190,61).

Ajuste 4

Valor: R\$ 11.748.317,39

Justificativa: 3) Refere-se a parcelamento de PASEP, conforme quadro respectivo (R\$ 11.748.317,39).

Despesa > 2023 > Execução da Despesa > Restos a Pagar Processados Pagos

Despesa > Despesa corrente > Pessoal e encargos > Aplicações diretas > Ativo > Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 45.383.258,22	R\$ 3.423,96	R\$ 45.386.682,18

Ajuste 1

Valor: R\$ 3.423,96

Justificativa: Inclusão de valores executados no âmbito da conta contábil 632810102 - Execução Consignações RPP - CE < 2022 632810102 - PAGOS para inclusão na execução orçamentária do PAF e, deste modo, compatibilização aos critérios do RREO.

Despesa > Despesa de capital > Investimentos > Aplicações diretas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 6.451.185,41	R\$ 4.426,25	R\$ 6.455.611,66

Ajuste 1

Valor: R\$ 4.426,25

Justificativa: Inclusão de valores executados no âmbito da conta contábil 632810102 - Execução Consignações RPP - CE < 2022 6 PAGOS para inclusão na execução orçamentária do PAF e, deste modo, compatibilização aos critérios do RREO.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas > Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 2.320.704,77	R\$ 115,58	R\$ 2.320.820,35

Ajuste 1

Valor: R\$ 115,58

Justificativa: Inclusão de valores executados no âmbito da conta contábil 632810102 - Execução Consignações RPP - CE < 2022 6 PAGOS para inclusão na execução orçamentária do PAF e, deste modo, compatibilização aos critérios do RREO.

Despesa > Despesa corrente > Outras despesas correntes > Aplicações diretas > Outras

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 36.423.265,25	R\$ 221.510,09	R\$ 36.644.775,34

Ajuste 1

Valor: R\$ 221.510,09

Justificativa: Inclusão de valores executados no âmbito da conta contábil 632810102 - Execução Consignações RPP - CE < 2022 6 PAGOS para inclusão na execução orçamentária do PAF e, deste modo, compatibilização aos critérios do RREO.

Despesa de pessoal > Despesa de Pessoal**Despesa de pessoal > Despesa bruta com pessoal (I) > Pessoal ativo > Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 12.972.473.261,32	R\$ 68.098.416,00	R\$ 13.040.571.677,32

Ajuste 1

Valor: R\$ -329.861,83

Justificativa: Refere-se à (-) DEA de pensionistas - 3.1.90.92.

Ajuste 2

Valor: R\$ -1.175.128,54

Justificativa: Refere-se à DEA de aposentados - 3.1.90.92.

Ajuste 3

Valor: R\$ 69.603.406,37

Justificativa: Refere-se à conta contábil 853230102 - despesas com consórcios públicos - 3.1.71 (sem registro de fato).

Despesa de pessoal > Despesa bruta com pessoal (I) > Pessoal inativo e pensionistas > Aposentadorias, reservas e reformas

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 3.823.153.447,74	R\$ 1.175.128,54	R\$ 3.824.328.576,28

Ajuste 1

Valor: R\$ 1.175.128,54

Justificativa: Refere-se a DEA de aposentados.

Despesa de pessoal > Despesas não computadas (§1º do art 19 da LRF) (II) > Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.379.414,98	R\$ 6.984.359,80	R\$ 8.363.774,78

Ajuste 1

Valor: R\$ 7.148.422,63

Justificativa: Refere-se às NDs 3.1.90.11.01; 3.1.71.94.13 e 3.1.71.70.03 - repasse para auxílio de agentes de saúde (inclusive consórcios).

Ajuste 2

Valor: R\$ -164.062,83

Justificativa: Refere-se a 3.1.90.94.02;05;07 Subelementos não deduzidos pelo Estado em seu demonstrativo.

Despesa de pessoal > Despesa bruta com pessoal (I) > Pessoal inativo e pensionistas > Pensões

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 1.103.310.585,89	R\$ 329.861,83	R\$ 1.103.640.447,72

Ajuste 1

Valor: R\$ 329.861,83

Justificativa: Refere-se a DEA de pensionistas.

Despesa de pessoal > Despesa bruta com pessoal (I) > Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art 18 da LRF)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 899.818.371,49	R\$ 1.035.997.397,46	R\$ 1.935.815.768,95

Ajuste 1

Valor: R\$ 1.031.155.301,60

Justificativa: Refere-se a Despesas com organizações sociais 3.3.50.34.

Ajuste 2

Valor: R\$ 144.124,33

Justificativa: Ajuste para consideração do valor do Estado em seu demonstrativo.

Ajuste 3

Valor: R\$ 4.697.971,53

Justificativa: Refere-se a despesas com consórcios públicos 3.3.71.34.01.

Despesa de pessoal > Despesas não computadas (§1º do art 19 da LRF) (II) > Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 49.182.328,92	R\$ -1.467.128,64	R\$ 47.715.200,28

Ajuste 1

Valor: R\$ -1.467.128,64

Justificativa: Refere-se a 3.1.90.92 considerado na linha de "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

Despesa de pessoal > Despesas não computadas (§1º do art 19 da LRF) (II) > Inativos e pensionistas com recursos vinculados

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 3.599.082.547,56	R\$ 3.599.082.547,56

Ajuste 1

Valor: R\$ 3.599.082.547,56

Justificativa: Refere-se à soma das despesas os elementos 1, 3 e 92 realizadas nas fontes 800, 801 e 803.

Dívida > Dívida**Dívida > Dívida Consolidada - DC (I) > Dívida Contratual > Empréstimos > Internos**

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 5.663.184.053,05	R\$ 262.117.816,04	R\$ 5.925.301.869,09

Ajuste 1

Valor: R\$ 262.117.816,04

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 262.117.816,04 para reclassificar o contrato com a Caixa Econômica Federal (23.00000.000182-1) de Demais Dívidas para Empréstimos Internos para fins de avaliação do PAF.

Dívida > Dívida Consolidada - DC (I) > Dívida Contratual > Empréstimos > Externos

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 8.383.014.356,68	R\$ 111.654.179,12	R\$ 8.494.668.535,80

Ajuste 1

Valor: R\$ 111.654.179,12

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 111.654.179,12 para zerar os financiamentos externos e acrescentar tal valor em empréstimos externos para fins de análise do PAF.

Dívida > Dívida Consolidada - DC (I) > Dívida Contratual > Financiamentos > Externos

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 111.654.179,12	R\$ -111.654.179,12	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -111.654.179,12

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 111.654.179,12 para zerar os financiamentos externos e acrescentar tal valor em empréstimos externos para fins de análise do PAF.

Dívida > Dívida Consolidada - DC (I) > Dívida Contratual > Demais Dívidas Contratuais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 262.117.816,04	R\$ 325.261.794,43	R\$ 587.379.610,47

Ajuste 1

Valor: R\$ -262.117.816,04

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 262.117.816,04 para reclassificar o contrato com a Caixa Econômica Federal (23.00000.000182-1) de Demais Dívidas para Empréstimos Internos para fins de avaliação do PAF.

Ajuste 2

Valor: R\$ 587.379.610,47

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 587.379.610,47, relativo a dívidas da Metrofor, conforme informado pelo estado através do Balanço Patrimonial enviado. A Metrofor é uma empresa estatal dependente do Ceará e não havia sido considerada nos demonstrativos fiscais do Estado. Para computo do valor do ajuste foi considerado o Passivo Não Circulante exclusive provisões.

Caixa > Disponibilidade de Caixa > DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Não Vinculados (I) > Recursos Não Vinculados de Impostos

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 2.516.393.358,46	R\$ -214.708.276,37	R\$ 2.301.685.082,09

Ajuste 1

Valor: R\$ -10.602,21

Justificativa: Ajuste, no valor de R\$ -10.602,21, para cobertura de insuficiência na Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) da linha Recursos Extraorçamentários. Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Não Vinculados de Impostos.

Ajuste 2

Valor: R\$ -214.697.674,16

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 214.697.674,16, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Não Vinculados (I) > Outros Recursos não Vinculados

Ajuste

Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 949.827.187,20	R\$ -3.306.903,19	R\$ 946.520.284,01

Ajuste 1

Valor: R\$ -3.234.060,56

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 3.234.060,56, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Ajuste 2

Valor: R\$ -72.842,63

Justificativa: Ajuste no montante de - R\$ 72.842,63 para exclusão de valores referentes à conta "1.1.3.8.2.99.02 Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE" constante em nota explicativa do Anexo 5 do RGF confirmada pelo ente, que foram incluídos na Disponibilidade de Caixa Bruta de Recursos Não Vinculados mas, conforme disposto no mapeamento do RGF Anexo 5, da 13ª edição do MDF não se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Educação > Transferências do FUNDEB

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 117.520.422,97	R\$ -12,25	R\$ 117.520.410,72

Ajuste 1

Valor: R\$ -12,25

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 12,25, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Educação > Outros Recursos Vinculados à Educação

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 777.784.280,49	R\$ -359,84	R\$ 777.783.920,65

Ajuste 1

Valor: R\$ -359,84

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 359,84, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Saúde > Outros Recursos Vinculados à Saúde

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 44.762.703,46	R\$ -614.369,22	R\$ 44.148.334,24

Ajuste 1

Valor: R\$ -614.369,22

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 614.369,22, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Assistência Social

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 56.904.244,91	R\$ -6.210,06	R\$ 56.898.034,85

Ajuste 1

Valor: R\$ -6.210,06

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 6.210,06, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados ao RPPS (III) > Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 37.056.742,54	R\$ -11.953.334,40	R\$ 25.103.408,14

Ajuste 1

Valor: R\$ -11.953.334,40

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 11.953.334,40, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 653.364.344,68	R\$ -14.438,07	R\$ 653.349.906,61

Ajuste 1

Valor: R\$ -14.438,07

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 14.438,07, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Extraorçamentários

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 105.800.097,39	R\$ 236.991.136,25	R\$ 342.791.233,64

Ajuste 1

Valor: R\$ 10.602,21

Justificativa: Ajuste, no valor de R\$ 10.602,21, para cobertura de insuficiência na Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) da linha Recursos Extraorçamentários. Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Não Vinculados de Impostos.

Ajuste 2

Valor: R\$ 236.980.534,04

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 236.980.534,04, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha de Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários.". Esse ajuste tem contrapartida nas linhas Recursos Não Vinculados de Impostos, Outros Recursos não Vinculados, Transferências do FUNDEB, Outros Recursos Vinculados à Educação, Outros Recursos Vinculados à Saúde, Recursos Vinculados à Assistência Social, Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência), Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde), Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência), Outras Vinculações Legais e Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Outras Vinculações

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 0,00	R\$ 11.285.822,79	R\$ 11.285.822,79

Ajuste 1

Valor: R\$ 11.285.822,79

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 11.285.822,79, para adicionar à disponibilidade de caixa da Metrofor.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Outras Vinculações Legais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 482.266.175,61	R\$ -2.912.170,10	R\$ 479.354.005,51

Ajuste 1

Valor: R\$ -2.912.170,10

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 2.912.170,10, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 352.085.076,17	R\$ -406,12	R\$ 352.084.670,05

Ajuste 1

Valor: R\$ -406,12

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 406,12, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Decorrentes de Transferências > Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 393.607.738,96	R\$ -3.547.499,26	R\$ 390.060.239,70

Ajuste 1

Valor: R\$ -3.547.499,26

Justificativa: Ajuste no valor de - R\$ 3.547.499,26, para reclassificação dos valores restituíveis, que devem ser registrados como disponibilidade de caixa bruta do ente na linha Recursos Extraorçamentários, conforme o MDF 13ª edição, página 657: "(...) os valores restituíveis irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários." Esse ajuste tem contrapartida na linha de Recursos Extraorçamentários.

Caixa > Disponibilidade de Caixa > OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS > Demais Obrigações Financeiras (e)

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Não Vinculados (I) > Recursos Não Vinculados de Impostos

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 214.697.674,16	R\$ -214.697.674,16	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -214.697.674,16

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 214.697.674,16 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Não Vinculados (I) > Outros Recursos não Vinculados

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 3.234.060,56	R\$ 13.392.213,87	R\$ 16.626.274,43

Ajuste 1

Valor: R\$ 16.626.274,43

Justificativa: Ajuste para incluir os valores R\$ 16.626.274,43, referentes a inclusão das Obrigações Financeiras identificadas na estatal dependente Metrofor nas Obrigações Financeiras do Estado. Para apuração do valor do ajuste, considerou-se o passivo circulante exclusive provisões e empréstimos.

Ajuste 2

Valor: R\$ -3.234.060,56

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 3.234.060,56 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Educação > Transferências do FUNDEB

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 12,25	R\$ -12,25	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -12,25

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 12,25 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Educação > Outros Recursos Vinculados à Educação

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 359,84	R\$ -359,84	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -359,84

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 359,84 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Saúde > Outros Recursos Vinculados à Saúde

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 614.369,22	R\$ -614.369,22	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -614.369,22

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 614.369,22 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Vinculados à Assistência Social

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 6.210,06	R\$ -6.210,06	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -6.210,06

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 6.210,06 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados ao RPPS) (III) > Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 11.953.334,40	R\$ -11.953.334,40	R\$ -0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -11.953.334,40

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 11.953.334,40 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 14.438,07	R\$ -14.438,07	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -14.438,07

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 14.438,07 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Recursos Extraorçamentários

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 105.810.699,60	R\$ 236.980.534,04	R\$ 342.791.233,64

Ajuste 1

Valor: R\$ 236.980.534,04

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ 236.980.534,04 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Outras Vinculações Legais

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 2.912.170,10	R\$ -2.912.170,10	R\$ -0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -2.912.170,10

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 2.912.170,10 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Legais > Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 406,12	R\$ -406,12	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -406,12

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 406,12 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

Caixa > Total (IV) = (I + II + III) > Total dos Recursos Vinculados (Exceto ao RPPS) (II) > Demais Vinculações Decorrentes de Transferências > Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)

Ajuste		
Valor Siconfi	Total Ajustes	Valor Ajustado
R\$ 3.547.499,26	R\$ -3.547.499,26	R\$ 0,00

Ajuste 1

Valor: R\$ -3.547.499,26

Justificativa: Ajuste no valor de R\$ - 3.547.499,26 para reclassificação de Valores Restituíveis que, conforme o MDF, irão compor a disponibilidade de caixa bruta, na linha correspondente aos recursos extraorçamentários. Adicionalmente, os passivos referentes a esses valores restituíveis devem ser informados na coluna **DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS** de modo que não sejam computados na disponibilidade de caixa líquida do depositário ou consignatário.

CE - Análise da Situação Fiscal de 2023

De PAF - Tesouro Nacional <paf@tesouro.gov.br>

Data Qua, 13/11/2024 20:22

Para elmano.freitas@ceara.gov.br <elmano.freitas@ceara.gov.br>; Fabrizio Gomes <fabrizio.gomes@sefaz.ce.gov.br>; Marcio Cardeal Queiroz da Silva <marcio.queiroz@sefaz.ce.gov.br>; Takeshi Cardoso Koshima <takeshi.koshima@sefaz.ce.gov.br>; PEDRO MIGUEL DOS SANTOS BARROS <pedro.barros@sefaz.ce.gov.br>; Paulo Sergio Rocha <paulo.rocha@sefaz.ce.gov.br>; wesley.sousa@sefaz.ce.gov.br <wesley.sousa@sefaz.ce.gov.br>; saulo.toscano@sefaz.ce.gov.br <saulo.toscano@sefaz.ce.gov.br>; Neuton <neuton.tavares@sefaz.ce.gov.br>; Xavier <xavier.vasconcelos@sefaz.ce.gov.br>; andre.nascimento@sefaz.ce.gov.br <andre.nascimento@sefaz.ce.gov.br>; Talvani Aguiar <talvani.aguiar@sefaz.ce.gov.br>; Tony Magalhães <tony.magalhaes@sefaz.ce.gov.br>; Saulo Braga <saulo.braga@sefaz.ce.gov.br>; victor.magalhaes@sefaz.ce.gov.br <victor.magalhaes@sefaz.ce.gov.br>; MARCO ANTONIO DE BRITO <marco.brito@sefaz.ce.gov.br>; LUIZ ROBERTO ANDRADE DE ARAUJO FILHO <luiz.roberto@sefaz.ce.gov.br>; SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS FILHO <silvio.filho@sefaz.ce.gov.br>; LUCAS NOGUEIRA FROTA <lucas.frota@sefaz.ce.gov.br>

 4 anexos (1 MB)

CE_PAF_AVALIACAO_PRELIMINAR_2023.xlsx; Nota Técnica SEI nº 3502_2024_MF.pdf; Relatório de Ajustes 2023_CE.pdf; Relatorio de Cumprimento de Metas_CE.pdf;

Excelentíssimo Senhor Governador, Senhor Secretário de Estado e Senhores Gestores,

Enviamos em anexo a Nota Técnica SEI nº 3502/2024/MF, que trata da análise fiscal de seu Estado prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.819, de 2021, e pela Portaria STN/MF nº 217, de 2024. Nessa Nota Técnica relacionamos os resultados da apuração preliminar dos indicadores da CAPAG e do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF).

Conforme previsto nos §§ 1º e 3º do art. 25 do Decreto nº 10.819, de 2021, têm legitimidade para interpor recurso administrativo, em até dez dias do recebimento dessa Nota Técnica, “o Chefe do Poder Executivo do ente federativo interessado ou a autoridade administrativa a quem seja delegada essa competência”. Nesse sentido, o recurso poderá ser elaborado pelas áreas técnicas competentes do Estado e encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo por meio de ofício, caso não exista delegação formal dessa competência. Lembramos que não será conhecido o recurso que seja apresentado fora do prazo ou por autoridade não legitimada.

Transcorrido o prazo regulamentar sem o protocolo de recurso, ou após decisão pela Secretaria do Tesouro Nacional sobre recurso interposto, a avaliação fiscal do Estado será concluída definitivamente.

Por fim, caso seja do interesse do Estado, poderá ser enviada manifestação com a declinação do prazo de recurso e com a concordância dos resultados da Nota Técnica em comento, situação em que também ficará configurada a conclusão definitiva do processo de análise fiscal.

Anexos à Nota Técnica foram disponibilizados os seguintes documentos:

- 1 - Relatório de Metas;
- 2 - Relatório de Ajustes; e
- 3 - Planilha de Avaliação.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Favor confirmar o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,



Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM

CE - Versão do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal de 2024 para validação

De PAF - Tesouro Nacional <paf@tesouro.gov.br>

Data Seg, 25/11/2024 20:44

Para elmano.freitas@ceara.gov.br <elmano.freitas@ceara.gov.br>; Fabrizio Gomes <fabrizio.gomes@sefaz.ce.gov.br>; Marcio Cardeal Queiroz da Silva <marcio.queiroz@sefaz.ce.gov.br>; Takeshi Cardoso Koshima <takeshi.koshima@sefaz.ce.gov.br>; PEDRO MIGUEL DOS SANTOS BARROS <pedro.barros@sefaz.ce.gov.br>; Paulo Sergio Rocha <paulo.rocha@sefaz.ce.gov.br>; wesley.sousa@sefaz.ce.gov.br <wesley.sousa@sefaz.ce.gov.br>; saulo.toscano@sefaz.ce.gov.br <saulo.toscano@sefaz.ce.gov.br>; Neuton <neuton.tavares@sefaz.ce.gov.br>; Xavier <xavier.vasconcelos@sefaz.ce.gov.br>; andre.nascimento@sefaz.ce.gov.br <andre.nascimento@sefaz.ce.gov.br>; Talvani Aguiar <talvani.aguiar@sefaz.ce.gov.br>; Tony Magalhães <tony.magalhaes@sefaz.ce.gov.br>; Saulo Braga <saulo.braga@sefaz.ce.gov.br>; victor.magalhaes@sefaz.ce.gov.br <victor.magalhaes@sefaz.ce.gov.br>; MARCO ANTONIO DE BRITO <marco.brito@sefaz.ce.gov.br>; LUIZ ROBERTO ANDRADE DE ARAUJO FILHO <luiz.roberto@sefaz.ce.gov.br>; SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS FILHO <silvio.filho@sefaz.ce.gov.br>; LUCAS NOGUEIRA FROTA <lucas.frota@sefaz.ce.gov.br>

 1 anexo (206 KB)

CE 2024 - Versão de Validação do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal - PATF.pdf;

Excelentíssimo Senhor Governador, Senhor Secretário de Estado e Senhores Gestores,

Considerando que a fase de recurso administrativo se encerrou, enviamos para revisão, em anexo, a versão preliminar do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal relativo ao exercício financeiro de 2024, conforme previsto no art. 1º da Portaria STN/MF nº 217, de 15 de fevereiro de 2024, e no art. 5º do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

Conforme anteriormente informado, caso o Estado não verifique necessidade de alteração do texto, essa versão será disponibilizada no Sistema SEI do Ministério da Fazenda para assinatura externa pelo Chefe do Poder Executivo estadual **até o dia 30/11/2024**, conforme previsto na Portaria STN/MF nº 1.673, de 22 de outubro de 2024, sob pena de inadimplência com o Programa.

Para maiores esclarecimentos, estamos à disposição.

Favor confirmar o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,



Equipe da COREM/SURIN/STN



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
Gerência de Análise de Demandas

OFÍCIO SEI Nº 71988/2024/MF

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral da COPEM

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala A, Térreo

70048-900 Brasília-DF

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13/12/2023. Estado do Ceará.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Referimo-nos ao Ofício SEI nº 71175/2024/MF, de 26/11/2024 (SEI nº 46579753), por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º (sic) da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13/12/2023, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da contragarantia da União para operação de crédito pleiteada pelo Estado do Ceará.

2. Informamos que a Lei estadual nº 15.612, de 29/05/2014 (SEI nº 42808307), com redação dada pela Lei estadual nº 15.697, de 20/11/2014 (SEI nº 42808472); a Lei estadual nº 18.637, de 20/12/2023 (SEI nº 42808568); a Lei estadual nº 18.264, de 15/12/2022 (SEI nº 42808519), alterada pela Lei estadual nº 18.692, de 15/02/2024 (SEI nº 42808654); a Lei estadual nº 18.814, de 23/05/2024 (SEI nº 43586216) concederam ao Estado do Ceará autorizações para prestar como contragarantia à União das mencionadas operações, as receitas que se referem os artigos 157, incisos I e II e 159, inciso I "a" e II complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas e a Lei Estadual nº 18.896, de 28/06/2024 (SEI nº 46661254), alterada pela Lei nº 18.940, de 18/07/2024 (SEI nº 46661319), concedeu ao Estado do Ceará autorização para prestar como garantia à União da mencionada operação, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4.º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo na operação citada:

Margem R\$ 23.315.376.747,60

OG R\$ 288.145.185,63

4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 8º da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13/12/2023, pelo Estado do Ceará.

5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2023, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM). As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 8º, § 2º, da Portaria MF nº 882, 18/12/2018.

6. Em atendimento ao que é estabelecido pelo art. 9º da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 13/12/2023, informamos que não temos conhecimento acerca de decisões judiciais em vigor que obstem a execução de contragarantias contra o referido ente até esta data.

7. E, da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexo:

I - Margem e OG (SEI nº 46661835).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ANDRÉA TRIGUEIRO FERREIRA

Chefe de Projetos da GERAD/COAFI

Documento assinado eletronicamente

LUIZ GONZAGA MADRUGA COELHO FILHO

Gerente da GERAD/COAFI

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Trigueiro Ferreira, Chefe(a) de Projeto**, em 27/11/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gonzaga Madruga Coelho Filho, Gerente**, em 27/11/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral**, em 27/11/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46661949** e o código CRC **03AD16D2**.

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo, Edifício Anexo ao Bloco P
- Bairro Esplanada dos Ministérios
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
(61) 3412 3153 - e-mail gecem3.coafi.df.stn@tesouro.gov.br - www.gov.br/fazenda/pt-br

Processo nº 17944.003161/2024-83.

SEI nº 46661949

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Estado do Ceará
VERSÃO BALANÇO:	2023
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2023
MARGEM =	R\$ 23,315,376,747.60
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Balanço Anual (DCA) de 2023

RECEITAS PRÓPRIAS		19,072,380,207.53
1.1.1.2.52.0.0	ITCD	112,436,965.84
1.1.1.4.00.0.0	ICMS	17,077,726,142.17
1.1.1.2.51.0.0	IPVA	1,882,217,099.52
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		11,354,812,602.52
1.7.1.1.50.0.0	FPE	9,127,036,166.70
1.7.1.1.53.0.0	IPI EXPORTAÇÃO (UF)	33,272,472.02
1.1.1.3.03.0.0	IRRF	2,194,503,963.80
3.2.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	1,198,321,544.36
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1,496,296,586.03
3.3.20.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0.00
3.3.30.00.00		427,016.40
3.3.40.00.00		214,008,301.44
3.3.41.00.00		592,054,495.14
3.3.45.00.00		0.00
3.3.46.00.00		0.00
3.3.50.00.00		1,943,039,022.75
3.3.60.00.00		10,146,579.87
3.3.70.00.00		0.00
3.3.71.00.00		138,780,943.82
3.3.73.00.00		0.00
3.3.74.00.00		0.00
3.3.75.00.00		0.00
3.3.76.00.00		0.00
3.3.80.00.00		0.00
Margem		24,834,118,320.24

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2023

RECEITAS PRÓPRIAS		19,045,480,923.14
Total dos últimos 12 meses	ICMS	17,053,549,032.48
	IPVA	1,880,923,970.42
	ITCD	111,007,920.24
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		13,603,299,171.77
Total dos últimos 12 meses	IRRF	2,194,503,963.80
	Cota-Parte do FPE	11,408,795,207.97
	Transferências da LC nº 87/1996	0.00
Despesas		9,333,403,347.31
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	1,463,003,612.68
	Serviço da Dívida Externa	1,194,129,640.81
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1,496,296,586.03
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	5,179,973,507.79
Margem		23,315,376,747.60

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

Ente:	Estado do Ceará
Ofício SEI:	Nº71175/2024/MF, de 26/11/2024
RESULTADO OG:	R\$ 288,145,185.63

Operação nº 1

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Caixa Econômica Federal
Valor do contrato	33,420,000.00
Primeiro ano de reembolso:	2025
Último ano de reembolso:	2045
Qtd. de anos de reembolso:	21
Total de reembolso em reais:	62,541,324.10
Reembolso médio(R\$):	2,978,158.29

Operação nº 2

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	50,000,000.00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	5.6562
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	8/30/2024
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	80,630,352.83
Primeiro ano de reembolso:	2025
Último ano de reembolso:	2048
Qtd. de anos de reembolso:	24
Total de reembolso em reais:	456,061,401.68
Reembolso médio(R\$):	19,002,558.40

Operação nº 3

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Valor do contrato	997,220,000.00
Primeiro ano de reembolso:	2024
Último ano de reembolso:	2058
Qtd. de anos de reembolso:	35
Total de reembolso em reais:	2,394,626,551.03
Reembolso médio(R\$):	68,417,901.46

Operação nº 4

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
Moeda da operação:	Iene
Valor do contrato (em Ienes):	80,114,895,584.00
Taxa de câmbio (R\$/Iene):	0.03875
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	8/30/2024
Total de reembolsos (em Ienes):	92,365,241,895.00
Primeiro ano de reembolso:	2024
Último ano de reembolso:	2043
Qtd. de anos de reembolso:	20
Total de reembolso em reais:	3,579,153,123.43
Reembolso médio(R\$):	178,957,656.17

Operação nº 5

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Valor do contrato	212,051,472.49
Primeiro ano de reembolso:	2024
Último ano de reembolso:	2044
Qtd. de anos de reembolso:	21
Total de reembolso em reais:	394,567,137.36
Reembolso médio(R\$):	18,788,911.30



AGREED MINUTES OF NEGOTIATIONS BETWEEN

THE STATE OF CEARÁ,

THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

AND

THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (IBRD OR WORLD BANK)

REGARDING THE

BR STATE OF CEARÁ SUSTAINABLE DEVELOPMENT POLICY LOAN (P180497)

(Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável)

February 22 and 23, 2024

1. **Introduction.** Virtual negotiations for a proposed IBRD loan of eighty billion, one hundred fourteen million, eight hundred ninety-five thousand, five hundred eighty-four Japanese Yen (JPY 80,114,895,584) for the BR State of Ceará Sustainable Development Policy Loan (*Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará (Ceará Sustentável)*) (the Program) were held on February 22 and 23, 2024, between representatives of (i) the State of Ceará (the Borrower), including representatives from the State Secretariat of Finance (*Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - Sefaz/CE*) and the State General Attorney's Office (*Procuradoria-Geral do Estado - PGE/CE*) (collectively the "Borrower Delegation"), (ii) the Federative Republic of Brazil (the Guarantor), including representatives from the Ministry of Finance's General Attorney's Office (*Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/MF*) and the National Treasury Secretariat (*Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF*), and the Ministry of Planning and Budgeting's Secretariat of International Affairs and Development (*Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento - SEAID/MPO*) (collectively, the "Guarantor Delegation"); and (iii) the World Bank (the "World Bank Delegation") (collectively, "Delegations"). Members of the Borrower, the Guarantor and the World Bank Delegations are listed in Annex 1 to these Minutes. The head of the Guarantor Delegation, Viviane Vecchi Mendes Müller (SEAID), and the head of the Borrower Delegation, Márcio Cardeal Queiroz da Silva (Sefaz/CE), confirm and declare that they have been authorized to sign these Minutes on behalf of the Guarantor and the Borrower, respectively.

2. **Documents Discussed.** The Delegations discussed and reached agreements on necessary revisions to the following documents: (i) the draft Loan Agreement (LA) between the IBRD and the State of Ceará; (ii) the draft Guarantee Agreement (GA) between the Federative Republic of Brazil and the IBRD; (iii) the Loan Choice Worksheet; (iv) the Amortization Schedule; and (v) the Program Document (PD). The negotiated version of documents (i) to (iv) are attached to these Minutes as Annexes 2 to 5 (the "Negotiated Documents"). The PD is attached to these Minutes as Annex 6. The World Bank Delegation clarified that, as part of the preparation for presentation to its Executive Board of Directors and to signing, the Negotiated Documents will be reviewed and may be subject to formatting and editorial changes, as applicable. In case of any substantive changes to the Negotiated Documents, the Borrower and the Guarantor Delegation will be notified. These Minutes record and clarify key understandings regarding the Negotiated Documents and the Program.



3. **Program Document.** The PD agreed upon during appraisal between the Bank and the Borrower was reviewed by the Borrower Delegation and minor changes were agreed upon during negotiations. During the World Bank's internal clearance processes prior to its Executive Board approval, additional adjustments for consistency and clarity purposes may be necessary. In case of any substantive changes to the PD, the Borrower Delegation and the Guarantor Delegation will be notified.

Loan Agreement

4. **Conditions to Effectiveness as per the General Conditions:** With respect to the provisions of Section 9.02 of the General Conditions, the Borrower Delegation and the Guarantor Delegation have informed the World Bank Delegation that they will submit legal opinions satisfactory to the World Bank to confirm that the LA and the GA are binding in accordance with their terms, as a Condition of Effectiveness to the LA and GA, respectively.

5. **Effectiveness Deadline.** The deadline for the effectiveness as per Article 5.02 of the LA is 120 days after the Signature Date of the LA. The Legal Agreements for a World Bank Loan terminate if the conditions for their effectiveness are not met by the deadline specified in the LA. If this deadline needs to be extended, the Borrower will request an extension for the Bank's consideration. When warranted, the Bank may decide to extend the effectiveness deadline up to twelve (12) months after Bank Loan approval (currently planned for March 28, 2024). Considering the requirements of the National Treasury, the PGFN representative from the Guarantor Delegation requested that, prior the Signing Date, the Bank confirms that the Additional Effectiveness Conditions are substantially met.

6. **Loan Closing Date.** The Loan Closing Date is December 31, 2025. Any extension of the Closing Date or any changes to the Loan Agreement would require prior approval from the Guarantor, as reflected in the LA.

7. **Loan Financial Terms.** The financial terms of the Program Loan, as per the Loan Choice Worksheet submitted by the Borrower (Annex 4 of these Minutes), are summarized in the table below. The Borrower confirmed that it agrees with these financial terms.

IBRD Financial Product	IBRD Development Policy Loan (DPL)
Currency and Amount	80,114,895,584 Japanese Yen.
Front-end Fee	One quarter of one percent (0.25%) of the Loan Amount
Commitment Charge	One quarter of one percent (0.25%) per annum on the Unwithdrawn Loan Balance. Accrues starting 60 days after loan signature and payment due twice a year.
Financial Terms	Variable Spread No grace period and total maturity of 20 years. Principal repayment beginning on May 15, 2024, and ending on November 15, 2043. Terms valid for Board approval on March 28, 2024.
Single Borrower Limit Surcharge	One half of one percent (0.5%) per annum of the "Allocated Excess Exposure Amount" for each said day ("Exposure Surcharge") payable semi-annually in arrears of each payment date.



8. **Amortization Schedule.** The Borrower confirmed the Amortization Schedule attached (Annex 5 to these Minutes) and reflected in Schedule 2 of the LA. The Amortization Schedule is valid for an expected IBRD Executive Board Date of March 28, 2024. The World Bank Delegation explained that a Commitment-linked Amortization Schedule means an Amortization Schedule in which the timing and amount of principal repayments is determined by reference to the date of approval of the Loan by the World Bank Board of Executive Directors (Board Date) and calculated as a portion of the Withdrawn Loan Balance, as specified in the LA. The Bank Delegation further clarified that should there be a change in the Board Date, the amortization schedule (and in turn the LA) may need to be updated and the Borrower and the Guarantor will be informed accordingly. The revised financial terms would be agreed upon by all parties, also through email, following which an addendum to these Minutes would be signed and circulated.

9. **Currency of Payment.** For the avoidance of doubt and unless a Currency Conversion is effected, the Delegations acknowledge that, under Section 3.07.(a) of the General Conditions, the Borrower shall pay all Loan Payments in Japanese Yen (ie, the Loan Currency).

10. **Prior Action 6.** The Borrower Delegation informed during negotiations that, on November 23, 2020, the Brazilian Supreme Court issued a decision in the context of judicial proceeding (ADI) 6288/Ceará ("Decision"), limiting the scope of COEMA Resolution no. 02, dated April 11, 2019 (COEMA Resolution no. 02), to environmental licensing concerning the State, and clarifying that the same Resolution does not affect environmental licensing under the competence of each of the municipalities. Even though COEMA Resolution no. 02 is not part of Prior Action 6 (as it relates to environmental licensing in general), the Decision, as a side effect, also clarifies the scope of Decree 35.506, dated June 15, 2023 ("Decree 35.506"), and COEMA Resolution no. 03, dated 10 February 2022 ("COEMA Resolution no. 3"), which are both part of Prior Action 6 (they both apply to environmental licensing of green hydrogen projects in particular), in the same manner (i.e., it clarifies that they apply only to environmental licensing concerning the State and do not affect environmental licensing under the competence of each of the municipalities). Nevertheless, the Borrower Delegation and the World Bank Delegation discussed and the Borrower Delegation confirmed that the indicator and the target foreseen in the Program Document with respect to Prior Action 6 remain adequate despite the above considerations.

11. **Legal Evidence.** All evidence supporting the Prior Actions listed in the LA has been received and found acceptable.

12. **Assessment of the Achievement of the Program Objectives.** For the purpose of Article 4.01.(b) of the LA, the World Bank Delegation clarified that it will assess the achievement of the objectives of the Program pursuant to the report mentioned in Section 5.04.(b) of the General Conditions, covering the period up to twelve (12) months after the Closing Date.

13. **Letter of Development Policy.** The Borrower Delegation submitted to the World Bank the Letter of Development Policy signed by the Governor of the State of Ceará dated October 11, 2023, to be included in the PD distributed for Board discussion. The World Bank agreed with the Letter of Development Policy and acknowledged that the letter accurately and faithfully reflects the Borrower's commitment to the policies supported by the Program.

14. **Standard Exposure Limit and the Total Exposure.** The World Bank Delegation clarified that, in accordance to Article 3.01(c) of the General Conditions, if on any given day the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit and the Allocated Excess Exposure Amount is applicable to the Loan (or a portion



thereof), the Borrower shall pay to the World Bank the Exposure Surcharge on such Allocated Excess Exposure Amount for each said day. The Bank agreed to inform the Guarantor, upon request, of the Standard Exposure Limit and the Total Exposure applicable to the Member Country, as the case may be.

15. **Statutory Committee.** According to Article III, Section 4 (iii) of the World Bank's Articles of Agreement, a project proposed to be financed or Guaranteed by the World Bank shall be accompanied by a report/recommendation ("Statutory Committee report") to be issued by a competent committee ("Statutory Committee") whose members shall include an expert selected by the Governor representing the member in whose territory the operation in question is located. The Guarantor's Governor, by a letter dated November 8, 2014, confirmed that the Guarantor official signing these Minutes on behalf of the Guarantor, shall be considered to be the Federative Republic of Brazil's expert on the Statutory Committee, and that said official's signature of the Minutes shall be deemed to constitute the signature of the Statutory Committee Report. The Guarantor Delegation confirmed that that PGFN/MF was designated to sign these Minutes with respect to the financing of this Program.

16. **Access to information.** Pursuant to the World Bank Policy on Access to Information, the World Bank will disclose the PD, the related legal agreements and other information related to the Program, including any supplemental letters, once the operation is approved by the World Bank's Board of Executive Directors.

17. **Acceptance of Negotiated Documents.** The Borrower Delegation and the Guarantor Delegation confirmed their approval of the negotiated documents and these Minutes, which constitute the full and final agreement of the Borrower and the Guarantor with the aforementioned documents. No additional confirmation at this time or evidence of acceptance of these documents is required for the submission of the proposed Program for consideration by the World Bank's Board of Executive Directors.

18. **Amendments to the Loan Agreement.** The Guarantor Delegation explained that any changes to the negotiated Loan Agreement would require prior approval from the Guarantor, in compliance with the Guarantor's applicable legal framework.

19. **Signing of Legal Documents.** The Bank Delegation explained that as of July 1, 2023, the Bank migrated to the use of electronic signatures (e-Signatures) as a default modality for signing all IBRD financing agreements concluded with the World Bank where both the World Bank and the Borrower sign electronically via DocuSign. The Borrower Delegation and the Guarantor Delegation indicated their readiness to electronically sign the Legal Agreements.

20. **Next Steps.** (a) The World Bank's Delegation informed that the proposed operation is expected to be submitted to its Board of Executive Directors for consideration on March 28, 2024; (b) in parallel to the World Bank's Executive Board approval, the Borrower and the Guarantor will expedite the necessary procedural and administrative steps to present the Program to the Brazilian Senate for approval and subsequent signature of the LA and the GA. Should there be a change in the Board Date, the World Bank will inform the Borrower and the Guarantor accordingly.

Fabiano Silvio Colbano

Fabiano Sílvia Colbano
Head of World Bank Delegation

Viviane Vecchi Mendes Müller

Viviane Vecchi Mendes Müller
SEAID, Ministry of Planning and Budgeting
Head of Guarantor Delegation



The World Bank

BR State of Ceará Sustainable Development Policy Loan (P180497)

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Sefaz/CE

Head of Borrower Delegation

Fabiani Fadel Borin

Fabiani Fadel Borin

PGFN, Ministry of Finance

Tiago da Fonte Didier Sousa

Tiago da Fonte Didier Sousa

STN, Ministry of Finance

List of Annexes:

Annex 1: Members of the Borrower, Guarantor and World Bank Delegations

Annex 2: Negotiated Legal Agreement

Annex 3: Negotiated Guarantee Agreement

Annex 4: Loan Choice Worksheet

Annex 5: Amortization Schedule

Annex 6: Program Document



Annex 1

Members of Borrower Delegation

Adão Linhares Muniz – Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações, SEINFRA/CE
Adriana Oliveira Nogueira – Auditora de Controle Interno, CGE/CE
Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos- Orientadora da Célula de Captação de recursos Onerosos - SEPLAG/CE
Fábio Duarte – Auditor Fiscal Contábil Financeiro, SEFAZ/CE
James Uchoa – Auditor Fiscal Contábil Financeiro, SEFAZ/CE
Márcio Cardeal Queiroz da Silva - Secretário Executivo do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, SEFAZ/CE
Paulo Sérgio Rocha - Auditor Fiscal Adjunto, SEFAZ/CE
Rommel Barroso da Frota - Procurador do Estado do Ceará, PGE/CE
Takeshi Koshima – Coordenador de Gestão Fiscal, SEFAZ-CE
Ticiane da Mota Gentil Parente - Coordenadora de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado, SEPLAG/CE

Members of Guarantor Delegation

Fabiana Matsuo Nomura - Chefe de Divisão de Projetos de Modernização do Estado e da União, SEAID/MPO
Fabiani Borin – Procuradora da Fazenda Nacional, PGFN
Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos - Coordenadora de Projetos de Modernização do Estado e da União, SEAID/MPO
Tiago da Fonte Didier Sousa – Auditor Federal de Finanças e Controle, STN/MF
Viviane Vecchi Mendes Müller - Coordenadora-Geral de Projetos Sociais, Sustentabilidade e Modernização do Estado, SEAID/MPO

Members of World Bank Delegation

Carlos Antonio Costa - Senior Energy Economist
Diogo Tavares – Country Lawyer
Fabiano Silvio Colbano - Senior Economist
Juliana Nevez Soares Brescianini – Operations Analyst
José C. Janeiro – Senior Finance Officer
Leonardo Nascimento - Senior Financial Management Specialist
Maíra Oliveira Gomes dos Santos – Legal Assistant
Megan Meyer - Senior Energy Specialist
Natasha Wiedmann – Lawyer
Priscilla Nunes Cardoso de Sá – Team Assistant
Tania Lettieri - Senior Operations Officer

CONFIDENTIAL DRAFT
Negotiated version
February 23, 2024

LOAN NUMBER _____ -

Loan Agreement

(BR State of Ceará Sustainable Development Policy Loan)
(Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável)

between

**INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT**

and

STATE OF CEARÁ

LOAN AGREEMENT

AGREEMENT dated as of the Signature Date between INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") and STATE OF CEARÁ ("Borrower") for the purpose of providing financing in support of the Program (as defined in the Appendix to this Agreement).

WHEREAS (A) the Bank has decided to provide this financing on the basis, *inter alia*, of (a) the actions which the Borrower has already taken under the Program and which are described in Section I.A of Schedule 1 to this Agreement; (b) the Guarantor's maintenance of an adequate macroeconomic policy framework; and (c) the Borrower's maintenance of: (i) an appropriate expenditure program; (ii) sustainable debt; and (iii) appropriate fiscal arrangements with the Guarantor.

WHEREAS (B) the Borrower has informed the Bank that, upon deposit by the Bank of the proceeds of the Loan (on the terms set forth in Section II.D. of Schedule 1 to this Agreement, for purposes of supporting the Program), into an account to be designated by the Borrower, the Borrower will (i) improve efficiency in public resource management, and (ii) promote inclusive and sustainable development through clean energy and skills development.

The Borrower and the Bank therefore hereby agree as follows:

ARTICLE I — GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

- 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) apply to and form part of this Agreement.
- 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Appendix to this Agreement.

ARTICLE II — LOAN

- 2.01. The Bank agrees to lend to the Borrower the amount of eighty billion, one hundred fourteen million, eight hundred ninety-five thousand, five hundred eighty-four Japanese Yen (JPY 80,114,895,584), as such amount may be converted from time to time through a Currency Conversion ("Loan").
- 2.02. The Front-end Fee is one quarter of one percent (0.25%) of the Loan amount.
- 2.03. The Commitment Charge is one quarter of one percent (0.25%) per annum on the Unwithdrawn Loan Balance.

- 2.04. The interest rate is the Reference Rate plus the Variable Spread or such rate as may apply following a Conversion; subject to Section 3.02(e) of the General Conditions.
- 2.05. The Payment Dates are May 15 and November 15 in each year.
- 2.06. The principal amount of the Loan shall be repaid in accordance with Schedule 2 to this Agreement.
- 2.07. Without limitation upon the provisions of Section 5.05 of the General Conditions, the Borrower shall promptly furnish to the Bank such information relating to the provisions of this Article II as the Bank may, from time to time, reasonably request.
- 2.08. The Borrower may request the Conversion of Loan terms, in each case with the prior no-objection of the Guarantor, through its Secretariat of the National Treasury of the Guarantor's Ministry of Finance.

ARTICLE III — PROGRAM

- 3.01. The Borrower declares its commitment to the Program and its implementation. To this end, and further to Section 5.05 of the General Conditions:
 - (a) The Borrower and the Bank shall from time to time, at the request of either party, exchange views on (i) the Guarantor's macroeconomic policy framework, (ii) the Borrower's maintenance of an adequate expenditure program, sustainable debt, and adequate fiscal arrangements with the Guarantor, and (iii) the progress achieved in carrying out the Program;
 - (b) Prior to each such exchange of views, the Borrower shall furnish to the Bank for its review and comment a report on the progress achieved in carrying out the Program, in such detail as the Bank shall reasonably request; and
 - (c) Without limitation upon paragraph (a) and (b) of this Section, the Borrower shall promptly inform the Bank of any situation that would have the effect of materially reversing the objectives of the Program or any action taken under the Program including any action specified in Section I of Schedule 1 to this Agreement.

ARTICLE IV — REMEDIES OF THE BANK

- 4.01. The Additional Events of Suspension consist of the following:
 - (a) A situation has arisen which shall make it improbable that the Program, or a significant part of it, will be carried out.

- (b) An action has been taken, or a policy has been adopted by the Borrower to reverse any action or policy under the Program, including any action listed in Section I of Schedule I to this Agreement, which would materially and adversely affect the achievement of the objectives of the Program, as assessed by the Bank pursuant to the report mentioned in Section 5.04.(b) of the General Conditions.

- 4.02. The Additional Event of Acceleration consists of the following: Any event specified in paragraph (b) of Section 4.01 of this Agreement occurs and is continuing for a period of one hundred twenty 120 days after notice of the event has been given by the Bank to the Borrower.

ARTICLE V — EFFECTIVENESS; TERMINATION

- 5.01. The Additional Conditions of Effectiveness consist of the Bank being satisfied with the following:
- (a) The progress achieved by the Borrower in carrying out the Program;
 - (b) The adequacy of the Guarantor's macroeconomic policy framework; and
 - (c) The Borrower's maintenance of an adequate expenditure program, sustainable debt, and adequate fiscal arrangements with the Guarantor.

- 5.02. The Effectiveness Deadline is the date one hundred twenty (120) days after the Signature Date.

ARTICLE VI — REPRESENTATIVE; ADDRESSES

- 6.01. The Borrower's Representative is its Governor.
- 6.02. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions:

- (a) the Borrower's address is:

Secretaria da Fazenda – Sefaz
Av Alberto Nepomuceno, 02 – Centro
Fortaleza – CE - CEP: 60055-000

With copy to:

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento - SEAID
Ministério do Planejamento e Orçamento
Esplanada dos Ministérios Bloco K-5º 8º andar
70040-906 Brasília, DF
Brazil; and

(b) the Borrower's Electronic Address is:

E-mail: gabinete@sefaz.ce.gov.br
cedip@sefaz.ce.gov.br

With copy to:

E-mail: cofiex@economia.gov.br
codiv.df.stn@tesouro.gov.br

6.03. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions:

(a) the Bank's address is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America; and

(b) the Bank's Electronic Address is:

E-mail: jzutt@worldbank.org

AGREED as of the Signature Date.

**INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT**

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____

STATE OF CEARÁ

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____

SCHEDULE 1

Program Actions; Availability of Loan Proceeds

Section I. Actions under the Program

Pillar I – Improving public financial management

1. To improve the governance of its public investment projects, the Borrower adopted a new framework for public investment management that (i) redefines the roles and responsibilities of the agencies in charge of the project cycle, (ii) provides for the improved management of capital expenditures by mandating project risk assessment and prioritization based on a cost-benefit analysis, as well as a robust capital and operating costs estimation, and (iii) integrates climate change considerations through the fast-track of emergency projects; as evidenced by (i) the Borrower's Decree no. 35.504, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, and (ii) the Borrower's Public Investment Management Framework, dated February 23, 2023, available at <https://www.seplag.ce.gov.br/>.
2. To improve the management of its real estate assets, the Borrower adopted a new framework for public real estate asset management that (i) provides for a comprehensive inventory of public properties within its territory, (ii) establishes procedures for public real estate asset valuation to maximize returns on sales, and (iii) allows for the consolidation of the ownership and management of its public real estate under a single agency (CearáPar); as evidenced by (i) the Borrower's Complementary Law no. 296, dated December 16, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on December 19, 2022, (ii) the Borrower's Decree no. 35.505, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, (iii) the Borrower's Decree no. 34.723, dated May 2, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on May 2, 2022, as amended by Decree no. 34.985, dated October 17, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on October 17, 2022, (iv) CONAG Resolution 01/2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 10, 2023, and (v) CONAG Resolution 02/2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 10, 2023.
3. To improve its fiscal accountability and increase the transparency, effectiveness, and efficiency of its policies and programs, the Borrower adopted the 3-Lines of Defense Model developed by the Institute of Internal Audit (IIA) as a means to strengthen the internal control system of its government; as evidenced by the Borrower's Complementary Law no. 309, dated July 11, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 11, 2023.

Pillar II – Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production

1. To limit further greenhouse gas emissions, the Borrower (i) prohibited new ventures in the CIPP that involve the burning of coal in any step of their production process, and (ii) committed to develop an emissions inventory regarding socioeconomic activities developed in its territory, which shall comprise the CIPP's energy balance, within 24 months from June 15, 2023; as evidenced by the Borrower's Decree no. 35.503, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.
2. To stimulate the expansion of distributed solar generation within its territory, in particular within low income and vulnerable communities, the Borrower approved the "Renda do Sol" program, which establishes the institutional arrangements and mechanisms by which (i) funding sources will be secured to provide financial support for the roll-out of distributed solar generation to the target beneficiaries, and (ii) local capacity will be created for systems operation and maintenance; as evidenced by the Borrower's Complementary Law no. 314, dated September 7, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on September 11, 2023.
3. To promote investment in green hydrogen within its territory, the Borrower set up a process of environmental licensing for green hydrogen production projects, which provides for (i) the procedures, criteria and parameters applicable to the environmental licensing and authorization for the production of green hydrogen, and (ii) enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process; as evidenced by (i) the Borrower's Decree no. 35.506, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, and (ii) COEMA Resolution no. 03, dated 10 February 2022, published in the Borrower's Official Gazette on February 14, 2022.
4. To promote the development of skills linked to the low-carbon economy, the Borrower mandated the adoption of technical and vocational education and training curricula in secondary (*Ensino Médio*) and professional (*Ensino Profissional*) schools focusing on clean energy that supports inclusive and sustainable job creation; as evidenced by (i) the Borrower's Law no. 18.194, dated August 31, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on August 31, 2022, and (ii) the Borrower's Decree no. 35.499, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.
5. To support learning recovery following the COVID-19 pandemic, the Borrower approved a plan to expand secondary (*Ensino Médio*) and professional (*Ensino Profissional*) full-time education in public schools within its territory; as evidenced by (i) the Borrower's Law no. 17.995, dated March 29, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on March 29, 2022, and (ii) the Borrower's Decree

no. 35.499, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.

Section II. Availability of Loan Proceeds

- A. General.** The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with the provisions of this Section and such additional instructions as the Bank may specify by notice to the Borrower.
- B. Allocation of Loan Amounts.** The Loan is allocated in a single withdrawal tranche, from which the Borrower may make a withdrawal of the Loan proceeds. The allocation of the amounts of the Loan to this end is set out in the table below:

Allocations	Amount of the Loan Allocated (expressed in JPY)
Single Withdrawal Tranche	80,114,895,584
TOTAL AMOUNT	80,114,895,584

C. Withdrawal Tranche Release Conditions.

1. No withdrawal shall be made of the Single Withdrawal Tranche unless the Bank is satisfied with:
 - (a) The progress achieved by the Borrower in carrying out the Program;
 - (b) The adequacy of the Guarantor's macroeconomic policy framework; and
 - (c) The Borrower's maintenance of an adequate expenditure program, sustainable debt, and adequate fiscal arrangements with the Guarantor.

D. Deposit of Loan Amounts.

1. Notwithstanding the provisions of Section 2.03 of the General Conditions:
 - (a) The Borrower shall open, prior to furnishing to the Bank the first request for withdrawal from the Loan Account, and thereafter maintain, a dedicated account in BRL on terms and conditions satisfactory to the Bank (Local Currency Dedicated Account); and
 - (b) All withdrawals from the Loan Account shall be deposited by the Bank into the Local Currency Dedicated Account.
2. The Borrower, within thirty (30) days after the withdrawal of the Loan Account, shall report to the Bank: (a) the exact sum received into the Local Currency Dedicated Account; (b) the record that an equivalent amount has been accounted for in the Borrower's budget management systems; and (c) the statement of receipts and disbursement of the Local Currency Dedicated Account.

- E. Closing Date.** The Closing Date is December 31, 2025. The Bank may grant an extension of the Closing Date only after the Guarantor's Ministry of Finance has informed the Bank that it agrees with such an extension.

SCHEDULE 2

Commitment-Linked Amortization Repayment Schedule

The following table sets forth the Principal Payment Dates of the Loan and the percentage of the total principal amount of the Loan payable on each Principal Payment Date ("Installment Share").

Level Principal Repayments

Principal Payment Date	Installment Share
On each May 15 and November 15 Beginning May 15, 2024 through November 15, 2043	2.5%

APPENDIX

Definitions

1. “CearáPar” means *Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará* – CearaPar, a State-owned company linked to the Secretariat of Finance of the Borrower (Secretariat da Fazenda - Sefaz/CE), with head office in Fortaleza, and established and operating pursuant to the Borrower’s Law no. 16.698, dated December 14, 2018, and the Borrower’s Decree no. 34.238, dated September 15, 2021.
2. “CIPP” means the Industrial and Portuary Complex of Pecém (*Complexo Industrial e Portuário do Pecém*), managed by *Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A*, a mixed-economy company established and operating pursuant to the Borrower’s Law no. 12.536, dated December 27, 1995.
3. “COEMA” means Environmental State Council (*Conselho Estadual do Meio Ambiente*), established and operating pursuant to the Borrower’s Law no. 11.411, dated December 28, 1987.
4. “CONAG” means State Council for Asset Management and Administration (*Conselho Estadual de Administração e Gestão de Ativos*), established and operating pursuant to the Borrower’s Decree 34.723, dated May 2, 2022.
5. “Dedicated Account” means the dedicated account mentioned in Section II.D.1.(a) of Schedule 2 to this Agreement and in Section 2.03 (a) of the General Conditions.
6. “General Conditions” means the “International Bank for Reconstruction and Development General Conditions for IBRD Financing, Development Policy Financing”, dated December 14, 2018 (Last revised on July 15, 2023).
7. “Program” means: the program of objectives, policies, and actions set forth or referred to in the letter dated October 11, 2023 from the Borrower to the Bank declaring the Borrower’s commitment to the execution of the Program, and requesting assistance from the Bank in support of the Program during its execution and comprising actions taken, including those set forth in Section I of Schedule 1 to this Agreement, and actions to be taken consistent with the program’s objectives.
8. “Signature Date” means the later of the two dates on which the Borrower and the Bank signed this Agreement and such definition applies to all references to “the date of the Loan Agreement” in the General Conditions.

9. "Single Withdrawal Tranche" means the amount of the Loan allocated to the category entitled "Single Withdrawal Tranche" in the table set forth in Part B of Section II of Schedule 1 to this Agreement.

CONFIDENTIAL DRAFT
NEGOTIATED
February 23, 2024

LOAN NUMBER ____ - ____

Guarantee Agreement

(BR State of Ceará Sustainable Development Policy Loan)
(*Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável*)

between

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

and

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT

LOAN NUMBER _____ - ____

GUARANTEE AGREEMENT

AGREEMENT entered into between FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Guarantor") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") ("Guarantee Agreement") in connection with the Loan Agreement of the Signature Date between the Bank and the STATE OF CEARÁ ("Borrower"), concerning Loan No. _____ ("Loan Agreement"). The Guarantor and the Bank hereby agree as follows:

ARTICLE I – GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

Section 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to the Loan Agreement) apply to and form part of this Agreement.

Section 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Loan Agreement.

ARTICLE II – GUARANTEE

Section 2.01. The Guarantor hereby unconditionally guarantees, as primary obligor and not as surety merely, the due and punctual payment of all Loan Payments payable by the Borrower pursuant to the Loan Agreement.

ARTICLE III – REPRESENTATIVE; ADDRESSES

Section 3.01. The Guarantor's Representative is the Minister of Finance.

Section 3.02. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions:

(a) the Guarantor's address is:

Ministério da Fazenda
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar
70048-900 Brasília, DF
Brazil

With copy to:

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ed. Anexo, Ala A – 1º andar, sala 121
70048-900, Brasília, DF
Brazil

Ministério do Planejamento e Orçamento
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Esplanada dos Ministérios, Bloco K - 8º andar
70040-906, Brasília, DF
Brazil; and

(b) the Guarantor's Electronic Address is:

E-mail: apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br

With copy to:

E-mail: codiv.df.stn@tesouro.gov.br
gecod.codiv.df.stn@tesouro.gov.br
cofiex@economia.gov.br

Section 3.03. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions:

(a) the Bank's Address is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America; and

(b) the Bank's Electronic Address is:

E-mail: jzutt@worldbank.org

AGREED as of the later of the two dates written below.

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____

**INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT**

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____



THE WORLD BANK
IBRD • IDA

Termos Financeiros de Empréstimos Flexíveis do BIRD (IFL) com Spread Variável.

Preencha o formulário eletronicamente. Imprima e assine o formulário preenchido.

(Clique nas áreas sombreadas e digite a informação. Verifique as "Instruções de Preenchimento da Planilha de Opções de Empréstimos")

INFORMAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO

Nome do país:	Brasil
Nome do projeto ou programa:	Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará (Ceará Sustentável)
Mutuário:	Estado do Ceará
Moeda do empréstimo (favor selecionar SOMENTE UMA):	☒ iene ☐ Montante do empréstimo: 80.114.895.584,00
Se o empréstimo for expresso em mais de uma moeda, favor especificar em folha separada o nome e o montante de cada moeda.	
A taxa de juros do empréstimo é a soma da taxa de referência mais o spread variável.	

TERMOS DE AMORTIZAÇÃO

Selecione as datas de pagamento: de	15	☒	de	maio-novembro	☒	de cada ano.
Período de carência. Especifique o número de anos (de 0-19.5):	Ano(s) 0					
Prazo total de amortização, incluindo o período de carência: Especifique o número de anos (de 0-35):	Ano(s) 20					
Selecione somente UMA das seguintes opções:						
☒ Programa de amortização vinculado ao compromisso						
☐ Programa de amortização vinculado aos desembolsos (NOTA: se for escolhido o programa de amortização vinculado ao desembolso, somente há disponibilidade dos seguintes perfis de amortização: i. Amortização Constante ou ii. Pagamento constante)						
Selecione somente UM dos seguintes perfis de amortização:						
☒ i. Amortização Constante						
☐ ii. Pagamento Constante (Tabela Price)						
☐ iii. Amortização Única (Bullet) Data de Amortização						
☐ iv. Outras amortizações não padronizadas (especifique as datas programadas de pagamento e montantes da amortização a serem pagos nas datas do pagamento do principal. Se for necessário mais espaço, favor anexar uma folha separada).						

COMISSÃO INICIAL

Selecione somente UMA das seguintes opções:	
☐ Comissão inicial de financiamento retirada dos recursos do empréstimo (capitalizado).	☒ O mutuário pagará a comissão inicial com os próprios recursos (faturada).

OPÇÕES DE CONVERSÃO

A) Para obter informações detalhadas sobre as opções padrão de conversão de moeda e conversão da taxa de juros, favor consultar a Seção 4.01(b) das Condições Gerais.

Indique se o mutuário não deseja participar de nenhuma opção de conversão. Não deseja participar do seguinte:

- ☐ Conversão da moeda
☐ Conversão da Taxa de Referência
☐ Tetos ou Faixas de Variação da Taxa de Referência

B) Se o Mutuário preferir Tetos ou Faixas, selecione somente UMA das seguintes opções:

- ☐ O prêmio do teto/faixa pode ser financiado com os recursos do empréstimo, contanto que haja fundos disponíveis para serem desembolsados.
☒ Prêmio do teto/faixa pago pelo mutuário com recursos próprios.

C) NOTA: Utilize esta opção somente se desejar que o BIRD modifique automaticamente a taxa de referência de todos os desembolsos do empréstimo. A opção ARF por montante não está disponibilizada para IFLs com programação de pagamento vinculado ao desembolso.

☐ Fixação Automática da Taxa de Referência (ARF)

Período: (Igual a um ou mais Períodos de Juros): Selecionar período
OU

Montante (mínimo de US\$ 3 milhões ou 10% do empréstimo, ou o que for maior):

D) ☐ Conversão Automática em Moeda Nacional

NOTA: Conversão Automática da Moeda a uma Moeda Nacional (ACLC). Esta opção converterá automaticamente todo desembolso do empréstimo e a respectiva moeda de pagamento em moeda nacional. Favor contatar o Financial Products and Client Solutions (enviar e-mail a FP@worldbank.org para obter informações sobre moedas, montantes, normas e taxas disponíveis, bem como para obter instruções e formulários específicos relacionadas a esta opção.)

DECLARAÇÃO DAS RAZÕES DO MUTUÁRIO PARA A ESCOLHA DE TERMOS DO EMPRÉSTIMO

DECLARAÇÃO

O mutuário declara que não só tomou suas próprias decisões para obter o Empréstimo em conformidade com os termos contidos neste Formulário bem como declara que o Empréstimo é adequado para ele com base no seu próprio julgamento. O mutuário não recebeu qualquer comunicação (oral ou por escrito) do Banco Mundial com recomendação para tomar o Empréstimo de acordo com os termos selecionados neste documento, ficando entendido que quaisquer informações e explicações relacionadas com os termos e condições do Empréstimo não serão consideradas recomendações para se tomar o Empréstimo. O mutuário declara ainda que compreende e aceita os termos, condições e riscos do Empréstimo. No tocante às opções de conversão, o Mutuário afirma que toda conversão será aceita para fins de gestão prudente da dívida e não para fins especulativos e será solicitada mediante a apresentação de requerimento de conversão distinta, se aplicável. Para obter informação sobre opções de conversão favor consultar o website: World Bank Treasury - Financial Products and Client Solutions website.

ASSINATURA DO MUTUÁRIO E DATA

Assinatura:

MARCIO CARDEAL QUEIROZ DA
SILVA:66646375453

Assinado de forma digital por MARCIO CARDEAL QUEIROZ DA
SILVA:66646375453
Dados: 2024.02.22 12:17:34 -03'00'

Data: 22/02/2024

Amortization Schedule

Project	P180497-BR State of Ceará DPF	Region	LATIN AMERICA AND CARIBBEAN	Country	Brazil
TTL	Fabiano SilvioColbano	Lending Instrument	DPL		
Loan	IBRD T14161-	Financial Product	IFL - Variable Spread Loan	Status	Draft
Amt in CoC	JPY 80,114,895,584	Loan Description	STATE OF CEARA DPF		

Amortization Schedule

Borr Ctry	BR-Brazil	Income Category	4	Avg Repay Maturity (Years)	20.00
------------------	-----------	------------------------	---	-----------------------------------	-------

Amortization Schedule Parameters

Maturity Profile	CUSTOM	Maturity Type	LEVEL
Repayment Term	COMMITMENT_LINKED	Repay Freq (in months)	006
Grace Periods (in months)	000	Final Maturity (in months)	240
First Maturity Dt	15May2024	Last Maturity Dt	15Nov2043
Est Last Disb Dt		Disb Grouping (in months)	000
Payment Day / Month	15/05	Annuity Rate (%)	0.00

Version Number: 002

Repayment Schedule

Repay No	Repay Dt	Repay Amt (JPY)	Repay Amt (USD)	Repay Pct
001	15May2024	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
002	15Nov2024	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
003	15May2025	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
004	15Nov2025	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
005	15May2026	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
006	15Nov2026	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
007	15May2027	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
008	15Nov2027	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
009	15May2028	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
010	15Nov2028	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
011	15May2029	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
012	15Nov2029	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
013	15May2030	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
014	15Nov2030	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
015	15May2031	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
016	15Nov2031	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
017	15May2032	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
018	15Nov2032	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
019	15May2033	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
020	15Nov2033	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
021	15May2034	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
022	15Nov2034	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
023	15May2035	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
024	15Nov2035	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
025	15May2036	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
026	15Nov2036	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
027	15May2037	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
028	15Nov2037	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
029	15May2038	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
030	15Nov2038	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
031	15May2039	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
032	15Nov2039	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
033	15May2040	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
034	15Nov2040	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
035	15May2041	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
036	15Nov2041	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
037	15May2042	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
038	15Nov2042	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000

Repayment Schedule				
Repay No	Repay Dt	Repay Amt (JPY)	Repay Amt (USD)	Repay Pct
039	15May2043	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
040	15Nov2043	2,002,872,390	13,547,109.38	2.50000
Total		80,114,895,600	541,884,375.20	100.00000

Average Repayment Maturity	
Sub Loan Average Repayment Maturity (ARM)	9.88
ARM Saving	10.12



The World Bank

BR State of Ceará Sustainable DPF (P180497)

Document of
The World Bank

FOR OFFICIAL USE ONLY

Report No: PGD435

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

PROGRAM DOCUMENT FOR A

PROPOSED LOAN

IN THE AMOUNT OF JPY 80,114,895,584 (US\$ 541,884,375 EQUIVALENT) TO

THE STATE OF CEARÁ

WITH A GUARANTEE OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE

BR STATE OF CEARÁ SUSTAINABLE DPF

February 23, 2024

Macroeconomics, Trade And Investment Global Practice
Latin America And Caribbean Region

This document has a restricted distribution and may be used by recipients only in the performance of their official duties. Its contents may not otherwise be disclosed without World Bank authorization.



State of Ceará
GOVERNMENT FISCAL YEAR

January 1 – December 31

CURRENCY EQUIVALENTS

(Exchange Rate Effective as of February 22, 2024)

Currency Unit

US\$ 1.00: R\$ 4.94

ABBREVIATIONS AND ACRONYMS

BCB	<i>Banco Central do Brasil</i> (Brazilian Central Bank)	IMF	International Monetary Fund
CAPAG	<i>Capacidade de pagamento</i> (credit worthiness scoring system)	INEP	<i>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</i> (Anísio Teixeira National Institute for Educational Research and Studies)
CARF	<i>Conselho Administrativo de Recursos Fiscais</i> (Tax Appeals Administration Council)	IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
CBA	Cost-Benefit Analysis	LDO	<i>Lei de Diretrizes Orçamentárias</i> (Budget Guidelines Law)
CBAM	Carbon Based Adjustment Mechanism	LDP	Letter of Development Policy
CearaPar	<i>Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará</i> (Ceará Participation and Asset Management Company)	MAPP	Monitoring of Priority Actions and Projects
CGE	<i>Controladoria Geral do Estado</i> (State General Comptroller)	NCR	Net Current Revenues
CIPP	<i>Complexo Industrial e Portuário do Pecém</i> (Industrial Complex of Pecém)	NPV	Net Present Value
COEMA	<i>Conselho Estadual de Meio Ambiente</i> (State's Environmental Council)	PDO	Project Development Objective
COSO	Committee of Sponsoring Organizations	PER	Brazil Public Expenditure Review
CPF	Country Partnership Framework	PFM	Public Financial Management
CPI	Consumer Price Index	PGE	<i>Procuradoria Geral do Estado</i> (State Attorney General's Office)
CPIA	Country Policy and Institutional Assessments	PIM	Public Investment Management
DG	Distributed Generation	PNADC	<i>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua</i> (Continuous National Household Sample Survey)
DPF	Development Policy Financing	PPA	<i>Plano Plurianual</i> (Multiannual Plan)
CPIA	Country Policy and Institutional Assessments	PPP	Purchasing Power Parity
DPF	Development Policy Financing	RE	Renewable Energy
EC	<i>Emenda Constitucional</i> (Constitutional Amendment)	RPPS	<i>Regime Próprio de Previdência Social</i> (Civil Servant Pension Regime)
EI/EIR	Environmental Impact Study and Environmental Impact Report	SDR	Special Drawing Rights
FDI	Foreign Direct Investment	SEDUC	<i>Secretaria de Educação</i> (State Secretariat of Education)
FPE	<i>Fundo de Participação dos Estado</i> (State Participation Fund)	SEFAZ	<i>Secretaria da Fazenda</i> (Secretariat of Finance)
FPM	<i>Fundo de Participação dos Municípios</i> (Municipal Participation Fund)	SEINFRA	<i>Secretaria Estadual de Infraestrutura</i> (State Secretariat of Infrastructure)
FRL	Fiscal Responsibility Law	SEMA	<i>Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima</i> (State Secretariat for the Environment and Climate Change)
FSAP	Financial Sector Assessment Program	SEMACE	<i>Superintendência Estadual do Meio Ambiente</i> (State Superintendence of the Environment)
GoC	<i>Governo do Ceará</i> (Government of Ceará)	SEPLAG	<i>Secretaria do Planejamento e Gestão</i> (Secretariat for Planning and Management)
GDP	Gross Domestic Product	SER	Simplified Environmental Report



The World Bank

BR State of Ceará Sustainable DPF (P180497)

GHG	Greenhouse Gas	SIAFE-CE	<i>Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará</i> (Integrated Planning and Financial Administration System of the State of Ceará)
GNFS	Goods and Non-factor Services	STEM	Science, Technology, Engineering and Math
GRID	Green, Resilient and Inclusive Development	STN	<i>Secretaria do Tesouro Nacional</i> (National Treasury Secretariat)
GTI	Investments Technical Group	TCE	<i>Tribunal de Contas do Estado do Ceará</i> (State Audit Court)
HCI	Human Capital Index	TCU	<i>Tribunal de Contas da União</i> (Federal Court of Accounts)
IA-CM	Internal Audit Capability Model	TFP	Total Factor Productivity
IBGE	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> (Brazilian Institute of Geography and Statistics)	TVET	Technical and Vocational Education and Training
IBRD	International Bank for Reconstruction and Development	VAT	Value-Added Tax
ICMS	<i>Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços</i> (Tax on the Circulation of Goods and Services)	WASH	Water, Sanitation, and Hygiene
IDEB	<i>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica</i> (Basic Education Development Index)	WB	World Bank
IFC	International Finance Corporation	WBG	World Bank Group
IFI	<i>Instituição Fiscal Independente</i> (Independent Fiscal Institute)		

Regional Vice President: Carlos Felipe Jaramillo

Country Director: Johannes C.M. Zutt

Regional Director: Oscar Calvo-Gonzalez and Maria Marcela Silva

Practice Manager (s): Doerte Doemeland and Gabriela Elizondo Azuela

Task Team Leader (s): Fabiano Silvio Colbano and Megan Meyer



FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

BR State of Ceará Sustainable DPF

TABLE OF CONTENTS

SUMMARY OF PROPOSED FINANCING AND PROGRAM	1
1. INTRODUCTION	3
2. MACROECONOMIC POLICY FRAMEWORK.....	4
2.1. RECENT ECONOMIC DEVELOPMENTS.....	4
2.2. MACROECONOMIC OUTLOOK AND DEBT SUSTAINABILITY.....	5
2.3. RECENT ECONOMIC DEVELOPMENTS AND FISCAL SUSTAINABILITY IN THE STATE OF CEARÁ	9
2.3. IMF RELATIONS	10
3. GOVERNMENT PROGRAM	10
4. PROPOSED OPERATION	11
4.1. LINK TO GOVERNMENT PROGRAM AND OPERATION DESCRIPTION	12
4.2. PRIOR ACTIONS AND RESULTS	12
4.3. LINK TO CPF, OTHER BANK OPERATIONS AND THE WBG STRATEGY	22
4.4. CONSULTATIONS AND COLLABORATION WITH DEVELOPMENT PARTNERS	22
5. OTHER DESIGN AND APPRAISAL ISSUES	23
5.1. POVERTY AND SOCIAL IMPACT	23
5.2. ENVIRONMENTAL, FORESTS, AND OTHER NATURAL RESOURCE ASPECTS	24
5.3. PFM, DISBURSEMENT AND AUDITING ASPECTS.....	24
5.4. MONITORING, EVALUATION AND ACCOUNTABILITY	26
6. SUMMARY OF RISKS AND MITIGATION	27
ANNEX 1: POLICY AND RESULTS MATRIX	29
ANNEX 2: FUND RELATIONS ANNEX	33
ANNEX 3: LETTER OF DEVELOPMENT POLICY.....	36
ANNEX 4: ENVIRONMENT AND POVERTY/SOCIAL ANALYSIS TABLE	43
ANNEX 5: PARIS ALIGNMENT ASSESSMENT TABLE	45
ANNEX 6: ESTIMATED IMPACTS OF THE REVENUE MEASURES PROPOSED BY THE FEDERAL GOVERNMENT	52
ANNEX 7: BRAZIL DEBT SUSTAINABILITY ANALYSIS.....	53
ANNEX 8: INTERGOVERNMENTAL FISCAL ARRANGEMENTS IN BRAZIL	55
ANNEX 9: DPF PRIOR ACTIONS AND ANALYTICAL UNDERPINNINGS	57



This Sustainable DPF for the Brazilian State of Ceará (P180497) was prepared by an IBRD team led by Fabiano Silvio Colbano, Senior Economist and TTL (ELCMU) and Megan Meyer, Senior Energy Specialist and co-TTL (IEEES), and comprised of (in alphabetical order): Alberto Coelho Gomes Costa, Senior Social Development Specialist (SLCSO); Ana Carolina Rodrigues Velloso Cordeiro, Consultant (SLCUR); Carlos Antonio Costa, Senior Energy Economist (ILCE1); Carolina Luisa Vaira, Senior Governance Specialist (ELCG2); Daniela Gayraud, Operations Analyst (SLCEN); Daria Yurlova, ET Consultant (IPGPP); Eric Shayer, Senior Environmental Specialist (SLCEN); Fátima Alves, Consultant (HLCED); Flavia Nahmias da Silva Gomes, Program Assistant (LCC5C); Gabriel Lara Ibarra, Senior Economist (ELCPV); Guido Couto Penido Guimarães, Consultant (SLCEN); Gustavo Covolan Bozzetti, ET Consultant (ELCG2); Heron Marcos Teixeira Rios, ET Consultant (ELCMU); João Guilherme Moraes de Queiroz, Senior Procurement Specialist (ELCRU); Julio Velasco, Senior Economist, (ELCMU); Leandro Costa, Senior Economist (HLCED); Luigi Butron Calderon, Economist (ELCMU); Luis Alberto Andrés, Sector Leader (ILCDR); Maja Murisic, Senior Environmental Specialist (SLCEN); Michael Peter Wilson, Young Professional (ILCE1); Paola Buitrago Hernandez, Economist (ELCPV); Pierre Audinet, Lead Energy Specialist (IEEGK); Priscilla Nunes Cardoso de Sá, Program Assistant (LCC5C); Raphael Pinto Fernandes, Consultant (ELCMU); Sadia Afobali, Governance Specialist (ELCG2); Shyamala Shukla, Senior Public Private Partnerships Specialist (IPGPP); Shireen Mahdi, Lead Country Economist (ELCRD); and Susana Amaral, Senior Financial Management Specialist (ELCG1).

The team is grateful for the comments received from Rafael Muñoz Moreno, Lead Country Economist (ELCDR), Silvia Martinez Romero, Lead Energy Specialist (IECE1), Michael Geiger, Economic Adviser (OPCS), Joaquim Diogo Ribeiro Tavares, Counsel (LEGLE), Stephanie Gil, Practice Manager (IECE1) and Evelyn Awittor, Senior Operations Officer (LCROS).

The team is grateful for the guidance provided by Johannes Zutt, Country Director (LCC5C), Oscar Calvo-Gonzalez, Regional Director (ELCDR), Maria Marcela Silva, Regional Director (ILCDR), Doerte Doemeland, Practice Manager (ELCMU) and Gabriela Elizondo Azuela, Practice Manager (ILCE1).

SUMMARY OF PROPOSED FINANCING AND PROGRAM

BASIC INFORMATION

Operation ID	Programmatic
P180497	No

Proposed Development Objective(s)

The proposed DPF supports reforms of the state of Ceará to: (i) improve public financial management; and (ii) strengthen the enabling environment to scale up clean energy production.

Organizations

Borrower:	State of Ceará
Implementing Agency:	State Secretariat of Civil House, State Secretariat of Finance

PROJECT FINANCING DATA (US\$, Millions)

Maximizing Finance for Development

Is this an MFD-Enabling Project (MFD-EP)?	Yes
Is this project Private Capital Enabling (PCE)?	No

SUMMARY

Total Financing	541.88
-----------------	--------

DETAILS

World Bank Group Financing

International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)	541.88
--	--------

PRACTICE AREA(S)



Practice Area (Lead)

Macroeconomics, Trade and Investment

Contributing Practice Areas

Education; Governance; Infrastructure, PPP's & Guarantees

CLIMATE

Climate Change and Disaster Screening

Yes, it has been screened and the results are discussed in the Concept Document

OVERALL RISK RATING

Overall Risk

Moderate

RESULTS

Indicator Name	Baseline	Target
Pillar I – Improving public financial management		
RI1. Number of public investment projects screened, appraised, and prioritized according to the methodology criteria set forth on the new legal framework	2022 = 0	2025 = 5
RI2. Real estate assets vacancy rate	2022 = 18.5 percent	2025 = 8 percent
RI3. Increased deployment of the Integrity Program in five units of the state's key sectoral budgets secretariats to assess its internal control structure according to the methodology criteria set forth on the "Integrity Diagnostics Framework"	2022 = 54 percent	2025 = 75 percent
Pillar II – Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production		
RI4. Publication of targets for greenhouse gas emission reduction for the CIPP, utilizing the emissions inventory and energy balance	2022 = no emission reduction targets published for the CIPP	2025 = emission reduction targets published for the CIPP for 2030, 2040 and 2050
RI5. Funds transferred to the FIEE Fund to Support the Renda do Sol Program, utilizing energy cost savings from the State's public building renewable energy program	2022 = R\$ 0m	2025 = R\$ 19m
RI6. Locational environmental licensing assessments completed	2022 = 0	2025 = 4
RI7. Number of TVET courses on clean energy	2022 = 1	2025 = 8
RI8. Number of girls (aged 14 to 19) participating on STEM career orientation program	2022 = 0	2025 = 20,000
RI9. Number of full-time schools' facilities rehabilitated or constructed following the criteria laid out in the regulations.	2022 = 257	2025 = 400



IBRD PROGRAM DOCUMENT FOR A PROPOSED LOAN IN THE AMOUNT OF JPY 80,114,895,584 (US\$ 541,884,375 EQUIVALENT) TO THE STATE OF CEARÁ FOR THE BR STATE OF CEARÁ SUSTAINABLE DPF

1. INTRODUCTION

1. **This proposed DPF supports reforms of the state of Ceará to: (i) improve public financial management; and (ii) strengthen the enabling environment to scale up clean energy production.** The proposed JPY 80,114,895,584.34 (US\$ 541,884,375 equivalent) International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) loan supports critical reforms in areas related to two key pillars. The first pillar seeks to strengthen public finance systems through improved in public investment management, public assets management and internal control. The second pillar supports policies and regulations that promote a just and clean energy transition and better skills. This operation is part of a broader package of support by the World Bank (WB) to improve fiscal and environmental sustainability and resilience at the sub-national level in Brazil and is fully aligned with the Green, Resilient and Inclusive Development (GRID) approach.

2. **The Northeastern state of Ceará faces important development challenges.** Ceará is the state with the fourth lowest income in Brazil (GDP per capita of BRL 3,522). More than half of Ceará's work force is informal, compared to 39.0 percent for Brazil, and its poverty rate is high at 44.2 percent (US\$6.85/day; PPP 2017). While the state has been known for its educational achievements, holding the second-best position in the national Basic Education Development Index (IDEB) ranking, the share of literate children aged 7 and 8 fell from 82.7 percent in 2019 to 69.4 percent in 2021 (PNADC). Ceará is also vulnerable to the effects of climate change, specifically the threat of drought and desertification, with implications for its water systems and agriculture. But the state has significant potential to generate renewable energy, which could be leveraged as a source of investment and growth.

3. **Supported by this DPF, the Government of Ceará (GoC) is enhancing public financial management by strengthening public investment, public asset management and internal audits (Pillar 1).** Despite the presence of large-scale projects such as the Green Hydrogen Hub that is being develop within State's Port and Industrial Complex of Pecém (*Complexo Industrial e Portuário do Pecém*, CIPP), there remain important public investment gaps in healthcare, education, and transport. The new public investment management system will improve the quality and efficiency of public investment spending. The reform of the real estate asset management system will promote a more efficient management of public assets, generating additional revenue, optimizing the return of the assets, and facilitating their use by the private sector. The internal audit system will contribute to strengthening the effectiveness of internal auditing in the Executive Branch, promoting accountability, better use of public resources and reducing fraud.

4. **The GoC also seeks to accelerate a just and clean energy transition, as set out in the *Ceará Verde Plan* (Pillar 2).** Ceará has an estimated renewable energy potential of 854 GW, nearly five times greater than the current size of the existing national power system. Approximately 5.2 GW of renewable energy have been developed in the state as of 2022. Scaling-up of clean energy in Brazil can be part of a least cost power expansion plan that supports economic growth as well as climate change mitigation and adaptation.¹ Nonetheless, fossil fuel-based energy supply is responsible for 42 percent of the state's greenhouse gas (GHG) emissions (above the national average of 18 percent)², the majority of which are generated by power generation and industrial production in the CIPP. Ceará's high electricity tariffs, which have increased by 117 percent in the last 6 years, reduce economic competitiveness. This DPF supports the implementation of the *Ceará Verde Plan*, establishing limits to the expansion of fossil fuels in the CIPP. The new *Renda do Sol* (*Sun Income*)

¹ Brazil Country Climate and Development Report (CCDR) <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/fd36997e-3890-456b-b6f0-d0cee5fc191e/content>

² Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2022: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>.



program will enable vulnerable communities access renewable energy. Improving the regulatory framework for licensing of green hydrogen projects will facilitate private investment and increase the supply of green energy.

5. **More skilled workers will help scale up clean energy.** The GoC has recently implemented full-time schooling in state schools, which will strengthen the state's overall educational outcomes. Educational programs that offer specialized knowledge and skills related to clean energy, particularly for offshore wind and green hydrogen production³, offer an opportunity to expand and diversify Ceará's skilled workforce, create jobs and improve innovation and competitiveness, critical for sustainable and inclusive growth.

6. **The reforms under this DPF are expected to contribute to a more efficient public administration and support the just energy transition in Ceará.** Enhancing public financial management is expected to improve the quality and efficiency of public investment spending (PA1), promote a more agile business environment to facilitate the use of public assets, generate additional revenue and optimize the returns from the assets (PA2), and to strengthen the effectiveness of internal auditing, promoting accountability, better use of public resources and reducing fraud (PA3). Actions to support the energy transition in CIPP will help the GoC to reach its objective of statewide net zero emission by 2050, including limiting the expansion of fossil fuels and establishing GHG emission reductions targets (PA4). They will also allow vulnerable communities to access income from the state's abundant renewable energy potential (PA5), reduce barriers for private investments in green hydrogen projects (PA6), increase the availability of skilled workers for the just energy transition through focused education opportunities (PA7), and support education learning recovery following the COVID-19 pandemic (PA8).

2. MACROECONOMIC POLICY FRAMEWORK

2.1. RECENT ECONOMIC DEVELOPMENTS

7. **Brazil's economy grew 3.7 percent in the first semester of 2023, as inflation moderated, and the financial sector remains sound.** Growth was driven by the agriculture sector's strong performance and a fiscal stimulus and social income transfers-boosted consumption. CPI-inflation moderated to 5.2 percent in September 2023 from 12.1 percent in April 2022, above the Central Bank's inflation target interval. Food, fuels, and energy prices declined, but annual core and services inflation remained persistent at 5.0 percent and 5.5 percent respectively. Brazil's Central Bank (BCB) lowered the policy interest rate to 12.75 percent in September 2023 (down from the 13.75 percent peak up to July). The financial sector in Brazil remained stable and liquid, with strong buffers, as the capital-asset ratio reached 15.8 percent in June 2023, comfortably exceeding the regulatory minimum (8 percent international and 10.5 percent in Brazil).

8. **Brazil external position strengthened further.** The 12-month current account deficit fell to 2.2 percent of GDP in August 2023 (US\$ 45.3 billion) and 12-month net FDI inflows reached 2.2 percent of GDP (US\$ 45.2 billion). International reserves increased to 16.6 percent of GDP (US\$ 341.8 billion) in August 2023. The Central Bank's net FX position was partially offset by currency swap operations of US\$ 98.4 billion, resulting in a net FX long position of US\$ 243.4 billion (111.8 percent of GDP) in August. External financing needs in 2022 were moderate at 10.6 percent of GDP, 3.4 percentage points below their 2020 peak. The exchange rate appreciated from R\$/US\$ 5.6 in December 2021 to R\$/US\$ 5.0 in the end of September 2023 supported by high domestic interest rate and strong export performance.

9. **Fiscal balances deteriorated in 2023 as one-off revenues vanished, and social transfers increased.** Higher economic growth, persistent inflation, and elevated commodities prices boosted primary surplus in 2022 to 1.3 percent of GDP. However, from January to August 2023, Central Government net revenues shrank by 5.8 percent due to lower commodity prices whilst spending grew by 4.5 percent in real terms, largely due to an increase in social transfers and the

³ Green hydrogen is produced by using renewable energy sources to split water into hydrogen and oxygen. It is considered a promising technology for decarbonizing the energy sector.

effect of a higher minimum wage on pensions payments. Nominal interest payments reached 6.6 percent of GDP in July 2023, up from 6.0 percent in 2022. As a result, the overall fiscal deficit grew to 7.3 percent of GDP in August 2023 (from 4.6 percent in 2022) and general government's gross debt increased to 74.4 in August 2023, following the reduction to 72.9 percent in 2022.

2.2. MACROECONOMIC OUTLOOK AND DEBT SUSTAINABILITY

10. **GDP is expected to grow by 2.6 percent in 2023, 1.3 percent in 2024, and 2.2 percent in 2025.** Growth in 2023 is expected to be supported by agriculture and on the demand side, by exports and private consumption, due to a strong labor market and income transfers from *Bolsa Família* program (Brazil's flagship social safety net program). Inflation is on a downward trend towards 4.5 percent in 2023 and 3.5 percent by 2025, slightly above the Central Bank's target of 3 percent, and allowing for a gradual easing of monetary policy. The current account is projected to remain below 2.6 percent of GDP over the medium term as external conditions adjust and growth returns to its pre-pandemic trend, fully financed by FDI. Baseline growth beyond 2025 is assumed to stay at around 2.0 percent due to structurally low total factor productivity (TFP) growth, lower national savings that limit the investment rate, and decreasing population growth. Progress in implementing growth-enhancing structural reforms, including those related to trade openness, market competition, and the business environment will be critical to boost potential growth.

11. **Poverty is projected to decline.** Labor market gains combined with larger payments from the *Bolsa Família* transfers program are expected to reduce the poverty rate (US\$ 6.85 per day) to 22.1 percent in 2023. The poverty rate is projected to decrease further in 2024 and 2025 to 21.5 percent and 20.8 percent, respectively.

12. **Fiscal projections assume the implementation of the new fiscal framework.** The new framework was approved on August 30, 2023, and combines a spending rule with a primary balance rule. The spending rule will limit federal real primary spending growth to 70 percent of the real primary recurrent revenue growth (i.e., excluding one-off revenues). Real growth of expenditures should be within 0.6 and 2.5 percent. The primary balance targets will be defined for four years in the annual budget guidelines law, with a 0.25 tolerance interval. The annual budget guidelines law will also include a medium-term fiscal framework, with emphasis on the expected effect of the fiscal targets on the public debt trajectory. With the new fiscal framework, the Government foresees zeroing the federal primary deficit in 2024, obtaining primary surpluses of 0.5 and 1.0 percent of GDP in 2025 and 2026, respectively, while stabilizing the debt/GDP ratio by 2026. An important feature of the framework is the need for 0.7 – 1.0 percent of GDP in additional revenues between 2023 and 2026. According to the Independent Fiscal Institute (IFI) of Brazil estimates, the package of revenue measures announced by the government is sufficient to meet this gap (see Annex 6 for a summary of the announced measures).⁴

13. **The primary deficit is expected to turn into a surplus over the medium term.** The projected primary deficit of 0.9 percent of GDP in 2023 for the general government reflects the effects of higher social transfers for the year and the reduction of revenues due to lower one-off revenues and lower inflation. The primary balance is expected to gradually increase until it achieves a surplus of 1.1 percent of GDP by 2026. The overall fiscal deficit is projected to increase to 7.3 percent in 2023 (from 4.6 percent in 2022) before gradually declining to 3.3 percent of GDP by 2026, in line with lower interest payments and financing needs. The deficit will largely be financed through domestic debt issuances, in line with the National Treasury Annual Borrowing Plan (87.5 percent of federal debt is domestic and over 90 percent is in local currency).

14. **Public debt is projected to peak at 76.3 percent of GDP by 2024 before trending downward to 69.4 percent by 2030.** The main macroeconomic shocks that pose risks to debt sustainability (see Annex 7) include lower than projected primary balances, lower GDP growth and real interest rates increase. A combined shock would have the largest impact on

⁴ According to estimates from the Independent Fiscal Institute (IFI) of Brazil, primary revenues would need to grow by at least 0.8 percent of GDP for the government to be able to comply with the primary balance target in 2024.



public debt. Public gross financing needs are expected to decrease from 25.8 percent of GDP in 2024 to 20.6 percent in 2025 and 13.4 percent in 2026, on the back of lower interest payments and improving primary balances. Government debt exposure to exchange rate risks is low and rollover risks are mitigated by sizeable federal cash balances (16.2 percent of GDP in June 2023) and a deep domestic public bond market.

15. **Key macroeconomic risks are mainly driven by concerns with the pace of fiscal consolidation, low productivity growth, and deteriorated external conditions.** Public debt sustainability is vulnerable to the pace of the fiscal adjustment (that depends on the government to comply with the new federal fiscal framework) as well as growth and real interest rate shocks. On the external side, persistent inflationary pressures in advanced economies can keep elevated for a longer time the global interest rates and reduce global economic activity, triggering higher investor risk aversion and reducing capital inflows, weakening the Brazilian currency, putting additional pressures on domestic inflation, as well as limiting investments and exports growth.

16. **Brazil's macroeconomic policy framework is deemed adequate for this proposed operation.** Brazil has a high government cash balance position, low public debt exposure to exchange rate fluctuations, strong external accounts, strong financial sector regulations that support a solid financial system, a consolidated inflation target system and an independent Central Bank and a flexible exchange rate regime that can anchor inflation expectations. Brazil's external position is buffered by the low share of foreign currency-denominated public debt and high gross reserves. The new fiscal framework reduces uncertainty around fiscal policy, provides predictability for the fiscal accounts, and aims to stabilize debt over the medium-term. The VAT tax reform is expected to improve the business environment through tax simplification and boost productivity. The recently approved financial sector reforms helped to boost competition in the financial markets, financial inclusion, and market access. The labor market reform enacted in 2017 and recent reforms approved in 2020 and 2021 have supported market entry and private sector participation in key infrastructure sectors (water and sanitation, telecom, and energy). This scenario of reforms and the reduction of political uncertainty after the general elections in 2022 have reflected in the country's risk performance and upgraded ratings, that has been reduced to 206 basis points in September 2023 (the lowest level since January 2020).

Table 1: Key Macroeconomic Indicators

	2020	2021	2022	2023e	2024f	2025f	2026f
Real economy	Annual percentage change, unless otherwise indicated						
GDP (nominal - R\$ billion)	7,610	8,899	9,915	10,621	11,321	12,150	12,919
Real GDP	-3.3	5.0	2.9	2.6	1.3	2.2	2.0
Per Capita GDP (in real US\$)	8,228	8,593	8,802	8,984	9,053	9,203	9,337
Contributions (supply side):							
Agriculture	0.3	0.0	-0.1	0.9	0.2	0.1	0.1
Industry	-0.5	0.9	0.3	0.1	0.2	0.3	0.3
Services	-2.3	3.2	2.5	1.3	0.7	1.5	1.6
Indirect taxes	-0.7	0.9	0.2	0.4	0.2	0.3	0.0
Contributions (demand side):							
Consumption	-3.8	3.1	3.1	1.9	1.1	1.7	1.5
Investment	-0.3	3.0	0.2	0.0	0.3	0.4	0.4
Net exports	1.0	-0.8	0.7	0.7	0.0	0.0	0.0
Statistical discrepancy and change in inventories	-0.2	-0.4	-1.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Imports, GNFS	-9.5	12.0	0.8	0.0	2.0	2.0	2.0
Exports, GNFS	-2.3	5.9	5.5	5.0	2.0	2.0	2.0
Unemployment rate (ILO definition)	13.1	12.5	8.4	7.8	8.4	8.8	8.7
CPI (end of period)	4.5	10.1	5.8	4.8	3.8	3.5	3.5
CPI (average period)	3.8	8.3	9.3	4.7	4.0	3.8	3.5
Fiscal Accounts	Percent of GDP, unless otherwise indicated						
Expenditures	45.7	40.1	40.8	41.5	40.2	38.8	38.1
Revenues	33.8	35.3	37.1	34.8	34.8	34.8	34.9
Overall Balance	-13.3	-4.3	-4.6	-7.3	-5.2	-3.9	-3.3
Primary Balance	-9.3	0.7	1.3	-0.9	0.2	0.7	1.1
General Government Gross Debt (Authorities' definition) ^{1/}	86.9	78.3	72.9	75.6	76.3	75.3	74.2
Selected Monetary Accounts	Annual percentage change, unless otherwise indicated						
Base Money	36.3	-5.2	2.6	-	-	-	-
Credit to non-government	15.6	17.8	14.5	-	-	-	-
Interest rate - Selic (period average)	2.8	4.8	12.6	-	-	-	-
Balance of Payments	Percent of GDP, unless otherwise indicated						
Current Account Deficit	1.9	2.8	2.9	2.0	2.2	2.6	2.6
Imports, GNFS	15.6	18.6	19.4	17.7	16.9	16.3	15.6
Exports, GNFS	16.1	19.1	19.6	18.7	17.9	17.2	16.5
Net Foreign Direct Investment	2.8	1.8	3.1	3.0	3.0	3.0	3.0
Gross Reserves (in US\$, eop)	355.6	362.2	324.7	327.8	343.6	353.0	363.0
In months of next years imports	15.8	18.9	12.7	10.5	10.8	10.6	10.6
As % of short-term external debt ^{2/, 3/}	179.2	208.4	193.7	194.0	197.9	199.2	200.6
External Debt (in US\$, eop) ^{3/}	639.3	670.3	681.1	686.2	705.5	719.9	735.0
External Debt ^{3/}	43.3	40.6	35.2	31.7	29.7	28.5	27.6
Terms of Trade (% change)	0.6	7.1	-5.5	-0.3	-0.3	-0.1	0.0
Exchange Rate (average)	5.2	5.4	5.1	-	-	-	-

1/ Brazilian Central Bank definition (2008 methodology), that excludes the Federal securities in the BCB portfolio and includes the stock of BCB repo operations.

2/ It includes the long-term debt repayments due in the next 12 months as short-term debt.

3/ It includes securities issued in Brazil held by foreign residents and intercompany loans.



Table 2: Balance of Payments (percent of GDP)

	2020	2021	2022	2023e	2024f	2025f	2026f
Financing Requirements	1.4	3.1	3.0	2.0	2.2	2.6	2.6
Current Account Deficit	1.9	2.8	2.9	2.0	2.2	2.6	2.6
Trade Balance (GNFS) 1/ 2/	-0.5	-0.6	-0.2	-1.0	-0.9	-0.9	-0.9
Primary and Secondary Incomes	2.4	3.4	3.2	3.0	3.2	3.5	3.5
Net Errors and Omissions	-0.5	0.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Financing Sources	1.4	3.1	3.0	2.0	2.2	2.6	2.6
Capital Account Balance	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Net Foreign Direct Investment	2.8	1.8	3.1	3.0	3.0	3.0	3.0
Net Portfolio Investment	-0.9	0.5	-0.2	-0.3	0.2	0.3	0.3
Net All Other Flows	-1.8	1.6	-0.3	-0.6	-0.3	-0.3	-0.3
Change in reserve assets	1.0	-0.8	0.4	-0.1	-0.7	-0.4	-0.4
External Financing Gap	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Nominal GDP (USD billion)	1,475.5	1,649.5	1,935.2	2,167.6	2,373.4	2,526.0	2,666.9

1/ GNFS: Goods and Non-factor Services.

2/ A negative sign in Financial Requirements means a reduction of Financing needs, i.e., a surplus in the account, and vice versa.

Table 3: General Government Fiscal Indicators (percent of GDP)

	2020	2021	2022	2023e	2024f	2025f	2026f
<i>General Government Overall Balance</i>	(13.3)	(4.3)	(4.6)	(7.3)	(5.2)	(3.9)	(3.3)
<i>General Government Primary balance</i>	(9.3)	0.7	1.3	(0.9)	0.2	0.7	1.1
<i>of which: Central Government</i>	(9.8)	(0.4)	0.6	(0.9)	0.1	0.7	1.1
<i>Total Revenues (and grants)</i>	33.8	35.3	37.1	34.8	34.8	34.8	34.9
<i>Total Primary Revenues (and grants)</i>	33.8	35.3	37.1	34.8	34.8	34.8	34.9
<i>Tax revenues</i>	32.7	32.7	32.7	32.7	32.7	32.8	32.8
Taxes on goods and services	14.3	14.3	14.3	14.3	14.3	14.3	14.3
Direct Taxes	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5
Social insurance contributions	7.3	7.3	7.3	7.3	7.3	7.3	7.3
Taxes on international trade	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
Non-tax revenues	1.1	2.6	4.4	2.1	2.0	2.0	2.1
<i>Total Expenditures</i>	45.7	40.1	40.8	41.5	40.2	38.8	38.1
<i>Total Primary Expenditures</i>	41.7	35.1	34.9	35.0	34.8	34.2	33.7
<i>Current expenditures</i>	44.4	38.8	39.5	40.0	38.8	37.4	36.7
Wages and compensation	12.9	11.6	11.3	11.3	11.3	11.0	10.8
Goods and services	5.1	5.0	5.1	4.9	4.9	4.8	4.7
Interest payments	4.0	5.0	5.9	6.4	5.4	4.6	4.4
Current Transfers	22.3	17.3	17.2	17.4	17.2	17.0	16.8
Pensions to the private sector workers	8.1	7.3	7.4	7.5	7.5	7.4	7.3
Pensions to the public servants	5.3	4.6	4.5	4.5	4.4	4.3	4.3
Social Assistance	7.2	3.3	3.4	3.7	3.7	3.5	3.5
Other Current Transfers	1.8	2.1	2.0	1.8	1.7	1.7	1.8
Investments (net)	1.4	1.3	1.3	1.5	1.4	1.4	1.3
<i>General Government Gross Debt (Authorities' definition) 1/</i>	86.9	78.3	72.9	75.6	76.3	75.3	74.2
Domestic Debt	76.1	67.4	63.7	66.1	66.8	65.8	64.9
External Debt	10.8	10.9	9.1	9.5	9.6	9.4	9.3

1/ Brazilian Central Bank definition (2008 methodology), that excludes the Federal securities in the BCB portfolio and includes the stock of BCB repo operations.

2.3. RECENT ECONOMIC DEVELOPMENTS AND FISCAL SUSTAINABILITY IN THE STATE OF CEARÁ

17. **Ceará's economy grew by 5.5 percent and 1.0 percent in 2021 and 2022, respectively.** Deceleration in 2022 was largely driven by a sharp downturn in manufacturing (-6.4 percent) and utilities (-19.2 percent). However, despite the lower economic growth in 2022, unemployment fell to 7.8 percent in December 2022 (the lowest rate since 2015). The share of extremely poor people living under US\$2.15/day (PPP 2017) was 11.0 percent (World Bank calculations using PNADC 2021).

18. **The GoC's fiscal performance has been sound.** Rapidly rising civil servant expenditure pushed the GoC into approving a state spending cap rule in 2016, a pension reform in 2019 and a salary freeze in 2020 and 2021. As a result, the wage bill remained below the limit set under the Fiscal Responsibility Law, growing by a moderate 2.0 percent per year, on average, in real terms, whilst pensions spending rose by 2.2 percent per year between 2014 and 2020. Spending growth remained below Net Current Revenues (NCR) growth in real terms. This created space for the state to increase investments by 4.7 percent in real terms per year between 2016 and 2022, on average. It also enabled the government to effectively respond to the COVID-19 pandemic. The GoC achieved recurrent primary surpluses over the last ten years and maintained its debt repayment capacity rating (Capacity of Payment - CAPAG) of B (the federal government generally requires states to have a CAPAG rating of A or B before supporting credit operations) between 2018 to 2022. Net debt declined from 62 percent of the NCR in 2015 to 33.9 percent in 2022. However, debt service (7.6 percent of the NCR) and the share of the debt in foreign currency (53.6 percent of the total debt) are relatively high.

19. **National macroeconomic risks are the key sources of risks for the state.** Fiscal decisions at the federal level (such as the increase of the national minimum wage, increases in national civil service salary ceilings, changes in tax rates that impact the sharing of federal tax collections with the states, or judicial decisions that can increase expenses or reduce state revenues) pose fiscal risks to the state. The state's foreign-currency denominated debt is high (53.6 percent of the total debt), making it vulnerable to exchange rate shocks. Consequently, an adverse scenario with lower revenue, higher expenditures and an exchange rate depreciation could increase gross financing needs, threatening the budget allocations required to implement the reforms supported by this DPF. Given the high share of mandatory expenditures (mainly, wage bill, pensions, interests, and the minimum constitutional spending limits for health and education), public investments are the first line of expenditures to be reduced in case of a fiscal distress. Yet, Ceará is subject to drought and desertification. The GoC has taken steps to mitigate these climate risks, like to pilot the ABC+ Program⁵ and to develop an adaptation plan ("*Plano de Adaptação*") for the capital city of Fortaleza (See Annex 8 for intergovernmental fiscal arrangements in Brazil).

20. **The GoC's fiscal framework is adequate for the proposed operation.** Ceará's economic activity is expected to grow 1.9 percent, 1.5 percent, and 2.7 percent in 2023, 2024 and 2025, respectively. The state has established a strong record of prudent fiscal management, which is expected to continue, supporting sizeable public investments (Table 4). A small primary deficit is expected for 2023, aligned to a higher fiscal space that will allow for increased investments. Own revenues are expected to increase by 1.2 percent per year on average in the forecast period compared to 1.8 percent average growth of current expenditures per year. Interest payments are projected to increase sharply in 2023 by 67.1 percent y/y, before declining. Public investment will increase to US\$ 840 million (2023-2026 average), up from US\$ 561 million (2020-2022). A debt reprofiling is expected to take place in 2024 raising amortizations in that year and maintaining them at 2022 level thereafter. State debt is expected to decrease from 43.5 percent of total revenues in 2023 to 35.4 percent in 2026.

⁵ Low carbon emission Agriculture (*Agricultura de Baixa Emissão de Carbono*)



Table 4: Government of Ceará Projected Fiscal Balances (Constant 2022 US\$ Million)

Estimates Includes IBRD's Debt Restructure Loan

	2020	2021	2022	2023f	2024f	2025f	2026f
I. Revenues	6.094	6.373	7.159	7.185	7.252	7.335	7.474
Own Revenues	3.717	4.041	4.352	4.415	4.446	4.484	4.564
of which: interests	52	93	239	241	200	156	151
Transfers	2.378	2.331	2.807	2.770	2.806	2.850	2.911
II. Total Expenditures	5.583	5.766	6.690	7.242	7.153	7.171	7.283
% of revenues	91,6%	90,5%	93,4%	100,8%	98,6%	97,8%	97,4%
Current Expenditures	5.123	5.247	5.988	6.282	6.353	6.417	6.436
Active Personnel Spending	1.851	1.774	2.072	2.193	2.236	2.279	2.324
Pensions	840	781	868	925	949	974	999
Interests	98	106	166	278	264	239	186
Other Current Expenditures	2.334	2.586	2.882	2.886	2.904	2.926	2.927
Investment	460	519	702	961	799	754	847
III. Primary Balance (I-II- Interests, net)	558	620	396	-21	164	246	226
% of revenues	9,1%	9,7%	5,5%	-0,3%	2,3%	3,4%	3,0%
IV. Overall Balance (I-II)	511	607	469	-58	99	164	191
% of revenues	8,4%	9,5%	6,6%	-0,8%	1,4%	2,2%	2,6%
V. Net Financing	97	50	-163	58	-99	-164	-191
Loans	331	289	115	276	709	100	75
of which: World Bank Operation					542		
Amortizations, net	-234	-248	-279	-220	-808	-265	-288
Asset Sales	0	10	0	2	2	2	2
VI. Gross Financing Needs (IV + Amortizations, net + pension fund)	-277	-358	-191	778	169	102	77
% of revenues	-4,5%	-5,6%	-2,7%	12,0%	2,3%	1,4%	1,0%
VII. Financing Surplus/Gap (IV+V)	608	657	306	0	0	0	0
% of revenues	10,0%	10,3%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
VIII. Stock of Arrears	0	0	0	0	0	0	0
% of revenues	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
IX. Net Cash Balance	1.218	1.577	931	592	570	553	537
% of revenues	20,0%	24,7%	13,0%	8,2%	7,9%	7,5%	7,2%
X. Stock of Debt (Gross)	3.836	3.719	3.202	3.129	3.002	2.836	2.644
% of revenues	62,9%	58,4%	44,7%	43,5%	41,4%	38,7%	35,4%

Source: Ceará State Secretary of Finance and World Bank calculations.

Notes: Revenues are net of the FUNDEB deductions.

2.3. IMF RELATIONS

21. **Federal authorities maintain an ongoing dialogue with the International Monetary Fund (IMF) on Brazil's macroeconomic policy.** On July 31, 2023, the Executive Board of the IMF concluded the Article IV consultation with Brazil. The Bank and the IMF have collaborated closely with the federal government in the last years, including on public financial management, public investment management, and a Financial Sector Assessment Program. The IMF has also provided technical assistance to Brazilian authorities in other areas, such as fiscal transparency and fiscal frameworks for subnational governments.

3. GOVERNMENT PROGRAM

22. **Ceará's 2050 Plan (Ceará 2050) guides the state's sustainable and inclusive development over the next three decades.** It seeks to meet society's expectations regarding the provision of essential services such as health, education, water, public security, and jobs. It is the result of broad-based consultations and structured around three key areas: (i)

productive industries, (ii) human capital development and (iii) public service delivery, with a focus on the green economy and innovation. Its implementation will be supported through the 2020–23 Multiannual Plan (*PPA—Plano Plurianual*) which - after public consultations - seeks to improve public services, especially in Education, Health, Public Safety, Work and Entrepreneurship, Infrastructure and Mobility, Water Resources and Environment. The State Plan for the Just Energy Transition (*Plano Estadual de Transição Energética Justa do Ceará*), called *Ceará Verde Plan*, is focused on scaling up renewable energy, biofuels and green hydrogen production in the state. This is aligned with the State's Climate Change Policy (2016)⁶ and the Federal Government's National Hydrogen Program (PNH2), which sets out the strategic vision for the development of the Brazilian hydrogen industry and market with the objective of decarbonizing the economy, promoting national technological development, and developing a globally competitive hydrogen market. The government program also includes commitments to adherence to the UN Sustainable Development Goals. The proposed DPF is aligned with the state's PPA, Ceará 2050 Plan and *Ceará Verde Plan* and promotes policy actions that support their implementation.

4. PROPOSED OPERATION

23. **The Development Objective of this DPF is to support reforms of the state of Ceará to: (i) improve public financial management; and (ii) strengthen the enabling environment to scale up clean energy production.** The proposed DPF is articulated around two pillars:

- Pillar 1 of the DPF supports reforms that improve public financial management through the adoption of: (i) an improved Public Assets Management System; (ii) a new Public Investment Management framework; and (iii) an Internal Control System of the Executive Branch.
- Pillar 2 of the DPF promotes inclusive and sustainable development through a package of reforms to: (i) stop the expansion of coal-based energy generation and establish an emissions inventory within the CIPP; (ii) advance the implementation defining the parameters of the *Renda do Sol* program to advance its implementation; (iii) improve the enabling environment for private investment in the just energy transition through implementation of environmental regulations for green hydrogen as well as training programs in the clean energy sector; (iv) adopt Technical and Vocational Education Training (TVET) focused on clean energy; and (v) expansion of full-time education in public schools.

24. **This DPF also seeks to help the state improve its debt service profile.** The GoC plans to use the proceeds of this IBRD loan to restructure approximately JPY 80,114,895,584 (US\$ 541,884,375) in domestic debt with high financing costs, thus lowering its debt service and debt costs. The state is expected to achieve significant savings in debt services payments in the first years because of the lengthening of debt maturities.

25. **This operation is aligned with the goals of the Paris Agreement.** First, based on the initial screening on complexity and assessment of risks, the DPF PDO is consistent with the country's climate commitments (Nationally Determined Contributions – NDC –and National Adaptation Plan – NAP), the goals of the Paris Agreement, Brazil's CCDD and the State Climate Change Policy (2016). Second, on mitigation goals, PA4, PA5 and PA6 are universally aligned and are expected to reduce greenhouse gas lifecycle emissions by limiting expansion of coal, increasing renewable energy, and promoting the development of green hydrogen, which can be used to decarbonize hard-to-abate sectors. Reforms included in PA1 and PA8 may lead to some GHG emission increase (stemming from increase in public investments and construction of new schools, respectively), but these will likely be negligible and do not pose a risk of locking the country into carbon-intense

⁶ <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2021/09/Lei-Estadual-no-16.146-de-14-de-dezembro-de-2016-Instituiu-a-Politica-Estadual-de-Mudancas-Climaticas.pdf>



technology pathway or creating barriers to future decarbonization efforts. The remaining prior actions (PA2, PA3 and PA7) are not likely to have an impact on GHG emissions or create persistent barriers to transition to low-GHG emissions. Therefore, all PAs of the proposed DPF program are expected to be aligned with the mitigation goals of the Paris Agreement. Third, on adaptation and resilience goals, PA5 and PA8 may face some climate risks in terms of their implementation and contribution to achieving the PDO – mainly in terms of observed and anticipated climate change impacts on infrastructure investments or buildings management. However, all PAs will include specific resilience measures and, therefore, reduce identified risks, including through measures for the response to extreme weather events to minimize service disruptions and protect the safety of beneficiaries (PA2), climate risks considerations during the project appraisal and implementation (PA1) and standards for public facilities with requirements for climate resilience (PA5 and PA8). Climate hazards are not likely to have an adverse effect on PA1, PA2, PA3, PA4, PA6 and PA7 contribution to the PDO. Therefore, all prior actions of the proposed DPF program are expected to be aligned with the adaptation and resilience goals of the Paris Agreement (A detailed review is presented in Annex 5).

26. **This project is compliant with the Maximizing Finance for Development (MFD) approach due to activities under PA1, PA2 and PA6.** To promote efficient use of public resources and develop the state's comparative advantages on clean energy production, the GoC is seeking to actively crowd in private sector investments in public investments, public real estate, and green energy. By implementing a new Public Investment Management framework, which incorporates Public-Private Partnership (PPP) projects into the overall PIM process, the government created a level playing field for private investors, instilling confidence, and reducing perceived risks for parties in both public and private sector, leading to more funding opportunities and better-quality PPPs (PA1). By improving the regulatory framework for public real estate asset management, including requirements for a comprehensive inventory of public properties and procedures for real estate asset valuation, among others, the GoC has reduced uncertainty and built a solid foundation for future private sector investment in public real estate, including through asset sales. This framework also authorizes the sale of public real estate assets and the establishment of a Real Estate Investment Fund (REIF), whose shares are expected to trade on capital market in imminent the future (PA2). To facilitate private sector investment in green hydrogen production, GoC is strengthening the regulatory framework through the issuance of specific green hydrogen environmental licensing regulations, thereby improving the transparency and predictability for investment (PA6).

4.1. LINK TO GOVERNMENT PROGRAM AND OPERATION DESCRIPTION

27. **The two pillars of the proposed DPF are closely aligned with the guiding themes of the government's Ceará 2050 Plan and Multiannual Plan (*Plano Plurianual – PPA*).** Pillar 1 is linked to the *Inova Governo* (Innovate Government) Program part of the Ceará 2050 Plan and the planning and management modernization section of the PPA. Pillar 2 supports implementation of both the *Ceará Verde* Plan and *Ceará 2050* Plan, specifically the Energy and Business and Transforming Education Programs. Pillar 2 also links to other PPA areas, including: sustainable energy, environment, industry, knowledge, education, and public service delivery.

4.2. PRIOR ACTIONS AND RESULTS

Pillar 1: Improving public financial management

28. **Pillar 1 of this DPF supports Ceará to consolidate fiscal sustainability gains by advancing its public management reform agenda.** The state is seeking to implement reforms that build on the important progress made in consolidating its public finances by focusing on efficiency and transparency in public spending. This Pillar promotes these objectives by strengthening public investment management asset management, and internal control systems.

Prior Action #1: To improve the governance of its public investment projects, the Borrower adopted a new framework for public investment management that (i) redefines the roles and responsibilities of the agencies in charge of the project cycle, (ii) provides for the improved management of capital expenditures by mandating project risk assessment and prioritization based on a cost-benefit analysis, as well as a robust capital and operating costs estimation, and (iii) integrates climate change considerations through the fast-track of emergency projects.

29. **Rationale.** The GoC invested R\$ 2,301 million (equivalent to US\$ 449 million, 7.4 percent of the state's total expenditure) in infrastructure in 2021. Yet, like many other states in Brazil, Ceará lacks an integrated Public Investment Management (PIM) framework that aligns project selection with the government's PPA. Without a structured portfolio of projects, the annual budget assigned to projects is driven by the availability of funds, with little attention to prioritization criteria and inadequate preparation time. In 2017, Ceará issued PIM guidelines establishing an Investment Technical Group (GTI), a Committee for Results and Fiscal Management (COGERF), and a web-based tool for strategic planning (*Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários*, MAPP) as a single-entry point for the state's public investment portfolio. However, these guidelines did not provide the necessary framework and governance structure for a well-performing PIM system. Misaligned incentives, capacity constraints, and weaknesses in planning, selection, and (economic, social, and climate-related) appraisal procedures contribute to delays in design and completion of projects, significant risks in procurement, cost overruns, incomplete projects, poor-quality infrastructure, and inefficient operation and maintenance of assets. These inefficiencies negatively impact the economic and social returns of the public investments. In addition, the current procedure does not consider the impact of climate change in public investments. Ceará is vulnerable to the effects of climate change (drought and desertification), as it receives little rainfall during the dry period. Consequently, 11.5 percent of the area of the state (*Iraucuba*, *Inhamuns* and *Médio Jaguaribe*) is already suffering from desertification, whilst the entire state is considered vulnerable to desertification. There are concerns that rising temperatures will reduce biodiversity and vegetation (in particular, in the Caatinga Biome⁷), which helps protect the soil from bad weather. Public infrastructure investment should play a crucial role in enhancing resilience to climate change.

30. **Prior Action.** Decree 35.504/2023 introduced a new PIM framework that provides a comprehensive methodology for managing the entire project cycle, from planning to implementation and evaluation. Article 8 of the Decree makes it mandatory for all new public investments proposals in Ceará to comply with the new PIM methodology and adhere to the guidelines set forth in the PIM Manual. The framework introduces: (i) an improved governance structure that redefines the roles and responsibilities of the GTI, COGERF, and sector agencies during project preparation and appraisal; (ii) provisions for project risk assessment and prioritization based on cost-benefit analysis (CBA); (iii) a comprehensive and robust approach to project demand forecasting, capital and operating cost estimation; (iv) feasibility studies to be conducted with varying degrees of robustness, based on the features and risk profile of the investment project; (v) the establishment of a "bank of projects" to serve as a pipeline for major and strategic projects; (vi) fast-track provisions to evaluate and approve investments addressing state emergency needs, including responses to climate disasters; (vii) introduction of new requirements for environmental and climate change risk assessments; and (viii) the disclosure of major project appraisal results to the public, accessible in real-time by citizens. The implementation of the framework will count with dedicated technical and capacity-building assistance throughout the Ceará Water Security and Governance Project (P165055) and a dedicated World Bank's trust fund on 'Strengthening Public Investment Systems to Advance Climate Smart Infrastructure in Brazil', that will support the Committee of State Secretaries of Planning (CONSEPLAN).

31. **Expected Results.** Five public projects will be screened, appraised, and prioritized according to the new PIM framework by 2025. The new PIM Manual, which will be applicable also to Public-Private Partnership (PPP) projects, will ensure proper integration into the overall PIM system, enforcing rigorous checks and procedures for prioritization and selection. This creates a level playing field for private investors, instilling confidence, and reducing perceived risks, leading

⁷ A xeric shrubland and thorn forest found in semi-arid regions.



to more financing opportunities, and accelerating economic growth in Ceará. The new requirement for environmental and climate change risk assessments will improve infrastructure resilience and support the state's climate change adaptation and mitigation efforts.

32. **Climate Change.** Aligned with the Brazilian NAP, the new PIM framework introduces provisions for assessing the climate and environmental risks of projects and incorporates adaptation and mitigation measures throughout all stages of the project cycle. It also allows the state Government to "fast track" investment projects in response to climate-related disasters, strengthening the state's Disaster Risk Management capacity.

Prior Action #2: To improve the management of its real estate assets, the Borrower adopted a new framework for public real estate asset management that (i) provides for a comprehensive inventory of public properties within its territory, (ii) establishes procedures for public real estate asset valuation to maximize returns on sales, and (iii) allows for the consolidation of the ownership and management of its public real estate under a single agency (CearáPar).

33. **Rationale.** The Government of Ceará lacks an adequate management system of its more than 5,000 public buildings. At least half of them is not properly documented and do not have an accurate valuation. Some may be used for other purposes other than authorized or have been abandoned. From 2017 to 2021, the state spent an average of R\$ 49.5 million (US\$ 9.6 million) acquiring new properties but earned only R\$ 11.3 million (US\$ 2.2 million) annually from property sales. Data on state rent expenditures and property maintenance is incomplete: property revenues (mainly rental income) in 2022 amounted to R\$ 13.4 million (US\$ 2.6 million), lagging other states such as São Paulo (R\$ 265.6 million, US\$ 51.5 million), Rio Grande do Sul (R\$ 103.5 million, US\$ 20.1 million) and Bahia (R\$ 77.4 million, US\$ 15 million). Using a conservative valuation of state real estate assets of R\$ 23.9 billion (US\$ 4.7 billion) in 2022, the rate of return on assets was just 0.056 percent.

34. **Prior Action.** Complementary Law 296, of December 16, 2022, and the Decree 35.505, of June 15, 2023. The Law provided a framework for real estate asset management policy, encompassing: (i) requirements for a comprehensive inventory of public properties; (ii) provisions allowing for the consolidation of the ownership and management of public real estate under a single agency (CearáPar); (iii) procedures for real estate asset valuation to maximize returns on sales, (iv) incentives for the state municipalities to participate in the rationalization of the usage of the real estate assets owned by the state through revenue sharing arrangements; (v) provisions promoting the social use of public properties through donations and non-onerous concessions, (vi) procedures to facilitate the conversion of non-onerous concessions of real estate assets into increased assets revenues; and (vii) provisions allowing for the establishment of a Real Estate Investment Fund (FII) to be managed by CearáPar. The Decree 35,505 introduced a provision that allows for the onerous concession of public real estate in Ceará, specifically for the purpose of promoting the development of renewable energy projects. This initiative will not only create new opportunities for private sector investment and innovation but will also contribute to the growth of sustainable energy sources in the region. Additionally, Resolution No. 2, of May 25, 2023, of the State Committee on Asset Management (CONAG) authorized the transaction of real estate assets from an initial list of public properties for sale or for the establishment of a Real Estate Investment Fund (REIF). This reform empowered the Government to trade shares of the future REIF in the capital market, provided that the government maintains its majority shareholder status. Lastly, the reform fosters incentives for the donation or concession of public real estate assets to support housing programs and land regularization initiatives targeting vulnerable populations.

35. **Expected Results.** Revenue from the exploitation of real estate assets in the state will increase from R\$ 13.4 million (US\$ 2.6 million) in 2022 to at least R\$ 118 million (US\$ 23 million) annually, representing 0.5 percent of the total value of Ceará's real estate assets. The reform will generate additional revenue, improve asset returns, and facilitate the private sector's use of public assets without a social function. The reform will increase the number of real estate assets registered in Ceará's Unified Registry Database and reduce the vacancy rate of state properties from 18.5 to 8 percent by 2025, increasing the proportion of assets sold or concessioned. The reform will allow the state government to access the private

capital market of FII shares, supporting a dynamic local real estate market capable of attracting financial investors and those interested in acquiring state assets.

36. **Climate Change.** The real estate asset framework assists the state in introducing climate-smart considerations. Specially, it introduced significant reforms to incentivize the use of real estate properties by third parties for the purpose of fostering the production of renewable energies. It allows the state to issue market notices which will provide a transparent and competitive process for interested parties to bid on projects related to the generation of energy from renewable sources. The new legal framework will involve the issuance of future guidelines to be applied to the inventory and regularization process of Ceará's real estate assets, which will foresee the identification critical resilient infrastructure and climate-change related risks in the updated registry.

Prior Action #3: *To improve its fiscal accountability and increase the transparency, effectiveness, and efficiency of its policies and programs, the Borrower adopted the 3-Lines of Defense Model developed by the Institute of Internal Audit (IIA) as a means to strengthen the internal control system of its government.*

37. **Rationale.** Brazil has a lower level of compliance on internal controls than other middle-income economies. Nearly 90 percent of Brazilian institutions did not have a sustainable internal audit capability in 2020 according to the Internal Audit-Capability Model (IA-CM) report.⁸ In Ceará, the State Constitution Amendment no. 75, of December 20, 2012, established the internal control activities as an essential government activity and assured that internal control activities would be carried out by agencies of permanent nature and exercised by civil servants organized in specific careers. Ceará achieved level 2 of the IA-CM in July 2023. To attain level 3 of IA-CM (evidence of performance in accordance with international standards), it was necessary to set internal controls in each line secretariats and to structure an adequate function of the 2nd line of defense, the Sectorial Units of Internal Control.

38. **Prior Action.** Ceará's Complementary Law No. 309 implements the internal audit 3-Lines of Defense Model developed by the Global Institute of Internal Auditors (IIA) across the state's administration.⁹ The changes introduced by the Complementary Law included the establishment of the 2nd line functions of the Sectorial Units of Internal Control, including supervision, monitoring, establishing regularity, and advice on aspects related to risk management. The Units act as facilitators of the implementation of effective practices of the risk management implemented by the 1st line of defense. A challenge is the structuring of the 2nd line of defense with the necessary resources (including human resources and dedicated budget).

39. **Expected results.** To strengthen the effectiveness of internal auditing in the state's administration, including the State Secretariat of Environment and Climate Change (SEMA) and the State Superintendence of the Environment (SEMACE), promote accountability, better use of public resources, and reduce fraud. Its successful implementation will allow the state to increase the implementation of the Integrity Program¹⁰ in five units of the state's key sectoral budgets secretariats¹¹ to assess its internal control structure according to the methodology criteria set forth on the "Integrity

⁸ <https://documentsinternal.worldbank.org/search/33253600>

⁹ The first-line roles (executed by the line secretariats) are aligned with delivering products and/or services to the organization's customers, including support functions. Individuals in the first line own and manage risk directly. Second-tier roles (executed by Sectorial Units of Internal Control of the line secretariat) oversee the 1st line, setting policies, defining risk tolerances, and ensuring they are met. And the 3rd line (executed by the Central Agency of the Internal Control System of the Executive Branch - CGE) constitutes the government's internal audit, that provides independent and objective assessment and advice on the adequacy and effectiveness of governance and risk management for the first two lines. The Bank is supporting (Ceará Water Security and Governance - P165055 - and Fortaleza Sustainable Urban Development Project - P153012) the implementation of the above model in some sectoral units.

¹⁰ Integrity programs are the structured set of actions, carried out at public, social or private organizations, directed at the prevention, detection, punishment and remediation of fraud and corruption.

¹¹ Secretariat of Education (SEDUC); SEFAZ; SEMA; SEMACE; and Secretariat of Water Resources (SRH).



Diagnostics Framework from 54 percent in 2022 to 75 percent in 2025. Achievement of this target will contribute to increase Ceará's IA-CM score (third line of COSO) from level 2 in 2022 to level 3 in the future.

Pillar 2: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production

40. **The energy sector in Ceará contributes 42 percent of the state's GHG emissions, compared to the national average (18 percent)**¹². These sector emissions are driven by transport (41 percent), power generation (40 percent), and industry (9 percent)¹³. Fossil fuel-based power plants account for 2.1 GW, more than 50 percent of total installed capacity in the state, and approximately half of them is coal-fired powered plants. All coal-fired power plants are located within the CIPP, where most emissions from industry are generated (large emitters include cement, steel and iron, and power generation).¹⁴ As of 2022, the Institute of Research and Economic Strategy of Ceará (IPECE) estimates 50 percent of the state GDP was related to activities located in CIPP.

41. **Ceará has an opportunity to utilize its abundance of renewable energy potential to drive sustainable development, including its most vulnerable citizens.** In addition to the recent scale-up of utility-scale renewables in the state, favorable solar resources and regulations have created an opportunity for low-voltage consumers to reduce their cost of electricity through Distributed Generation (DG) of solar PV. DG is thriving in Brazil, accounting for over 19 GW of installed capacity since its development began in 2015¹⁵. This growth has been driven by private sector investment because of favorable regulations to incentive DG in the residential and commercial sectors. Recently, the federal government issued regulations calling on the public sector (at federal, state, and municipal levels) to reduce public building costs¹⁶, which can be supported through DG and energy efficiency. States in the Northeast region have seen relatively slower growth in DG when compared to the wealthier Southeast region of Brazil, despite having better solar resources¹⁷. SEINFRA is mandated to promote efficient use of energy in the State's public buildings¹⁸, and the Ceará has recently implemented new regulations so that all existing public buildings obtain the National Label for Energy Conservation by 2025¹⁹. In the private sector, over 500 MW of DG capacity have been installed across 100 municipalities²⁰. The GoC is seeking to develop models that will allow vulnerable populations to have access to solar resources.

42. **Capitalizing on its abundant renewable resources and international port, Ceará is developing a Green Hydrogen Hub in CIPP.** Green hydrogen is considered critical to global decarbonization efforts due to its potential application in hard-to-abate sectors such as heavy industry, transportation, and heating. Demand for green hydrogen is expected to grow by 25 times between 2030 and 2050²¹. Consequently, green hydrogen and its derivatives (e.g., green ammonia and green methanol) are attracting significant interest from countries that are seeking to import green hydrogen to support their emission reduction commitments. Given Brazil's abundant renewable energy resources, it has the potential to be globally competitive in the production and export of green hydrogen and its derivatives²². Aligning with Brazil's Federal Government's National Hydrogen Program (PNH2), Ceará is positioning itself to become a world-leading green hydrogen

¹² SEEG database. Available at <https://plataforma.seeg.eco.br/territories/ceara/card?year=2021&cities=false>

¹³ *Ibid*, 2021 figures.

¹⁴ Currently there is no energy balance nor emissions inventory for the CIPP. An energy balance and emissions inventory will be prepared as part of PA4 of this DPF.

¹⁵ Source: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

¹⁶ Decree 11.719 of September 28, 2023.

¹⁷ Approximately 20 percent of Brazil's micro (up to 75kW) and mini generation (75kW to 3 MW) are in the Northeast (source: ANEEL), whereas this region makes up 25 percent of the country's total population.

¹⁸ Decree 33.264 of September 9, 2019.

¹⁹ Instrução Normativa N°001 published on October 31, 2023.

²⁰ As of November 2022. Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD). <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/egidio-serpa/ceara-passa-de-500-mw-de-potencia-instalada-em-geracao-distribuida-1.3298314>

²¹ <https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/five-charts-on-hydrogens-role-in-a-net-zero-future>

²² Brazil CCDD: Brazil - Country Climate and Development Report (English). Washington, D.C.: World Bank Group.



and energy hub, taking advantage of its strategic location and deep-water port with links to Europe, favorable tax laws, and proximity to renewable resources. To date, CIPP has signed over 30 memorandums of understanding and 4 pre-contracts with large multinational firms who are pursuing opportunities for the production and exportation of green hydrogen (estimated at over US\$ 8 billion in private capital investment)²³. The World Bank and CIPP have initiated preparation of an IPF (Ceará Green Hydrogen Hub, P181511) to support financing critical shared infrastructure and green hydrogen innovation, including co-financing from the Climate Investment Fund (CIF-REI). IFC is also actively collaborating with CIPP through a technical assistance program funded by the Dutch government to support studies on the bankability of green hydrogen projects in the CIPP. In addition to these efforts, Ceará must strengthen the enabling environment for private investment, including elements such as environmental licensing processing for green hydrogen, developing incentives for green hydrogen off-take, developing certification schemes, among others.

43. **The success of Ceará's ambitious plans for developing clean energy sources will also require qualified labor.** To this end, Ceará has enacted a program to develop key skills in green energy and sustainable development through TVET. It has also expanded full-time schooling in public schools, which will strengthen the overall educational outcomes. These programs are aligned with the GoC's goal to mitigate the impact of COVID-19 on Human Capital accumulation and build a more sustainable, resilient, and inclusive education system.²⁴ The GoC is willing to integrate a focus on the environment into the education sector's policies and reforms. Investments in resilient infrastructure are also highly cost-effective: US\$1 invested in resilient assets generates US\$4 in benefits since they are less costly to maintain.²⁵

Prior Action #4: To limit further greenhouse gas emissions, the Borrower (i) prohibited new ventures in the CIPP that involve the burning of coal in any step of their production process, and (ii) committed to develop an emissions inventory regarding socioeconomic activities developed in its territory, which shall comprise the CIPP's energy balance, within 24 months from June 15, 2023.

44. **Rationale:** CIPP, the largest industrial complex in Ceará, is positioning itself as an internationally recognized global clean energy hub, with the potential to attract massive private sector investment and become a catalyst for energy transition. However, in recent years, there has been large scale-up of thermal power generation in CIPP, including two coal-powered thermal units with a combined installed capacity of 1,085 MW, with a further 1.6 GW gas-fired power plant currently under construction and scheduled to reach operation in 2026. Coal is the primary fuel for the industries located in CIPP, with an average annual consumption of 3.56 million tons (2020-2022)²⁶ for steel production and power generation. To meet the GoC's goal of carbon neutrality by 2050, it will be critical to limit further expansion of fossil fuels and to establish specific GHG emissions reductions targets for CIPP. The first step to accomplish this will be preparation of an energy balance²⁷ and GHG emissions inventory to set realistic emission reductions targets. Such tools will also be of commercial importance to exporters, as international commodity buyers seek to reduce carbon emissions within their

²³ Based on estimates provided by the CIPP.

²⁴ In 2019, the Human Capital Index (HCI) for CE was 0.61 and ranked 10 out of 27 states in Brazil, representing an exception among the Northeast states. These outcomes result from the government of Ceará's strong commitment to enhancing educational outcomes over the last decade. However, Ceará had a setback in HCI levels because of COVID-19, and the learning losses due to the school closure are mainly associated with 60 percent of the estimated HCI decline.

²⁵ Hallegatte, Stephane, Jun Rentschler, and Julie Rozenberg. 2019. Lifelines: The Resilient Infrastructure Opportunity. Sustainable Infrastructure. Washington, DC: World Bank.

²⁶ Data provided by CIPP.

²⁷ An energy balance presents all data in a common energy unit allowing users to see the total amount of energy used and the relative contribution of each different source. In addition, an energy balance allows users to compute the various energy transformation efficiencies; to develop several aggregated indicators and estimate CO2 emissions from fuel combustion. Implementation of an energy balance identifies the core sources of greenhouse gas emissions, which can be used to inform and create targeted policy that helps to accelerate the reduction in emissions.



supply chain. This is particularly pertinent in Europe, which recently began implementing the Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) for imported goods²⁸.

45. **Prior Action.** Through the implementation of state Decree No. 35.503, the GoC has committed to limit further greenhouse gas emissions by prohibiting any new venture in CIPP from burning coal in its productive processes. Hence, all future energy expansion through new ventures will need to be produced from less carbon-intensive sources. The Decree mandates that CIPP develops an energy balance and emissions inventory within 24 months of the publication of the decree, which will enable the publication of specific emission reductions targets. Responsibility for the development of the emissions inventory is under the coordination of the Secretary for the Environment (SEMA), which will also be responsible for periodically reporting on the progress against these targets.

46. **Expected results.** The expected outcome from the Decree is the publication by the GoC of emissions reductions targets for CIPP to ensure it is on track to meet its target of carbon neutrality by 2050, based on the development of an energy balance and GHG emissions inventory, and considering its commitment to ban further expansion of coal use in CIPP.

47. **Climate Change.** This prior action is fully aligned with the mitigation of climate change through the prevention of an expansion in installed coal-based electricity and industrial production in CIPP, and through the establishment of data-driven GHG emission targets to be developed and monitored to support policies that reduce greenhouse gas emissions, in line with the objectives of *Ceará Verde Plan* to reach net zero emissions by 2050.

Prior Action #5: To stimulate the expansion of distributed solar generation within its territory, in particular within low income and vulnerable communities, the Borrower approved the “*Renda do Sol*” program, which establishes the institutional arrangements and mechanisms by which (i) funding sources will be secured to provide financial support for the roll-out of distributed solar generation to the target beneficiaries, and (ii) local capacity will be created for systems operation and maintenance.

48. **Rationale.** In Ceará, low-income and vulnerable communities have struggled to access the benefits of the state’s abundant renewable energy, due to: (i) inability to obtain financing (e.g., lack of creditworthiness); (ii) limited awareness and technical capacity; and (iii) a lack of adequate building infrastructure to support rooftop solar installation. *Ceará 2050* Plan sets out the development of *Renda do Sol* program, which seeks to expand the state’s abundant renewable energy resources through the deployment of DG, while also addressing critical issues facing these groups, including energy poverty and desertification²⁹. The state will implement its nascent renewable energy program for public buildings – including a solar rooftop program for schools³⁰ and a program to purchase renewable energy from the ‘free market’ for medium-voltage buildings³¹ and channel the associated savings to fund renewable energy projects that benefit the state’s vulnerable populations.

49. **Prior Action:** Through the enactment of the Complementary Law No. 314, the GoC has established the *Renda do Sol* program, which will be implemented by the State’s Secretariat of Infrastructure (SEINFRA) – through a new Project Management Unit – and governed by a new *Renda do Sol* Intersectoral Governance Committee. The law establishes that the state may channel the financial savings from its public building renewable energy program into the state’s *Energy*

²⁸ The CBAM will place import duties linked to the carbon emitted to produce the product, intended to incentivize cleaner industrial production in non-EU countries. The EU CBAM regulation entered into force on May 17, 2023, and its application began on October 1, 2023. https://taxation-customs.ec.europa.eu/carbon-border-adjustment-mechanism_en

²⁹ As of 2018, at least 11 percent of the area of the State was in the process of desertification (Funceme: <http://www.funceme.br/?p=5113>).

³⁰ As of July 2023, the State of Ceará had installed rooftop solar DG on 32 public schools, and the State plans to expand it over time.

³¹ In Brazil, medium and high voltage consumers (Group A) can negotiate power purchase agreements in the Free Market. Ceará has awarded a contract to purchase renewable energy from the Free Market for 144 of its medium-voltage buildings (~ 107 GWh/year); the contract is expected to enter into force in January 2024.

*Efficiency Incentive Fund*³² (FIEE). These savings will be combined with other resources³³ to fund the *Renda do Sol* program, which will provide financial assistance and capacity building to vulnerable communities in rural areas³⁴ to increase their access to the benefits of solar DG. Given the public buildings program is well underway, it is expected that this new funding source will begin to flow into the FIEE by mid-2024³⁵. The law lists several possible modalities to channel these benefits to the targeted beneficiaries; the final business model(s) will be determined via secondary legislation (expected to be complete by late 2024), which will incorporate the findings of planned economic and financial analysis of the business models under consideration, in addition to consultations with stakeholders in the sector and the targeted beneficiaries.

50. **Expected Results.** The expected impact of this prior action will be the capitalization of the FIEE with savings, generated from renewable energy generation, to fund the implementation of the *Renda do Sol* program. The public buildings renewable energy program will generate savings of R\$ 19 million by 2025 (from 188 GWh of renewable energy generated by 2025), which will be transferred to the FIEE³⁶ and then used to finance the *Renda do Sol* program. The expected medium-term impact of the program will be to improve the livelihoods of the targeted program beneficiaries by increasing their access to the benefits of DG. However, the timeline of this impact is foreseen to be out of the scope of this DPF.

51. **Climate Change.** This prior action is fully aligned with the mitigation and adaptation of climate change through the adoption of low-cost renewable energy to promote economic growth, with a focus on supporting communities experiencing the impacts of climate change.

Prior Action #6: *To promote investment in green hydrogen within its territory, the Borrower set up a process of environmental licensing for green hydrogen production projects, which provides for (i) the procedures, criteria and parameters applicable to the environmental licensing and authorization for the production of green hydrogen, and (ii) enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process.*

52. **Rationale.** Attracting private sector investment will be critical to achieving the GoC's green hydrogen ambitions. It will require a strong legal and regulatory framework to reduce perceived risks from the private sector, including clear environmental licensing processes. Since 2016 the World Bank has supported several initiatives for improving the environmental licensing process in Ceará, including regulatory and institutional reforms. Bank's assistance included the internal process mapping and development of Key Performance Indicators for SEMACE³⁷, an operational pilot program to reduce inefficiency and uncertainty of environmental licensing processes³⁸, advice to conduct annual surveys and establish monthly data analytics report through capacity building³⁹, and the preparation of a report with recommendations to improve the environmental licensing and inspection processes. In April 2019, the Environment state Council of Ceará

³² The FIEE was created in 2016 (Complementary Law 170, December 28, 2016) with the objective of encouraging the development and financing of energy efficiency and micro and mini renewable DG in the State Government of Ceará. It has been capitalized to date by the State's Industrial Development Fund and had a balance of US\$ 2.7 million (R\$ 13 million) as of August 2023. The FIEE has been used to fund the State's program to install solar DG on 32 public schools (cost to date of US\$1.8 million, or R\$8.8 million).

³³ The Law lists several other existing public financial instruments within the State that can be used to fund the *Renda do Sol* program, which alongside the FIEE, can provide complementary credit and/or make direct investments in DG systems and associated infrastructure. Details of how these financial instruments will work together will be included in secondary legislation.

³⁴ The precise beneficiary eligibility criteria will be defined by the *Renda do Sol* Intersectoral Governance Committee.

³⁵ The public buildings program is expected to generate savings of approximately R\$10.8 million (US\$ 2.2 million) per year, starting in Q2 2024.

³⁶ The savings from the State's purchase of renewable energy from the Free Market is expected to save approximately R\$10.5 million / year beginning in 2024 Q2. The savings from the State's DG program in public schools is expected to save approximately R\$210,000 / year as of 2023.

³⁷ Strengthening Service Delivery for Growth, Poverty Reduction and Environmental Sustainability in the State of Ceará Program-for-Results (P127463).

³⁸ Beneficiary Feedback and Data Analytics for Business Licensing in Ceará Program, supported by the Good Regulatory Practices Program: Closing the Implementation Gap and Uncertainty of G2B Services.

³⁹ Improving Business Environment for Prosperity (IBEP) Program, supported by the UK Prosperity Fund (IFC project # 602136).



(COEMA) issued Resolution No. 2/2019, establishing the procedures for environmental licensing in the state, introducing a risk-based approach to streamline the process for activities of relatively low environmental impact, and extending the validity of the environmental licenses to the length allowed by federal legislation. However, until 2022, there were no environmental licensing procedures specific to green hydrogen projects Ceará nor anywhere else in Brazil, which was serving as a barrier for developers to advance their investment decisions given the uncertainty of the timing and cost of the environmental licensing process. Developing the regulatory framework to support private investment will be critical to allowing Ceará to develop its Green Hydrogen Hub in CIPP.

53. **Prior Action.** Ceará has defined the process⁴⁰ for environmental licensing for green hydrogen production within the state through COEMA Resolution No. 03/2022, which was legally reinforced by Decree 35,506, of June 15, 2023. Such instruments set the first environmental licensing for green hydrogen projects in Brazil, which will help to attract private sector investment by reducing risks around procedures, criteria, and parameters to be used in the licensing process. Through this license, the environmental agency analyzes the environmental feasibility of locating, installing, expanding, and operating green hydrogen production projects in Ceará, in line with the principles of sustainable development. This led to the first environmental license being approved in the state for the company EDP (*Energias de Portugal*), which produced its first green hydrogen molecule in Ceará in December 2022. Four private sector investors have signed pre-investment agreements.

54. **Expected Results.** The definition of the environmental licensing process is a key step to develop a clear regulatory framework for green hydrogen production. In the short-term, this prior action is expected to result in processing of at least 4 additional environmental licenses for green hydrogen projects by 2025. In the medium-term, it will support the state's goal of installing 6 GW of electrolyzer capacity by 2030. To support achievement of these medium-term outcomes, the Bank is providing technical assistance⁴¹ to CIPP and the Federal Government, and the Bank has initiated preparation of an IPF (Ceará Green Hydrogen Hub, P181511) to support financing of critical shared infrastructure and green hydrogen innovation in the State.

55. **Climate Change.** This prior action is fully aligned with the mitigation of climate change through supporting the development of green hydrogen and its derivatives to support decarbonization of hard-to-abate sectors within Brazil and globally.

Prior Action #7: *To promote the development of skills linked to the low-carbon economy, the Borrower mandated the adoption of technical and vocational education and training curricula in secondary (Ensino Médio) and professional (Ensino Profissional) schools focusing on clean energy that supports inclusive and sustainable job creation.*

56. **Rationale.** Despite substantial progress in education policies, the school curriculum in Ceará is not adequate to support a clean energy transition and a low carbon economy. The low learning results in Mathematics and high dropout rates in secondary education do not prepare students for employment in these sectors. To ensure a quality and diverse expansion of technical and vocational secondary education aligned with low carbon development, investments in the development of multiple and varied curricula to acquire skills on renewable energy are critical. Examples include the fundamentals of electrical engineering and designing and for installing equipment for clean energy production, as well as knowledge of PPP. In addition, there is opportunity to promote Science, Technology, Engineering and Math (STEM) oriented programs and encourage girls' participation in such programs.

⁴⁰ The environmental licensing procedures will take place through three-phase environmental licensing, namely: (i) locational or preliminary license; (ii) installation license; and (iii) operating license. The requirements to complete the environmental license application varies according to the size of the enterprise.

⁴¹ Under the PASA Accelerating Clean Energy Transition and Strengthening Water Security in Brazil (P179030), the Bank is providing TA to support to the CIPP on the development of port masterplans, governance of shared infrastructure, and an assessment of the hydrogen value chain and of the competitiveness of the CIPP in the global export markets, as well as forecasting demand across the potential end-users. The PASA is also supporting the Chamber of Power Trade to develop its voluntary green hydrogen certification standards.

57. **Prior Action.** The state enacted legislation that mandates the update of the technical and vocational education and training (TVET) program to foster the development of skills on clean energy transition and low carbon economy through: (i) the design of a set of TVET courses on clean energy; (ii) the fostering of PPP in the education sector, that expand TVET offer of courses focused on renewable energy; (iii) the structuring of curricular contents with theoretical and practical knowledge about technologies, legislation, socio-environmental impacts and sustainable practices related to the generation, distribution and consumption of renewable energies; (iv) encouraging partnerships with companies in the renewable energy sector, that offer internships, technical visits, to facilitate the insertion of students in the job market; (v) promotion of teachers training involved in technical courses in the field of renewable energy; (vi) the promotion of diversity and social inclusion; and (vii) the promotion of gender parity in science and technology. Efforts to promote a diverse skilled workforce are expected to benefit female students through eased STEM career orientation programs, mainly on TVET courses in clean energy.

58. **Expected results.** The number of TVET courses on clean energy would increase from 1 in 2022 and reach 8 by 2025. The reform will help promote STEM fields among young girls which will ultimately foster a diverse local workforce on clean energy. SEDUC is designing a STEM career orientation program for boys and girls that will raise awareness on the importance of girls' participation. And, in the lower secondary schools close to the TVET schools, school managers will disseminate the TVET courses among the ninth-year students, with an emphasis on girls. The government expects 20,000 girls (aged 14 to 19) to participate in the STEM orientation programs by 2025.

59. **Climate Change.** The increase of TVET courses on clean energy will not lead to GHG emissions. It will contribute to the adaptation of climate change by developing high-skilled local labor and increase the awareness of the importance of clean energy through teachers training and pedagogical materials to support the clean energy transition.

Prior Action #8: To support learning recovery following the COVID-19 pandemic, the Borrower approved a plan to expand secondary (Ensino Médio) and professional (Ensino Profissional) full-time education in public schools within its territory.

60. **Rationale.** Expansion of full-time education in Ceará is constrained by the lack of school infrastructure. Limited number of facilities and inappropriate learning environments negatively impact education access, retention and learning outcomes, especially for vulnerable students and schools in rural areas. Evidence indicates that the learning environment is critical for developing critical thinking, socioemotional and digital skills, and that well-designed facilities (e.g., encouraging group work and efficient use of Information and Communications Technology solutions) have the potential to increase both attendance and quality of education. Physical learning environments can contribute to improve education outcomes when they provide certain characteristics, such as addressing the needs of male and female students, offering sufficient WASH (water, sanitation, and hygiene) facilities, offering accessibility for students and teachers with disabilities, being child centered (nature based, individualized, providing appropriate stimulation), and providing indoor environment qualities to promote learning. In Ceará, most public schools were built several decades ago, and some facilities were not designed for full-time educational activities. Old devices and outdated power transformers contribute to high electricity usage in schools, and the use of alternative energy sources and efficient equipment is scarce.

61. **Prior Action.** The State Law No. 17,995 and the Decree No. 35,499 enacted a Universalization of Full-time School Plan for Ceará. This plan is aligned with the goals of the National Education Plan (PNE) and is associated with Brazil's federal government's Full-time School Program (instituted by Federal Law No. 14,640/2023), which will provide technical and financial support to the states. The plan supports the development of schools' quality standards through (i) expansion and improvement of school infrastructure; (ii) promotion of PPP for the development of programs and projects that strengthen full-time education; (iii) in-service training of teachers; (iv) updating schools' pedagogical guidelines and principles of full-time education; (v) learning strategies linked to the labor market; (vi) recovery and acceleration learning strategies; (vii) monitoring and evaluation of the process of implementation of full-time education; (viii) development of incentives to promote students' permanence and success; (ix) implementation of low-cost renewable energy solutions in



schools. The pedagogical proposals of the full-time schools will meet the following criteria: (i) offer diversified training itineraries, articulated with the development of socio-emotional skills; (ii) implementation of learning methods based on cooperation; (iii) greater involvement of the community and the students' families in school activities; and (iv) development of an environmental conscience for sustainability. The schools' infrastructure will observe rules to ensure the mobility for people with disabilities. It will also promote sustainability and energy efficiency, with the adoption of clean and renewable technologies and systems for the selective collection and reuse of rainwater. The GoC allocated resources to support the plan implementation from the State Treasury and from the Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Education Professionals (Fundeb), for the years 2022 to 2026.

62. **Expected results.** The implementation of the Universalization of full-time school Plan is expected to promote a quality expansion of full-time school aligned with resilient, inclusive, and sustainable principles. A total of 400 full-time school facilities rehabilitated or constructed will adopt a design following the criteria laid out in the regulations by 2025 (from 257 in 2022).

63. **Climate Change.** The rehabilitation of school infrastructure to promote a safer, inclusive, greener, and more climate-resilient may increase GHG emissions. However, these risks will be reduced by including energy and environmental efficiency requirements for the schools, including following green building codes to reduce energy consumption for project facilities that are already connected to a grid that is mostly supplied by renewable sources. Mitigation measures will also include: i) reduction of the thermal transmittance of roofs and walls of schools, hence reducing the need for air conditioning; ii) improvement of schools' waste management systems, and iii) purchase of energy-efficient equipment. On the adaptation side, the schools' physical infrastructure can be affected by extreme heat, droughts, and flooding (rural and urban), in addition to landslides and wildfires, as such, adaptation measures to increase resilience will be included in the school quality standards.

4.3. LINK TO CPF, OTHER BANK OPERATIONS AND THE WBG STRATEGY

64. **The proposed DPF is fully aligned with Brazil's Country Partnership Framework (CPF) for the period FY2018–23.**⁴² CPF is built on three pillars: (i) fiscal consolidation and government effectiveness; (ii) private sector investment and productivity; and (iii) equitable and sustainable development. The operation is fully aligned with CPF objectives 1.1 (Strengthen fiscal management at all levels of government) and 1.3 (Increase effectiveness of service delivery in education) under CPF Pillar 1, which supports fiscal consolidation and government effectiveness. The operation is also aligned with CPF objectives 3.1 (Support the achievement of Brazil's NDC with a Particular Focus on Land Use) and 3.3 (Promote socioeconomic development of small rural producers and protecting vulnerable groups) under CPF Pillar 3, which supports inclusive and sustainable development. This pillar is also consistent with the WBG Climate Change Action Plan 2021-2025⁴³ and 2050 targets to step up climate action to support countries in delivering and exceeding their Paris commitments.

4.4. CONSULTATIONS AND COLLABORATION WITH DEVELOPMENT PARTNERS

65. **Public consultations on proposed reforms took place both during the design of the policies, and while they were being discussed at the state Legislative Assembly.** In the case of state laws, these consultations follow the procedures laid out in the Federal's and state's Constitutions and other rules governing legislative procedures. The consultation process increases the legitimacy of policies, while allowing authorities to benefit from advice and technical knowledge. The state confirmed that the program supported by this DPF operation is based on a broad consultation process with a variety of stakeholders, including civil society and business chambers.

⁴² The CPF was endorsed by the World Bank's Board of Executive Directors on July 13, 2017 (Report no. 113259-BR).

⁴³ <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35799>

5. OTHER DESIGN AND APPRAISAL ISSUES

5.1. POVERTY AND SOCIAL IMPACT

66. **This operation will have positive equity and social impacts. Policy changes and prior actions under Pillar 1 improving the state's Public Management systems and are expected to bring about medium-term impacts on poverty.** Ceará's new PIM guidelines (PA1) require that a) socioeconomic impacts and benefits for citizens are assessed at two stages (the ex-ante assessment of project proposals and the in-depth ex-post evaluation of all strategic projects)⁴⁴ and b) the major project appraisal results are disclosed to the public and made accessible in real-time to citizens. These guidelines may promote equity depending on how the grade point system of the new PIM guidelines weights socioeconomic criteria. Impacts on poverty are expected to come from PA2 due to the possibility of donations of real estate that is used on low-income housing and social interest land regularization programs.⁴⁵ PA3 is expected to foster accountability, promote better use of public resources, and reduce fraud. Ultimately, these policy changes may open space for broader and better provision of basic public services, benefiting social groups in the bottom of the socioeconomic scale.⁴⁶

67. **Prior actions under Pillar 2 are expected to have positive impacts on poverty both directly and indirectly through different transmission channels.** PA4, PA5, PA6 and PA7 are instrumental for the GoC's Policy for Climate Change (state Law 16,146/2016). They are expected to lead to income and job generation, reduce the expenditures of poor urban families and family farmers, and green the state's energy matrix. Clean energy is known for having a much higher labor intensity than brown energy.⁴⁷ PA4 is expected to have significant social impacts, as it can increase the creation of quality jobs, reducing unemployment and expanding labor income in the state. PA5⁴⁸ will indirectly yield benefits for low-income households in at least two dimensions: (i) it will contribute to expand the access of low-income households to more reliable energy; (ii) it will increase the welfare of low-income families in urban and rural areas through both a reduction in their energy expenditures⁴⁹ and the generation of credits for excess energy produced from micro/mini solar generation that can be used to offset energy bills during periods where the generation is below consumption.⁵⁰ PA6 requires for the full assessment of environmental and social impacts on traditional communities and their livelihoods as well as for meaningful consultation with them as required under ILO 169 Convention.⁵¹ It is expected to minimize and mitigate the adverse impacts associated with the cleaning up of the energy matrix on the fragile coastal ecosystems and the livelihood and distinct sociocultural organization of traditional communities (particularly the artisanal fishery communities)

⁴⁴ These assessments aim to compare the ex-ante and ex-post impacts of the investment, by verifying the installed capacity, the level of use, the benefits to the assisted population and the contribution to socioeconomic indicators.

⁴⁵ This prior action is not expected to harm the interest of anyone that may be occupying or using the public properties to be auctioned because the current assignee of real or personal right, or the lessee, or the renter have preference for the acquisition of auctioned public properties over the winner of the auction.

⁴⁶ In Ceará, about 94.6 percent of the children aged 4 to 14 in poor households (US\$6.85 2017 PPP per day poverty line) attend public schools, compared to 56.7 percent among the non-poor (PNAD 2021). Meanwhile, 9 out of 10 households in the bottom 40 percent of the distribution use the public health system when they get sick, in comparison to only 6 out of 10 in the top 60 (PNS 2019).

⁴⁷ Estimates suggest that for every \$1 million spending shifted from brown to green energy, 5 net jobs would be created. See: Garrett-Peltier, 2021, Green versus brown: Comparing the employment impacts of energy efficiency, renewable energy, and fossil fuels using an input-output model, Economic Modelling.

⁴⁸ The World Bank will not be financing the procurements of solar panels but supporting the development of the business model that would enable a large-scale roll out of low-cost renewable energy to low-income consumers, to be funded by other public and private sources.

⁴⁹ On average, households in the bottom fifth population commit to electricity 9.1 percent of their monetary income, while households in the top 5th population commit only 1.6 percent of theirs. IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais* 2021.

⁵⁰ Brook, Penelope J.; Smith, Suzanne [editors], *Energy and development report 2000: energy services for the world's poor (English)*. Washington, D.C. : World Bank Group, available at <http://documents.worldbank.org/curated/en/443371468764055824/Energy-and-development-report-2000-energy-services-for-the-worlds-poor>.

⁵¹ This potential will be fully potentialized as far as the new environmental licensing process abides to the Standard Term of Reference for the environmental impact assessment of offshore wind farms recently issued by IBAMA (Termo de Referência DENEf 8432181 SEI 02007.003499/2019-91, available at https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/publicacoes/2020-11-TR_CEM.pdf). This ToR properly covers aspects related with (a) the mapping of all traditional communities and social groups that use coastal and marine areas and may be affected by the wind farms in their livelihoods, culture, land/marine uses, (b) the consultation of these communities and relevant federal and state agencies, and (c) propose measures to avoid, minimize and/or mitigate the adverse impacts (following this mitigation hierarchy) and compensatory measures for the remaining adverse impacts.



distributed across the state's coastline.⁵² PA7 can help meet the demand for technical and job skill qualifications in the local communities impacted by green hydrogen production projects and it is expected to increase the incomes of beneficiaries who obtain their certificate, especially among the youth.⁵³ In turn, these reforms will contribute to avert medium- and long-term adverse social effects from climate change (such as droughts, floods and landslides) on irregular settlements and traditional communities. PA8 on education is expected to have positive impacts on poverty and equity in the medium- and long-term due to improvements in human capital.

5.2. ENVIRONMENTAL, FORESTS, AND OTHER NATURAL RESOURCE ASPECTS

68. **Actions supported by Pillar 1 are unlikely to have a negative impact on the environment, forests, or other natural resources.** The public investment management (PA1) system will integrate climate considerations in the project cycle (PA1), enabling the adoption of effective climate adaptation and mitigation measures. The new legal framework for public real estate assets management (PA2) will promote a more rigorous inventory of assets, including georeferencing, assessment of degree of occupancy and assessment of environmental and climate risks, that are essential information for effective and satisfactory environmental management in the state. Finally, the strengthening of state Internal Control System (PA3) will not have environmental impacts, but its implementation in SEMA and SEMACE could bring benefits to the consistent planning and implementation of environmental public policies.

69. **The policy actions under Pillar 2 have the potential to generate positive effects in advancing the state's sustainable development.** Limiting any further expansion of coal for power generation and industrial production in the CIPP (PA4) implies, at very least, a stagnation of current GHG emissions. In addition, preparing CIPP's energy balance and the emissions inventory are particularly important for creating baselines and increasing local scientific knowledge. Environmental impact from solar energy microgeneration systems for low-income families participating in the *Renda do Sol* Program (PA5) are expected to be of low magnitude, punctual and temporary. Instead, the positive environmental impacts over GHG emissions arising from the transition to solar energy systems are substantial and will have lasting impact. The implementation of the environmental licensing process for green hydrogen production projects (PA6) will have positive environmental impacts since projects only will be licensed and authorized in accordance with the principles of sustainable development. No environmental impact is expected from the development of skills for the renewable energy sector (PA7). Finally, with the regulation of full-time education, low-magnitude environmental impacts are expected from the construction, renovation, and rehabilitation of school infrastructure (PA8).

5.3. PFM, DISBURSEMENT AND AUDITING ASPECTS

70. **The overall integrated fiduciary risk of this operation arising from public financial management (PFM), public procurement system, and FOREX control environment is moderate.** The GoC is committed to implementing important PFM reforms to improve the quality and relevance of financial information available for decision-making and to enhance transparency, accountability, and efficiency in PFM, including: (i) implementing the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Following the adoption of IPSAS, the state should request that State Court of Accounts (TCE) presents to Parliament, a financial audit report of its 2024 annual financial statements, confirming compliance with the Standards, and (ii) enhancing internal audit standards. Improvements are noted in many areas, including implementing the new

⁵² There are 294 self-declared traditional communities present in the coastal region of Ceará. The livelihoods of most of these communities combines artisanal fishery (which accounts for 60 percent of the state's entire marine fisheries production) with subsistence agriculture. These communities have included the presence of onshore wind farms and the installation of offshore wind farms among the main conflicts and threats they face, which also involve violence related to organized crime, irregular real estate speculation in mangroves, dunes and beaches, and predatory fishing. [Adryane Gorayeb et al., *Cartografia social e a produção de dados participativos para o zoneamento ecológico-econômico costeiro do Ceará*, available at https://www.researchgate.net/publication/356942761_Cartografia_Social_e_a_Producao_de_Dados_Participativos_para_o_Zoneamento_Ecologico-Economico_Costeiro_do_Ceara?enrichId=rgreq-f1e8f00f17dd9b510aee7ffa1dc7116d-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzM1Njk0Mjc2MTtBUzoxMDk5NTU1MjU2OTY3MTY4QDE2MzlxNjU4MTAwNjk%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf]

⁵³ Vocational education is estimated to have a 9.7 percent wage premium when compared to students with only high school (Almeida et al. 2015).



integrated Planning and Financial Administration System of the state of Ceará (SIAFE-CE), which is considered adequate. A well-developed legal framework—including the Federal Constitution, the Fiscal Responsibility Law (LRF), and other laws and regulations—underpins the GoC PFM. Institutional PFM arrangements are established at the State Secretariat of Finance's departments. Budget preparation and monitoring processes are considered appropriate and are available for public access on an external website⁵⁴. There are continued improvements in the external oversight mechanisms, including participation by key stakeholders and sector agencies and following federal rules consistent with international standards. The GoC's PFM environment features strong internal rules and commitment controls. The use of the single treasury account (STA) model of cash management and a clear allocation of responsibility for managing facilitates the performance of bank reconciliations on a regular and timely basis. The State's Financial Statements are of reasonable quality; timely prepared and audited by the State's Supreme Audit Institution. Based on the above review, no additional fiduciary arrangements will be implemented for the operation.

71. **Procurement.** Procurement processes in Ceará are competitive and transparent and have been improving over time. SEPLAG has a section on its website that gathers information on Public Procurement, offering federal and State legislation, instructional material, and more information on implementing the new Federal Procurement and Contract Law⁵⁵. SEPLAG provides access to procurement notices and results of the contracts to public officials, managers, suppliers, and society, through the *Licitaweb* system. Furthermore, access to standard terms of reference and notices are made available, as well as information on the progress and minutes of bidding processes under the responsibility of the Centralized Bidding Agency, an agency linked to the State Attorney General's Office (PGE), who is responsible for centrally processing the external phase of bids. The procurements carried out by the GoC, resulting in contracts to micro and small businesses throughout 2021, reached R\$ 3.5 billion, demonstrating the importance of this segment to the State's economy and the potential growth of their participation in future government contracts. In view of the end of the validity period of Laws No. 8,666/1993, No. 10,520/2002, and part of Law No. 12,462/2011, the procurement systems, as of March 2023, were appropriated to implement bidding processes, according to the new Federal Procurement and Contract Law No. 14,133 of 2021 and other specific state regulations. As set forth by this new Law, SEPLAG is developing a digital procurement system, to render procedures more standardized and increase agility and provide a permanent point of guidance for all hiring units.

72. **The Loan proceeds will be disbursed against satisfactory implementation of the DPF program and will not be tied to any specific purchases.** Once the loan is effective, the borrower will request the World Bank the disbursement of the loan proceeds in local currency, the equivalent amount of the loan proceeds into a local currency denominated-bank account opened by the State Government at the *Caixa Econômica Federal (CEF)* branch in Ceará, Brazil]. The CEF is a commercial bank, financially sound, audited regularly, that performs a wide range of banking services, provides detailed bank statements and is part of a satisfactory banking network, and charges reasonable bank fees. Within 30 days after receipt of loan proceeds, the GoC will confirm to the World Bank that (i) the loan proceeds were received in the local currency-denominated account, and (ii) an equivalent amount was credited to the account that finances GoC's commitments. If loan proceeds are used to finance excluded expenditures as defined in the Loan Agreement, the World Bank will require the GoC to refund the amount. Based on the analysis of the adequacy of the state's PFM environment, no additional fiduciary arrangements will be put in place.

⁵⁴ https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/01/LOA-2023_Lei-n.-18.275-de-22_12_22.pdf

⁵⁵ <https://www.seplag.ce.gov.br/gestao/portal-compras/>



5.4. MONITORING, EVALUATION AND ACCOUNTABILITY

73. **The Ceará State Secretariat of Finance (SEFAZ) is responsible for collecting and monitoring information related to program implementation and progress toward the achievement of the results.** SEFAZ is responsible for coordinating all necessary actions among the agencies involved in the reform program supported by this DPF. SEFAZ will be directly responsible for Pillar 1 in coordination with other state agencies (SEPLAG, CGE and CearáPar). The State Secretariat for the Environment (SEMA), SEINFRA and SEDUC oversee policies and coordinates different institutions under the second pillar of the program. The World Bank team has worked closely with the above agencies as well as the Federal Government to define results indicators that are clearly spelled out and measurable, giving preference to those that are already collected by the government on a regular basis to avoid duplication.

74. **Grievance Redress.** Communities and individuals who believe that they are adversely affected by specific country policies supported as Prior Actions or tranche release conditions under a World Bank Development Policy Financing may submit complaints to the responsible country authorities, appropriate local/national grievance mechanisms, or the Bank's Grievance Redress Service (GRS). The GRS ensures that complaints received are promptly reviewed to address pertinent concerns. Project affected communities and individuals may submit their complaint to the Bank's independent Accountability Mechanism (AM). The AM houses the Inspection Panel, which determines whether harm occurred, or could occur, because of Bank non-compliance with its policies and procedures, and the Dispute Resolution Service, which provides communities and borrowers with the opportunity to address complaints through dispute resolution. Complaints may be submitted at any time after concerns have been brought directly to the World Bank's attention, and Bank Management has been given an opportunity to respond. For information on how to submit complaints to the World Bank's corporate Grievance Redress Service (GRS), please visit <http://www.worldbank.org/GRS>. For information on how to submit complaints to the Bank's Accountability Mechanism, please visit <https://accountability.worldbank.org>.

75. **Brazil has a robust legislation on access to information and grievance redressing.**⁵⁶ The 1988 Federal Constitution (Art. 103 and Art. 130) and Constitutional Amendment 45/2004 also provide for the creation of Ombudsmen at all levels of government and major advances have been made in this area. Hundreds of Ombudsman offices in the federal, state and municipal bodies and agencies operate in the country and are integrated into two systems: the governmental ombudsman system (e-Ouv) and the governmental system of access to information (e-Sic), which have been recently integrated in the Fala.BR web system developed for the National Ombudsman Network. This platform allows citizens to make requests for public information and manifestations to the ombudsman. To use Fala.BR, it is not necessary to register. The system works 24 hours a day, allows to follow up the progress of a registered event and has the option to report anonymously <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/ouvidoria>. Finally, data on the performance of the network of Ombudsman Offices is publicly available at the website "Painel Resolveu?" (<http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>). The **State General Ombudsman Office of Ceará** can be accessed by a Call Center (Telephone 155), in presence, phone, e-mail (ouvidoria.geral@cge.ce.gov.br), internet (<https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria?locale=pt-BR>). *Ceará Transparente* was set up to facilitate communication between citizens and government institutions. The system makes it possible to post suggestions, compliments and complaints, that can be tracked through service channels, such as Telephone 155, (Social Networks: Facebook: [/cgeceara](https://www.facebook.com/cgeceara) and Instagram: [@cgeceara](https://www.instagram.com/cgeceara)), and the website <https://cearatransparente.ce.gov.br/ticket/signin?locale=pt-BR>. Complaints can also be registered anonymously. Citizens have access to reports on the ombudsman performance through the digital platform <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorios-de-gestao-de-ouvidoria?> = .

⁵⁶ Including: Constitutional Amendment 19/1988, Federal Law 12,527/2011, Federal Law 13,460/2017, Federal Decree 9,492/2018, and Normative Instruction Ministry of Transparency and Federal Comptroller General (CGE)/Union General Ombudsman Office (OGU) 5/2018.

6. SUMMARY OF RISKS AND MITIGATION

76. **The overall risk of this operation is assessed as moderate.** The main risks to the objectives of this operation include institutional capacity constraints, the environment, and stakeholders.

77. **Risks related to institutional capacity in some policy areas are assessed as substantial.** The GoC has technically sound, tenured public officials in key management positions. However, there are capacity gaps at lower ranks. The PIM framework and guidelines (PA1) requires the engagement of multiple agencies and public officials in project preparation and evaluation. The state is mitigating this risk with the ongoing development of a PIM system with a backlog of user stories and complete documentation for testing, standardization, and production of the IT solution. It will also conduct capacity-building activities for at least 300 participants on the revamped PIM methodology, guidelines, and system usage. The new legal framework to strengthen the management of the state's real estate assets (PA2) requires building a reliable database for properties, and the harmonization of the legislation to attract non-local investors, which entails a task force to guarantee the reform implementation. The state will mitigate this risk by mapping and updating the registry of all its real estate assets, including the hiring of specialized firms and georeferencing property areas, and providing training at all management levels in CearaPar. The internal control system reform (PA3) will require the implementation of Sectorial Units of Internal Control in the line secretariats. These units will require trained professionals to operate and dedicated budget resources to support them. Mitigation measures include the GoC's shown commitment to implement the internal control system. It will also have about four years to complete the reform. Ceará's sound fiscal condition guarantees that sufficient budget resources can be allocated to the program. Institutional capacity is considered limited and reliant on key individuals within state government to prepare the energy balance and GHG emissions inventory for the CIPP, as well as to develop secondary legislation required to ensure there is no expansion of coal production in CIPP (PA4). The business model for the implementation of the *Renda do Sol* program (PA5) is not defined yet, and passing regulations will be required for its roll-out. The state has requested technical support from the World Bank for the implementation of PA4 and PA5, which can help mitigate these institutional capacity risks. The implementation of TVET courses on clean energy (PA7) and the full-time secondary education (PA8) will require trained teachers and dedicated budget resources. Mitigation measures include the GoC's strong ownership to implement the programs.

78. **Risks related to environment are assessed as substantial.**⁵⁷ The energy transition to renewable energy sources and clean fuels will require substantial new investments to build infrastructure. Green hydrogen production is at the technological frontier. This makes it harder to assess the risks linked with investment, and the state may face gaps in capacity to properly assess the potential environmental and social impacts of new projects, which could lead to inadequate mitigation measures and increased risks to the environment and local communities. The new environmental licensing regulations for green hydrogen provides enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process. Since 2016 the World Bank has supported several initiatives⁵⁸ for improving the environmental licensing process in Ceará, including regulatory and institutional reforms and capacity building, and the Green Hydrogen licensing resulted from this broader engagement. In addition, the World Bank is currently providing technical assistance to Brazil to develop the low-carbon hydrogen market through an ASA (Accelerating Clean Energy Transition and Strengthening Water Security in Brazil (P179030) and is also preparing the Ceará Green Hydrogen Hub IPF (P181511).

⁵⁷ There are allegations of forced labor in the production of solar panels and components. This DPF focuses on policies and institutional reforms in Brazil. DPF proceeds are not earmarked to any specific purpose, including the manufacture or procurement of solar panels or components.

⁵⁸ Initiatives supported by the Bank in Ceará: (i) Strengthening Service Delivery for Growth, Poverty Reduction and Environmental Sustainability in the State of Ceará Program-for-Results (P127463); (ii) Beneficiary Feedback and Data Analytics for Business Licensing in Ceará Program, supported by the Good Regulatory Practices Program: Closing the Implementation Gap and Uncertainty of G2B Services; (iii) Improving Business Environment for Prosperity (IBEP) Program, supported by the UK Prosperity Fund (IFC project # 602136).



79. **Stakeholder risks are assessed as substantial.** These risks relate to sensitivities in the reform agenda that intends to limit the emission of greenhouse gases in CIPP. This reform could affect the operators' interests and undermine its implementation. To mitigate these risks, authorities are engaged in close consultations with several stakeholder groups. In addition, the World Bank is providing technical assistance to the GoC to prepare the energy balance and GHG emissions inventory for CIPP, which will involve engagement with the State and key stakeholder groups, including the possibility to conduct pre-feasibility studies for innovative technologies that can be deployed by high emitters in the CIPP to support the energy transition. The World Bank is also preparing an IPF (P181511) with the GoC to support the development of the Green Hydrogen Hub in CIPP that will require consultations with different stakeholders in CIPP.

Table 7: Summary Risk Ratings

Risk Categories	Rating
1. Political and Governance	Moderate
2. Macroeconomic	Moderate
3. Sector Strategies and Policies	Moderate
4. Technical Design of Project or Program	Moderate
5. Institutional Capacity for Implementation and Sustainability	Substantial
6. Fiduciary	Moderate
7. Environment and Social	Substantial
8. Stakeholders	Substantial
9. Other	
Overall	Moderate



ANNEX 1: POLICY AND RESULTS MATRIX

DETAILED RESULTS FRAMEWORK

Prior actions	Results		
	Indicator Name	Baseline	Target
Pillar 1: Improving public financial management Prior Action #1: To improve the governance of its public investment projects, the Borrower adopted a new framework for public investment management that (i) redefines the roles and responsibilities of the agencies in charge of the project cycle, (ii) provides for the improved management of capital expenditures by mandating project risk assessment and prioritization based on a cost-benefit analysis, as well as a robust capital and operating costs estimation, and (iii) integrates climate change considerations through the fast-track of emergency projects; as evidenced by (i) the Borrower's Decree no. 35.504, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, and (ii) the Borrower's Public Investment Management Framework, dated February 23, 2023, available at https://www.seplag.ce.gov.br/ . Prior Action #2: To improve the management of its real estate assets, the Borrower adopted a new framework for public real estate asset management that (i) provides for a comprehensive inventory of public properties within its territory, (ii) establishes procedures for public real estate asset valuation to maximize returns on sales, and (iii) allows for the consolidation of the ownership and management of its public real estate under a single agency (CearáPar); as evidenced by: (i) the Borrower's Complementary Law no. 296, dated December 16, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on December 19, 2022, (ii) the Borrower's Decree no. 35.505, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, (iii) the Borrower's Decree no. 34.723, dated May 2, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on May 2, 2022, as amended by Decree no. 34.985, dated October 17, 2022, published in the Borrower's Official	RI1. Number of public investment projects screened, appraised, and prioritized according to the methodology criteria set forth on the new legal framework	2022 = 0	2025 = 5
	RI2. Real estate assets vacancy rate	2022 = 18.5 percent	2025 = 8 percent



Prior actions	Results
Gazette on October 17, 2022, (iv) CONAG Resolution 01/2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 10, 2023, and (v) CONAG Resolution 02/2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 10, 2023.	
Prior Action #3: To improve its fiscal accountability and increase the transparency, effectiveness, and efficiency of its policies and programs, the Borrower adopted the 3-Lines of Defense Model developed by the Institute of Internal Audit (IIA) as a means to strengthen the internal control system of its government; as evidenced by the Borrower's Complementary Law no. 309, dated July 11, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on July 11, 2023.	RI3. Increased deployment of the Integrity Program in five the state's key sectoral budgets secretariats⁵⁹ to assess its internal control structure according to the methodology criteria set forth on the Integrity Diagnostics Framework⁶⁰. 2022 = 54 percent 2025 = 75 percent
Pillar 2: Strengthening the enabling environment to scale-up clean energy production	
Prior Action #4: To limit further greenhouse gas emissions, the Borrower (i) prohibited new ventures in the CIPP that involve the burning of coal in any step of their production process, and (ii) committed to develop an emissions inventory regarding socioeconomic activities developed in its territory, which shall comprise the CIPP's energy balance, within 24 months from June 15, 2023; as evidenced by the Borrower's Decree no. 35.503, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.	RI4. Publication of targets for greenhouse gas emission reduction for the CIPP, utilizing the emissions inventory and energy balance. 2022 = no emission reduction targets published for the CIPP 2025 = emission reduction targets published for the CIPP for 2030, 2040 and 2050
Prior Action #5: To stimulate the expansion of distributed solar generation within its territory, in particular within low income and vulnerable communities, the Borrower approved the "Renda do Sol" program, which establishes the institutional arrangements and mechanisms by which (i) funding sources will be secured to provide financial support	RI5. Funds transferred to the FIEE Fund to Support the Renda do Sol Program, utilizing energy cost savings from the State's 2022 = R\$ 0m 2025⁶¹ = R\$ 19m

⁵⁹ Secretariat of Education (SEDUC); Secretariat of Finance (SEFAZ); Secretariat for the Environment and Climate Change (SEMA); State Environment Superintendence – SEMACE; and Secretariat of Water Resources (SRH).

⁶⁰ Issued by Ordinance 74/2020 in State's Official Gazette as of September 15, 2020.

⁶¹ RE savings transferred to FIEE.



Prior actions	Results
for the roll-out of distributed solar generation to the target beneficiaries, and (ii) local capacity will be created for systems operation and maintenance; as evidenced by the Borrower's Complementary Law no. 314, dated September 7, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on September 11, 2023.	public building renewable energy program.
Prior Action #6: To promote investment in green hydrogen within its territory, the Borrower set up a process of environmental licensing for green hydrogen production projects, which provides for (i) the procedures, criteria and parameters applicable to the environmental licensing and authorization for the production of green hydrogen, and (ii) enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process; as evidenced by (i) the Borrower's Decree no. 35.506, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023, and (ii) COEMA Resolution no. 03, dated 10 February 2022, published in the Borrower's Official Gazette on February 14, 2022.	R16. Locational environmental licensing assessments completed 2022 = 0 2025 = 4
Prior Action #7: To promote the development of skills linked to the low-carbon economy, the Borrower mandated the adoption of technical and vocational education and training curricula in secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) schools focusing on clean energy that supports inclusive and sustainable job creation; as evidenced by (i) the Borrower's Law no. 18.194, dated August 31, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on August 31, 2022, and (ii) the Borrower's Decree no. 35.499, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.	R17. Number of TVET courses on clean energy. 2022 = 1 2025 = 8
Prior Action #8: To support learning recovery following the COVID-19 pandemic, the Borrower approved a plan to expand secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) full-time education in public schools within its territory; as evidenced by (i) the Borrower's Law no. 17.995, dated March 29, 2022, published in the Borrower's Official Gazette on March 29, 2022, and (ii) the Borrower's Decree no. 35.499, dated June 15, 2023, published in the Borrower's Official Gazette on June 15, 2023.	R18. Number of girls (aged 14 to 19) participating on STEM career orientation program 2022 = 0 2025 = 20,000
	R19. Number of full-time schools' facilities rehabilitated or constructed following the criteria laid out in the regulations. 2022 = 257 2025 = 400

RESULTS INDICATORS BY PILLAR



Baseline	Closing Period
To improve efficiency in the public resource management	
Number of public investment projects screened, appraised, and prioritized according to the methodology criteria set forth on the new legal framework (Number)	
Dec/2022	Dec/2025
0	5
Real estate assets vacancy rate (Percentage)	
Dec/2022	Dec/2025
18.5	8
Increased deployment of the Integrity Program in five units of the state's key sectoral budgets secretariats to assess its internal control structure (Percentage)	
Dec/2022	Dec/2025
54	75
To improve the enabling environment to scale-up clean energy	
Publication of targets (for 2030, 2040 and 2050) for greenhouse gas emission reduction for the CIPP, utilizing the emissions inventory and energy balance (Yes/No)	
Dec/2022	Dec/2025
No	Yes
Funds transferred to the FIEE Fund to Support the Renda do Sol Program, utilizing energy cost savings from the State's public building renewable energy program (Text)	
Dec/2022	Dec/2025
R\$ 0 million	R\$ 19 million
Locational environmental licensing assessments completed (Number)	
Dec/2022	Dec/2025
0	4
Number of TVET courses on clean energy (Number)	
Dec/2022	Dec/2025
1	8
Number of girls participating on STEM career orientation program (Number)	
Dec/2022	Dec/2025
0	20,000
Number of full-time schools facilities rehabilitated or constructed following the criteria laid out in the regulations (Number)	
Dec/2022	Dec/2025
257	400



ANNEX 2: FUND RELATIONS ANNEX

Brazil—Assessment Letter for the World Bank

February 9, 2024

Assessment letter in connection with the World Bank development policy operation for the State of Ceará, Brazil. The program proposes a loan in the amount of US\$470 million for the BR State of Ceará Sustainable Development Policy Loan. The objective of this operation is to support reforms of the State of Ceará to: (i) improve public financial management; and (ii) strengthen the enabling environment to scale up clean energy production. The letter assesses macroeconomic policies for the national economy.

Economic Developments, Outlook, and Risks

1. **An ambitious reform agenda on inclusive and sustainable growth marked the first year of the government.** The government expanded the renewed Bolsa Família program, lifting incomes of the most vulnerable; reduced illegal deforestation in the Amazon biome by half; issued Brazil's first green and sustainable sovereign bond; and agreed on a carbon market framework. In addition, the authorities approved a new fiscal rule and the introduction of a modern VAT. Brazil is currently holding the G20 Presidency with ambitious goals for "a just world and a sustainable planet".

2. **Growth in 2023 has been more resilient than expected while inflation declined.** Growth is projected to have remained strong in 2023, driven by a sizable fiscal stimulus, buoyant agriculture, and resilient services. Growth is expected to moderate in 2024 before gradually converging to potential over the medium term. Headline inflation has declined markedly due to adequately tight monetary policy and favorable base effects and is projected to reach the 3 percent target by mid-2025. Core has fallen but less sharply. The external position was broadly in line with fundamentals in 2022, and the current account deficit is expected to reach about 2 percent of GDP over the medium term, from 1.4 percent of GDP in 2023.

3. **The balance of risks has improved over the past year and strong buffers continue to support resilience.** On the external front, the likelihood of an abrupt global slowdown or a sharp tightening of global financial conditions has declined, while risks from commodity price volatility remain elevated. On the domestic front, risks have subsided with resilient growth, falling inflation, and the approval of the VAT reform. However, uncertainty around the fiscal consolidation path remains high given the need for additional measures to meet the authorities' 2024 zero primary deficit and medium-term primary surplus targets. Downside risks also include a more negative fallout from El Niño and the recent drought. Upside risks stem from more dynamic domestic demand, a stronger trade balance, and green growth opportunities. Swifter implementation of the VAT reform could unleash earlier productivity gains. A sound financial system, adequate FX reserves, low reliance on FX debt, large government cash buffers, and a flexible exchange rate support resilience.

Policies

4. **The authorities' commitment to strengthen the fiscal position is welcome.** Staff projects a federal primary deficit of 2½ percent of GDP in 2023, including 0.9 percent of GDP in one-off settlements of court-ordered debts (precatórios), improving to a deficit of 0.9 percent of GDP in 2024 given the recent approval of some revenue measures. A fiscal effort of around 2 percent of GDP is projected over the medium term, contingent on the implementation of further measures, with general government gross debt stabilizing at a high level in staff's baseline scenario. The latest staff's debt sustainability assessment (July 2023) finds risks of debt distress to be moderate under the



baseline. However, the debt trajectory remains highly sensitive to shocks to borrowing costs and real GDP growth, and the materialization of fiscal risks. Acknowledging the need to preserve debt sustainability, the authorities aim to achieve a primary fiscal surplus of 1 percent of GDP by 2026. Staff recommends a more ambitious fiscal effort that continues beyond 2026 to put debt on a firmly declining path, while protecting social and investment spending, supported by an enhanced fiscal framework, a broader tax base, and reforms that tackle spending rigidities. The revenue-neutral VAT reform is expected to significantly streamline the tax regime and boost potential. Direct tax reforms will be key to generate revenues, eliminate inefficient tax expenditures, and increase progressivity.

5. With inflation projected to reach the target by mid-2025, the Central Bank of Brazil (BCB) is proceeding with a gradual easing cycle. The BCB reacted to price pressures in a proactive manner in line with the inflation targeting framework that has served Brazil well. The decision in June 2023 to adopt a continuous 3 percent inflation target from 2025 onwards helped reduce inflation expectations and should further improve monetary policy effectiveness. These factors allowed the BCB to cut the policy rate by 50 basis points in each of the last five meetings to 11.25 percent in January and signal further cuts ahead. The monetary policy stance will remain restrictive in the near term and approach its neutral level by 2025, in line with the inflation targeting framework. Given only partial re-anchoring of expectations and resilient growth, the monetary policy easing cycle is proceeding gradually to ensure inflation converges to target, guided by incoming data and inflation expectations.

6. The banking system is sound, the financial sector remains resilient, and systemic risks are contained. Targeted policy measures and financial literacy initiatives to address pockets of household debt vulnerabilities and protect consumers are welcome, including the government's Desenrola program targeted to poorer households. A bigger role for public banks should be managed carefully to mitigate risks for fiscal sustainability and monetary policy transmission.

7. The BCB is at the forefront of financial innovation. Notable initiatives include the highly successful instant payment system, Pix, launched in late 2020, and the Open Finance environment introduced in 2021. These initiatives have increased financial inclusion, efficiency, and competition. Plans for the Digital Real are expected to underpin a public blockchain infrastructure that fosters financial innovation within a regulated environment.

8. The authorities are advancing their ambitious structural agenda. To lift inclusive growth, priorities are rightly focused on fostering innovation, trade integration, and competitiveness; upgrading investment and skills; tackling poverty and inequality; and promoting green growth opportunities. Continuing efforts to strengthen the effectiveness of the anti-corruption and AML/CFT frameworks remains important. The authorities are considering policies to protect economic activity, assets, and livelihoods, including by boosting the Amazon's resilience to climate shocks via fiscal incentives for forest protection; investing in climate smart agriculture and insurance; continuing diversification of power supply to renewables and energy storage; developing a green taxonomy; and leveraging the BCB Sustainability Agenda. To meet Brazil's ambition in lowering emissions, the framework for the mandatory carbon market is very welcome.

IMF Relations

9. The 2023 Article IV consultation concluded on July 19, 2023. Staff discussions with the authorities for the 2024 Article IV consultation are expected to take place in May, with the IMF Executive Board Meeting tentatively scheduled on July 8.



Table 1. Brazil: Selected Economic Indicators, 2021-2029

I. Social and Demographic Indicators									
Area (thousands of sq. km.)	8,510	Health							
Agricultural land (percent of land area)	20.2	Physicians per 1000 people (2022)							
		Hospital beds per 1000 people (2022)							
		Access to safe water (2021)							
Population		Education							
Total (millions, 2022)	283.1	Adult literacy rate (2019)							
Annual rate of growth (percent, 2022)	0.5	Net enrollment rates, percent in:							
Density (per sq. km. av., 2022)	24.9	Primary education (2019)							
Unemployment rate (2022)	9.3	Secondary education (2019)							
Population characteristics (2021)		Poverty rate (in percent, 2021 1/)							
Life expectancy at birth (years)	77								
Infant mortality (per thousand live births)	11								
Income distribution (2017)		GDP, local currency (2022)							
Ratio between average income of top 10 percent of assets (over bottom 40 percent)	12.4	GDP, dollars (2022)							
Gini coefficient (post taxes and transfers, 2017)	53.8	GDP per capita (2022)							
Main export products: airplanes, metallurgical products, soybeans, automobiles, electronic products, iron ore, coffee, and oil									
II. Economic Indicators									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
(Percentage change)									
National accounts and prices									
GDP at current prices	18.4	11.8	7.1	8.5	5.4	5.6	5.6	5.5	5.6
GDP at constant prices	4.0	3.0	3.1	1.7	1.9	2.0	2.0	2.0	2.0
Consumption	3.2	3.7	1.7	1.5	1.6	1.9	2.0	2.0	2.0
Investment (GFCF)	13.9	1.3	0.1	0.6	0.8	1.5	1.4	1.4	1.5
Consumer prices (FCA, average)	8.5	9.3	4.8	4.3	3.0	3.1	3.0	3.0	3.0
Consumer prices (FCA, end of period)	10.1	1.8	4.6	3.9	2.0	3.0	3.0	3.0	3.0
GDP deflator	12.1	8.8	4.0	4.7	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5
(Percent of GDP)									
Gross domestic investment									
Private sector	17.0	14.4	13.0	13.3	11.1	13.0	12.9	12.0	12.7
Public sector	2.5	2.7	4.0	4.0	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1
Gross national savings									
Private sector	19.6	18.0	23.6	23.1	26.8	28.0	28.4	28.8	29.6
Public sector	3.8	-2.7	-7.4	-6.0	-5.1	-4.6	-4.2	-3.7	-2.8
Public sector finances									
Central government primary balance (national representation, incl. UCB) 2/	-0.4	0.5	-2.5	-0.9	-0.2	0.2	0.6	1.0	1.0
General government NIB primary balance	2.0	2.7	-2.2	-0.8	-0.1	0.2	0.7	1.2	1.2
General government NIB structural primary balance (in percent of potential GDP)	1.2	-1.1	-2.4	-1.4	-0.2	0.2	0.7	1.1	1.2
General government NIB	-2.5	-3.1	-7.9	-6.5	-5.7	-5.2	-4.9	-4.3	-4.4
Net public sector debt	35.1	58.1	59.5	63.8	63.8	67.9	68.6	71.0	71.7
General government gross debt, Authorities definition	77.3	71.7	75.9	78.1	80.8	82.2	83.6	84.6	85.9
General government gross debt	88.9	88.9	88.1	88.9	91.4	93.1	94.8	95.6	96.6
Of which foreign currency linked	5.0	4.2	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1
Money and credit									
Base money 3/	2.9	16.8	7.1	8.5	5.4	5.6	5.6	5.5	5.6
Broad money 4/	8.7	10.6	8.2	8.1	5.3	5.6	5.5	5.5	10.8
Bank loans to the private sector	17.0	14.6	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0
Balance of payments									
Trade balance	36.4	43.2	15.7	19.7	19.3	22.4	23.9	22.7	22.9
Exports	284.0	440.2	440.5	440.6	450.4	453.1	459.3	468.5	478.1
Imports	247.6	396.7	424.7	420.9	431.1	430.6	435.4	445.8	455.2
Current account	-46.4	-53.6	-29.6	-29.8	-36.2	-33.0	-47.7	-52.7	-58.6
Capital account and financial account	30.4	55.8	29.6	29.8	36.2	33.0	47.7	52.7	58.6
Foreign direct investment (net inflows)	30.2	53.8	32.0	29.8	40.7	45.1	50.6	55.0	59.7
Terms of trade (percentage change)	14.4	7.1	-2.2	-1.7	-1.0	-2.4	-1.0	-0.8	-0.9
Merchandise exports (in US\$, annual percentage change)	54.8	79.0	0.8	1.5	0.5	0.8	1.8	2.5	1.3
Merchandise imports (in US\$, annual percentage change)	38.9	19.6	-8.6	0.4	1.9	2.4	2.4	2.9	6.3
Total external debt (in percent of GDP)	40.1	54.9	52.6	50.7	49.8	48.6	47.0	45.5	43.9
Manufactures exports									
Output Gap	-0.8	0.2	1.0	0.6	0.2	0.1	0.1	0.0	0.0
Current account (in percent of GDP)	-2.8	-2.7	-1.4	-1.3	-1.5	-1.7	-1.9	-1.9	-2.0
Unemployment rate 5/	13.2	9.3	8.0	6.7	7.5	7.7	7.5	7.5	7.6
Gross official reserves	302	325	346	346	346	346	346	346	346
REER (annual average in percent; appreciation +)	-3.2	12.1	-	-	-	-	-	-	-

Source: Central Bank of Brazil; Ministry of Planning, FINEC, IPEA, and Folia staff estimates.

1/ Computed by IPEA using World Bank's threshold for upper-middle income countries (2015).

2/ Includes the Federal government, the central bank, and the social security system (INSS).

3/ Currency issued, liquidated deposits held at the Central Bank, plus other Central Bank liabilities to other depository corporations.

4/ Currency outside depository corporations, nonfinancial deposits, other deposits, and securities other than shares.

5/ Unemployment rate for 2021 and 2022 shows the average of March, June, September, and December.



ANNEX 3: LETTER OF DEVELOPMENT POLICY



OFÍCIO GG Nº 310/2023

Fortaleza, 11 de Outubro de 2023

Ao Senhor
JOHANNES ZUTT
Diretor do Banco Mundial para o Brasil
SCES Trecho 03, lote 05, polo 8, s/n
70.200-003 – Brasília / DF

Assunto: Contratação de Operação de Crédito *Development Policy Financing* (DPF)

Senhor Diretor,

Este documento compreende um conjunto de medidas de políticas para melhorar a eficiência na gestão dos recursos públicos e promover o desenvolvimento sustentável por meio de energia limpa e desenvolvimento de habilidades. Tem como objetivo integrar políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental, melhorar a qualidade de vida do povo cearense e reduzir as desigualdades regionais no Ceará.

O Governo do Ceará entende que o apoio técnico-financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, por meio da *Development Policy Financing* (DPF), será essencial ao sucesso do Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará – (Ceará Sustentável). Relevante salientar que o supracitado programa tem o intuito de, no médio prazo, elevar a capacidade de poupança do Estado e os investimentos com recursos próprios. Desta forma, o Estado do Ceará terá ganhos significativos na implementação deste Programa que envolve três pilares: fiscal, ambiental e socioeducacional, que impulsionarão o seu desenvolvimento sustentável e a manutenção do equilíbrio de suas contas públicas.

Panorama das finanças públicas estaduais

O Estado do Ceará tem-se mantido em uma trajetória fiscal sustentável, com geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento. Do lado da receita, o crescimento da arrecadação estadual se dá a partir da implementação de medidas que tornam mais eficazes a cobrança dos tributos estaduais da sua competência. O crescimento contínuo das receitas tem sido uma razão importante para a manutenção da sustentabilidade fiscal do estado.

O Governo do Ceará tem demonstrado forte comprometimento com a boa gestão fiscal nos últimos anos, que reflete o maior controle do crescimento das despesas, se comparado ao



crecimento das receitas. Do lado da despesa, tem-se mantido os gastos sob controle, mas sem redução na oferta dos serviços públicos ou prejuízo à sua qualidade. O rápido crescimento anterior dos gastos com pessoal levou o Ceará a aprovar uma regra de teto de gastos do estado em 2016, uma reforma previdenciária em 2019 e a congelar salários de servidores públicos em 2020 e 2021 para melhorar suas contas públicas, antecipando futuras pressões e problemas fiscais que poderiam surgir da falta de controle fiscal. Com estas reformas, entre 2014 e 2022, as despesas totais cresceram apenas 2% ao ano no período e ficaram abaixo do crescimento real da Receita Corrente Líquida (RCL) no mesmo período (3,4% no período), mesmo com a recessão de 2015/2016 e a forte queda do PIB do Ceará em 2020 devido à pandemia. A forte posição fiscal do Ceará culminou em superávits primários recorrentes nos últimos dez anos e na manutenção de seu índice de capacidade de pagamento da dívida (CAPAG) de B de 2018 a 2022. As despesas com pessoal representaram apenas 35,0% da RCL em 2022, ficando abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – (44,1%). Por sua vez, esse rígido controle das principais categorias de gastos correntes permitiu ao Ceará aumentar os investimentos em 6,1% ao ano em termos reais entre 2014 e 2022. Desta forma, o estado tem sido capaz de ampliar seus investimentos públicos, que são financiados tanto com recursos próprios como com novas operações de crédito, sem que haja perda de controle da dívida pública.

Embora o estoque da dívida pública do Ceará esteja sob controle, seu perfil exige um acompanhamento cuidadoso. As medidas fiscais adotadas desde 2016 permitiram ao Ceará reduzir sua dívida líquida de 62% da receita corrente líquida em 2015 para 33,9% em 2022. No entanto, seu perfil de dívida apresenta desafios, pois o serviço da dívida (7,6% da RCL) e a parcela da dívida em moeda estrangeira (53,6 por cento da dívida total) é elevada. Apesar disso, os saldos fiscais sólidos permitiram ao estado navegar por períodos de estresse cambial e maiores necessidades de financiamento sem atrasar o pagamento de despesas ou incorrer em atrasos.

Mesmo diante de um cenário fiscal relativamente benéfico e tendo implementado importantes reformas para garantir sustentabilidade das suas finanças públicas, o estado do Ceará ainda enfrenta diversos desafios de desenvolvimento. A taxa de pobreza no Ceará é de 44,2%, medida pela linha de pobreza de US\$ 6,85/dia (PPP 2017), enquanto a parcela de pessoas extremamente pobres vivendo com menos de US\$ 2,15/dia (PPP 2017) foi de 11,0% (cálculos do Banco Mundial usando PNADC 2021). Além da pobreza, há desigualdades significativas entre a população do Estado. Embora o Estado seja conhecido por suas conquistas educacionais avaliadas por testes padronizados desde a última década, ocupando a 2ª posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (INEP, 2021), nem todos os indicadores relacionados à educação tiveram tendências positivas. Em 2019, 82,7% das crianças de 7 e 8 anos eram alfabetizadas, enquanto a taxa foi de 89,4% em 2021 (PNADC).



O apoio do Banco via DPF:

Ante o exposto, o Governo do Estado do Ceará está pleiteando um empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até 440.000.000,00€ (quatrocentos e quarenta milhões), na modalidade DPF – Financiamento de Políticas Públicas. Através do DPF, o Banco Mundial apoiará o Estado na implementação de políticas que contribuem para aumentar a sustentabilidade fiscal do Estado – para melhorar o perfil de seu endividamento, trocando algumas dívidas mais caras e curtas por outra de mesmo valor, mas mais barata e longa – e para dar continuidade aos seus esforços de promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de melhores práticas de gestão pública. Além da economia vinda da redução do custo de endividamento, o novo endividamento permitirá suavizar os pagamentos de dívida ao longo do tempo, facilitando o trabalho de programação financeira, além de realizar novos investimentos e políticas sociais em atendimento à população cearense.

Este DPF se relaciona com o Plano de Desenvolvimento de longo prazo “Ceará 2050” e com a área de planejamento e modernização da gestão do PPA, na medida em que apoia as iniciativas da gestão pública para maior eficiência na gestão dos recursos públicos, resultando em maior poupança para o Governo, menor evasão fiscal, menor desperdício de recursos e fraudes e melhor prestação de serviços públicos, além de reforçar a disciplina fiscal. A implementação de uma nova estrutura de Gestão de Investimentos Públicos (GIP) é uma maneira eficaz de melhorar a governança de projetos de infraestrutura no nível estadual, considerando também soluções climáticas inteligentes no ciclo do projeto para garantir que os projetos de infraestrutura sejam sustentáveis e resilientes. O novo quadro legal para fortalecer a gestão do patrimônio mobiliário do Estado fornece orientações claras sobre a aquisição, gestão e alienação de bens imobiliários, bem como estabelece mecanismos de acompanhamento e avaliação regulares das carteiras imobiliárias. A implementação de um Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de acordo com o modelo de 3 linhas (Lei Complementar nº 309, de 10.07.23) fortalecerá a transparência e a prestação de contas do Governo.

Ainda, este DPF também se alinha aos objetivos estratégicos do Plano Ceará 2050 e com o PPA ao apoiar reformas para impulsionar a transição para uma matriz energética mais limpa no Ceará e com foco no desenvolvimento sustentável e do capital humano cearense. Propõe-se alcançar esses objetivos por meio de: (i) a promoção do plano estadual de transição energética justa, que incorpora a proibição de novas etapas produtivas que usem carvão mineral no Complexo Industrial de Porto de Pecém (CIPP), além do desenvolvimento de um balanço energético e inventário de emissões de gases de estufa no CIPP com fins de facilitar o Estado a lograr os seus objetivos de descarbonização; (ii) estabelecimento do Programa Renda do Sol (Lei Complementar nº 314, De 07.09.23), o qual utilizará, entre outras fontes, as economias geradas por investimentos em energia renovável e eficiência energética nos prédios públicos estaduais para apoiar a geração de renda as famílias cearense e seus trabalhadores da agricultura familiar, com impacto na redução da pobreza, no estímulo à utilização de energia renovável na produção do campo e no desenvolvimento social



sustentável, além de viabilizar a integração entre energia produzida pelas usinas fotovoltaicas do Programa e a demanda energética para a produção de hidrogênio verde; (iii) a concessão de licenciamento ambiental para projetos de produção de Hidrogênio Verde, tornando o Estado do Ceará o pioneiro nesta fonte de energia e referência aos demais estados brasileiros; (iv) adoção de educação profissional e treinamentos com foco em energia limpa; e (v) implementação da educação em tempo integral nas escolas estaduais.

É nesse conjunto de medidas que se situa a operação de crédito de políticas de desenvolvimento pleiteada junto ao Banco Mundial, com o objetivo de redefinir o perfil do endividamento do Estado, permitindo reduzir os pagamentos de serviço de dívida no curto prazo. Essa redução abrirá espaço fiscal para financiar a transição energética, a melhoria da governança, e a oferta de serviços públicos para a população carente do Estado, especialmente, na área de educação.

Contamos com essa operação, que contribuirá para a manutenção de uma trajetória de equilíbrio das contas públicas estaduais sem perder o foco no investimento público e na promoção de um desenvolvimento sustentável.

Atenciosamente,

Emanoel Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ



[Unofficial translation]

LETTER OF DEVELOPMENT POLICY

CG Letter No. 201/2023

Fortaleza, October 11th, 2023.

Dear Mr.

Johannes Zutt

Director – Brazil

Latin America and the Caribbean Region

The World Bank

Subject: Credit Operation Contracting

Development Policy Financing (DPF)

Mr. Director,

This document comprises a set of policy measures to improve efficiency in the management of public resources and promote sustainable development through clean energy and skills development. It aims to integrate public policies for socioeconomic development and environmental sustainability, improve the quality of life of the citizens of Ceará and reduce regional inequalities within the state.

The Government of Ceará understands that the technical and financial support of the International Bank for Reconstruction and Development – IBRD, through Development Policy Financing (DPF) instrument, will be key to the success of the Economic and Fiscal Sustainability Program of the state of Ceará (*Ceará Sustentável*). It is important to point out that this program seeks to increase the state's saving capacity and investments with its own resources, in the medium term. Thereupon, the state of Ceará will have significant gains in the implementation of this Program, that involves three pillars: fiscal, environmental, and socio-educational, which will boost its sustainable development and the maintenance of the balance of its public accounts.

Overview of state's public finances:

The state of Ceará has maintained a sustainable fiscal path, generating savings and raising funds to support investment. On the revenue side, the growth in state collection is due to the implementation of measures that make the collection of state taxes within its competence more effective. Continued revenue growth has been an important reason for maintaining the state's fiscal sustainability.

The Government of Ceará has shown a strong commitment to sound fiscal management in recent years, which reflects greater control of expenditure growth compared to revenue growth. On the expenditure side, expenditures have been under control without reducing public services supply or jeopardizing their quality. Previous rapid growth in personnel spending led Ceará to pass a state spending cap rule in 2016, a pension reform in 2019, and to freeze civil servant salaries in 2020 and 2021 to improve its public accounts, in anticipation of future pressures and fiscal problems that could arise from the lack of fiscal control. As a result of these reforms, total expenses grew only 1.23 percent per year between 2014 and 2022, in real terms, well below the real growth of Net Current Revenue (NCR) in the same period (3.57 percent in the period), despite the 2015/2016 recession and the plummeting in Ceará's GDP in 2020 due to the pandemic.



Ceará's strong fiscal position culminated in recurring primary surpluses over the last ten years and in the maintenance of its debt-paying capacity index (CAPAG) at B from 2018 to 2022. Personnel expenses represented only 42.83 percent of Adjusted NCR in 2022, remaining below the alert limit established by the Fiscal Responsibility Law – LRF – (44.1 percent). In turn, this strict control of the main categories of current expenditures allowed Ceará to increase investments by 4.67 percent per year, in real terms, between 2016 (the year of implementation of the expenditure rule) and 2022. Therefore, the state has been capable of expanding its public investments, which are financed both with its own resources and with new credit operations, without losing control of the public debt.

Although Ceará's public debt stock is under control, its profile requires careful monitoring. Fiscal measures adopted since 2016 have allowed Ceará to reduce its net debt from 43.6 percent of net current revenue in 2015 to 33.63 percent in 2022. However, its debt profile presents challenges, as debt service (7.91 percent of NCR) and the share of debt in foreign currency (53.6 percent of total debt) is high. Nevertheless, solid fiscal balances have allowed the state to navigate periods of currency stress and heightened borrowing needs without delaying expenditure payments or generating arrears.

Even in the face of a relatively beneficial fiscal scenario and having implemented important reforms to ensure the sustainability of its public finances, the state of Ceará still faces several development challenges. According to the Continuous Annual National Household Survey – “*PNAD Contínua*” – by IBGE, income inequality grew continuously in Ceará between 2014 and 2019. Inequality growth peaked in 2016 when it increased by 2.9 percent. In the same year, inequality also increased by 2.5 percent in Brazil and 2.0 percent in the Northeast. Overall inequality increased by 7.7 percent in Ceará between 2014 and 2019, while increasing 3.4 percent in Brazil and 5.2 percent in the Northeast. In 2020, inequality sharply declined during the Covid-19 pandemic. However, while the Gini Index of income distribution plummeted 6.0 percent in the Northeast, it fell only 3.7 percent in Brazil and 3.2 percent in Ceará. Finally, in 2021, the Gini index showed a strong increase in all geographic dimensions of comparison. For Brazil and the Northeast region, Gini levels were very similar to those observed in 2019. In turn, Ceará's Gini index (0.549) reflected lower income inequality than in 2019 level, but still higher than the index in 2014⁶².

Besides poverty, there are other significant inequalities affecting the state's population. Between 2014 and 2019, the literacy rate of children aged 6 to 9 years grew from 76.6 percent to 79.1 percent in the state, this performance being slightly below the national growth rate, which jumped from 77.3 percent to 79.8 percent but higher than the rate for the Northeast, which increased from 68.6 percent to 73.7 percent. However, the effects caused by the pandemic on the literacy process of children aged 6 to 9 years old are still worrying. In 2021, the literacy rate among this group was 71 percent in Brazil, 69 percent in Ceará and 64.2 percent in the Northeast. Conversely, 29 percent, 35.8 percent and 31 percent of children in this age group in Brazil, Northeast and Ceará, respectively, were not able to read and write, according to their guardians. In absolute terms, it is estimated that more than 636 thousand children aged 6 to 9 years were illiterate in the state of Ceará in 2021⁶³.

Bank support via DPF:

In view of the above, the Government of the state of Ceará is requesting a loan from the International Bank for Reconstruction and Development - IBRD in the amount of up to €440,000,000.00 (four hundred and forty million), in the DPF modality - Development Policy Financing. Through the DPF, the World Bank will support the state in implementing policies that contribute to increasing the state's fiscal sustainability – improving its debt profile, exchanging shorter and more expensive debts for cheaper and longer equivalent debts. – and to continue its efforts to promote sustainable

⁶² Evidências Socioeconômicas Recentes no Ceará: Choque Adversos, Avanços e Desafios. Barreto, Flávio Ataliba Flexa Daltro (org.). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE, Ceará, 2022. p.267 Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/EVIDENCIAS_SOCIOECONOMICAS_RECENTES_NO_CEARA.pdf p.315

⁶³ Evidências Socioeconômicas Recentes no Ceará: Choque Adversos, Avanços e Desafios. Barreto, Flávio Ataliba Flexa Daltro (org.). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE, Ceará, 2022. p.267 Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/EVIDENCIAS_SOCIOECONOMICAS_RECENTES_NO_CEARA.pdf p.267



development through better public management practices. In addition to the savings resulting from the reduction in the cost of debt, the new debt will make it possible to smooth debt payments over time, facilitating financial programming, and to make new investments and social policies to serve the population of Ceará.

This DPF is related to the long-term Development Plan “Ceará 2050” and to the area of planning and modernization of PPA management, insofar as it supports public management initiatives for greater efficiency in the management of public resources, resulting in greater savings for the Government, less tax evasion, less waste of resources and fraud and better delivery of public services, in addition to strengthening fiscal discipline. Implementing a new Public Investment Management (PIM) framework is an effective way to improve governance of infrastructure projects at the state level, while also considering climate-smart solutions in the project cycle to ensure infrastructure projects are sustainable and resilient. The new legal framework designed to strengthen the management of the state's real estate assets provides clear guidelines on the acquisition, management and selling of real estate, as well as establishing mechanisms for regular monitoring and evaluation of real estate portfolios. The implementation of an Internal Control System of the Executive Branch according to the 3-line model (Complementary Law No. 309, of July 10th, 2023) will strengthen the Government's transparency and accountability.

Furthermore, this DPF also aligns with the strategic objectives of the Ceará 2050 Plan and with the PPA by supporting reforms to boost the transition to a cleaner energy matrix in Ceará and focusing on sustainable development and human capital in Ceará. It is proposed to achieve these objectives through: (i) the promotion of the state plan for fair energy transition, which incorporates the prohibition of new production stages that use mineral coal in the Industrial Complex of the Port of Pecém (CIPP), in addition to the development of an energy balance and inventory of greenhouse gas emissions in the CIPP in order to facilitate the State in achieving its decarbonization objectives; (ii) establishment of the Renda do Sol Program (Complementary Law No. 314, of July 9, 2023), which will use, among other sources, the savings generated by investments in renewable energy and energy efficiency in state public buildings to support the generation of income for Ceará families and their family farming workers, with an impact on reducing poverty, encouraging the use of renewable energy in rural production and sustainable social development, in addition to enabling the integration of energy produced by the Program's photovoltaic plants and the energy demand for the production of green hydrogen; (iii) the granting of environmental licensing for green hydrogen production projects, making the State of Ceará the pioneer in this energy source and a reference for other Brazilian states; (iv) adoption of professional education and training focused on clean energy; and (v) implementation of full-time education in state schools.

The development policy credit operation sought from the World Bank is an integral part of this set of measures, which aims to redefine the profile of the state's indebtedness, allowing for the curtailment of debt service payments in the short term. This reduction will open fiscal space to finance the energy transition, the improvement of governance and the provision of public services for the most disadvantaged population of the state, especially in education.

I believe this operation will contribute to maintaining a balanced trajectory of the state public accounts without losing focus on public investment and the promotion of sustainable development.

Yours sincerely,

Elmano de Freitas da Costa

Governor of the State of Ceará



ANNEX 4: ENVIRONMENT AND POVERTY/SOCIAL ANALYSIS TABLE

Prior Actions	Significant positive or negative environment effects	Significant poverty, social or distributional effects positive or negative
Pillar 1: Improving public financial management		
PA#1: Public Investment Management (PIM) framework	Positive - It will bring positive environmental impacts as it will enable the adoption of effective climate adaptation and mitigation measures	Potentially positive equity impact through increased investments in public service provision and improved social accountability through public disclosure of assessments of socioeconomic outcomes of investments.
PA#2: Strengthen the management of the state's real estate assets	Positive - will introduce a set of procedures for carrying out a more rigorous inventory of public assets, including georeferencing, assessment of degree of occupancy and assessment of environmental and climate risks	Potentially positive equity impact through increased investments in public service provision and poverty reduction resulting from donations of real estate assets and land regularization projects.
PA#3: Internal Control System of the Executive Branch	No	No expected negative poverty impact.
Pillar 2: Strengthening the enabling environment to scale-up clean energy production		
PA#4: Industrial Complex of Pecém (CIPP)	Positive - Limiting further expansion of the use of coal in CIPP will result in the stagnation of GHG emissions. Preparing CIPP's energy balance and emissions inventory creates baselines and increases local scientific knowledge.	Potentially positive and indirect impact on poverty. Impacts could come from the creation of jobs from the investments in the innovation hub.
PA#5: Renda do Sol program	Negative and Positive - environmental impacts common to small works are expected and may be considered of low magnitude, punctual and temporary. On the other hand, the environmental impacts arising from the transition of the energy system are substantial and lasting impact, such as the reduction of greenhouse gas (GHG) emissions	Households benefiting from the Renda do Sol Program will have significant savings on energy expenses. A key element to maximize impact of new source of income will be the provision of financial education to program's recipients.



PA#6: Environmental licensing for green hydrogen production projects	Negative and positive. Potential negative impacts to be considered with the expansion of green hydrogen include water usage and treatment of brine, particularly as the region of Ceará is prone to desertification, and risks related to safety in the storage and handling of green hydrogen and its derivatives, including ammonia. On the other hand, the environmental impacts arising from the transition of the energy system are anticipated to be substantial, such as the reduction of greenhouse gas (GHG) emissions.	Potential positive impacts in the medium term as it is expected to minimize and mitigate the adverse impacts on the fragile coastal ecosystems and the livelihood and distinct sociocultural organization of traditional communities (particularly the artisanal fishery communities) distributed across the state's coastline of the early state policy that simplified the environmental licensing process for energy projects considered small potential environmental impact (including wind power plants and other renewable matrix developments). Potential positive poverty impacts in the medium- or long-term as beneficiaries accumulate human capital. Ensuring low-income (or most vulnerable) individuals are benefitting from the new offer will require interventions to maximize take-up and support insertion into the labor market (especially women and the youth).
PA#7: Vocational Education and Training (TVET) to support inclusive and sustainable employment	No	Potential positive poverty impacts in the medium- or long-term as beneficiaries accumulate human capital. Ensuring low-income (or most vulnerable) individuals are benefitting from the new offer will require interventions to maximize take-up and support insertion into the labor market (especially women and the youth).
PA#8: Full-time education in state schools of Ceará	Negative - low-magnitude environmental impacts are expected, common to the construction, renovation and rehabilitation of school infrastructure.	Potential positive poverty impacts in the medium- or long-term as beneficiaries accumulate human capital. Ensuring low-income (or most vulnerable) individuals are benefitting from the new offer will require interventions to maximize take-up and support insertion into the labor market (especially women and the youth).



ANNEX 5: PARIS ALIGNMENT ASSESSMENT TABLE

Program Development Objective(s): To support reforms of the state of Ceará to: (i) improve public financial management; and (ii) strengthen the enabling environment to scale-up clean energy production.	
Step 1: Taking into account our climate analysis (e.g., Country Climate and Development Reports or CCDRs), is the operation consistent with the country climate commitments, including for instance, the NDC, NAP, LTS, and other relevant strategies?	Answer: Yes Explanation: The operation is directly aligned with Brazil's Update of the First Nationally Determined Contribution (NDC) submission (December 2020) and the climate action policy documents published by the government of Ceará, such as the <i>Ceará Verde Plan</i> (Green Ceará Plan).
Mitigation goals: assessing and reducing the risks	
Prior Action 1. To improve the governance of its public investment projects, the Borrower adopted a new framework for public investment management that (i) redefines the roles and responsibilities of the agencies in charge of the project cycle, (ii) provides for the improved management of capital expenditures by mandating project risk assessment and prioritization based on a cost-benefit analysis, as well as a robust capital and operating costs estimation, and (iii) integrates climate change considerations through the fast-track of emergency projects.	
Pillar Objective: Improving public financial management.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer: No. Explanation: This prior action is not likely to cause a significant increase in GHG emissions. The policy also promotes the reduction of GHG emissions by incorporating climate-smart parameters in the investment project cycle. This includes conclusive assessments of climate, economic, and environmental risks to ensure that only environmentally sustainable and economically viable projects are selected for implementation.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer: NA
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer: NA
Conclusion for PA 1: The measure supported by the prior action is not likely to have any direct mitigation or emissions generating impact, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 2. To improve the management of its real estate assets, the Borrower adopted a new framework for public real estate asset management that (i) provides for a comprehensive inventory of public properties within its territory, (ii) establishes procedures for public real estate asset valuation to maximize returns on sales, and (iii) allows for the consolidation of the ownership and management of its public real estate under a single agency (CearáPar).	
Pillar Objective: Improving public financial management.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer: No. Explanation: This prior action is not likely to cause a significant increase in GHG emissions. It introduces provisions to incentivize the use of Ceará real estate properties by third parties for



	the purpose of fostering the production of renewable energies that can support reduction in GHG emissions. Moreover, it enables CONAG to issue future guidelines for the implementation of climate risk assessments, as part of the asset inventory and regularization assessment of public buildings to be performed.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer: NA
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer: NA
Conclusion for PA 2: The measure supported by the prior action is not likely to have any direct mitigation or emissions generating impact, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 3. To improve its fiscal accountability and increase the transparency, effectiveness, and efficiency of its policies and programs, the Borrower adopted the 3-Lines of Defense Model developed by the Institute of Internal Audit (IIA) as a means to strengthen the internal control system of its government.	
Pillar Objective: Improving public financial management.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer No. Explanation: This prior action strengthens the state's internal audit system through the implementation of the 3-Lines of Defense Model developed by the Global Institute of Internal Auditors (IIA). It is not likely to cause a significant increase in GHG emissions.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer NA
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 3: The measure supported by the prior action is not likely to have any direct mitigation or emissions generating impacts, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 4. To limit further greenhouse gas emissions, the Borrower (i) prohibited new ventures in the CIPP that involve the burning of coal in any step of their production process, and (ii) committed to develop an emissions inventory regarding socioeconomic activities developed in its territory, which shall comprise the CIPP's energy balance, within 24 months from June 15, 2023.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer No. Explanation: This prior action intends to reduce GHG emissions through the prevention of an expansion of an increase in installed coal-based electricity and industrial production.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer NA



Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 4: The measures supported by the prior action are intended to reduce GHG emissions, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 5. To stimulate the expansion of distributed solar generation within its territory, in particular within low income and vulnerable communities, the Borrower approved the “Renda do Sol” program, which establishes the institutional arrangements and mechanisms by which (i) funding sources will be secured to provide financial support for the roll-out of distributed solar generation to the target beneficiaries, and (ii) local capacity will be created for systems operation and maintenance.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer No. Explanation: This prior action intends to support GHG emission reductions through the adoption renewable energy (with negligible lifecycle GHG emissions) to displace grid supplied electricity ⁶⁴ .
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country’s low-GHG emissions development pathways?	Answer NA
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 5: The measures supported by the prior action are intended to reduce GHG emissions, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 6. To promote investment in green hydrogen within its territory, the Borrower set up a process of environmental licensing for green hydrogen production projects, which provides for (i) the procedures, criteria and parameters applicable to the environmental licensing and authorization for the production of green hydrogen, and (ii) enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer No. Explanation: This prior action is intended to support a reduction of GHG emissions by supporting the development of green hydrogen, which can support decarbonization of hard-to-abate sectors, both within Brazil and globally.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country’s low-GHG emissions development pathways?	Answer NA

⁶⁴ Grid electricity is supplied by the Brazilian Interconnected System (SIN), a relatively clean grid, with renewables accounting for over 80 percent of installed capacity, compared to a world average of approximately 27 percent (*Plano Decenal de Expansão de Energia 2031* and IEA, World energy matrix 2019). However, recent policies and legislation have set the country on track to increase emissions from the power sector (Brazil - Country Climate and Development Report (English). Washington, D.C.: World Bank Group.).



Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 6: The measures supported by the prior action are intended to reduce GHG emissions, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 7. To promote the development of skills linked to the low-carbon economy, the Borrower mandated the adoption of technical and vocational education and training curricula in secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) schools focusing on clean energy that supports inclusive and sustainable job creation.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer No. Explanation: This prior action aims to support a lower carbon transition through TVET on clean energy and is not likely to cause a significant increase in GHG emissions.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer NA
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 7: The measure supported by the prior action is not likely to have any direct mitigation or emissions generating impacts, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Prior Action 8. To support learning recovery following the COVID-19 pandemic, the Borrower approved a plan to expand secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) full-time education in public schools within its territory.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step M2.1: Is the prior action likely to cause a significant increase in GHG emissions?	Answer Yes. Explanation: This PA8 promotes the expansion and improvement of about 400 schools' infrastructure, which may lead to an increase in GHG emissions.
Step M2.2: Is the prior action likely to introduce or reinforce significant and persistent barriers to transition to the country's low-GHG emissions development pathways?	Answer No. Explanation: Infrastructure to be built and/or rehabilitated will promote energy efficiency and renewable energy, follow green building codes, enhance waste management, and be compliant with the PIM (PA1) and the new framework for public real estate asset management (PA2) which include provisions for climate change mitigation.
Step M3: Is the risk of the prior action introducing or reinforcing significant and persistent barriers being reduced to low after mitigation measures have been implemented?	Answer NA
Conclusion for PA 8: Considering the mitigation risks measures, the measure supported by the prior action is not likely to have any direct mitigation or emissions generating impacts, consequently, it can be considered aligned on mitigation.	
Mitigation goals: All prior actions are aligned on mitigation.	
Adaptation and resilience goals: assessing and managing the risks	



Prior Action 1. To improve the governance of its public investment projects, the Borrower adopted a new framework for public investment management that (i) redefines the roles and responsibilities of the agencies in charge of the project cycle, (ii) provides for the improved management of capital expenditures by mandating project risk assessment and prioritization based on a cost-benefit analysis, as well as a robust capital and operating costs estimation, and (iii) integrates climate change considerations through the fast-track of emergency projects.

Pillar Objective: Improving public financial management.

Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?

Answer No. Explanation: This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The state's new public investment system mandates thorough risk assessments and integrates risk reduction strategies, including those addressing climate change, into all projects. It includes specific provisions for key sectors like energy, water, sanitation, and transport. By rigorously evaluating projects in these sectors, the system will help provide another layer to screen the associated climate risks within the investment portfolio.

Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?

Answer NA

Conclusion for Prior Action 1. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.

Prior Action 2. To improve the management of its real estate assets, the Borrower adopted a new framework for public real estate asset management that (i) provides for a comprehensive inventory of public properties within its territory, (ii) establishes procedures for public real estate asset valuation to maximize returns on sales, and (iii) allows for the consolidation of the ownership and management of its public real estate under a single agency (CearáPar).

Pillar Objective: Improving public financial management.

Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?

Answer No. Explanation: This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The new policy provides the basis for Ceará to issue additional guidelines regarding governance policies and socio-environmental measures to be used during the process of updating the inventory and regularization.

Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?

Answer NA

Conclusion for Prior Action 2. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.

Prior Action 3. To improve its fiscal accountability and increase the transparency, effectiveness, and efficiency of its policies and programs, the Borrower adopted the 3-Lines of Defense Model developed by the Institute of Internal Audit (IIA) as a means to strengthen the internal control system of its government.

Pillar Objective: Improving public financial management.



Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer No. Explanation: This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The policy reform strengthens the state's internal audit system through the implementation of the 3-Lines of Defense Model developed by the Global Institute of Internal Auditors (IIA).
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer NA
Conclusion for Prior Action 3. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.	
Prior Action 4. To limit further greenhouse gas emissions, the Borrower (i) prohibited new ventures in the CIPP that involve the burning of coal in any step of their production process, and (ii) committed to develop an emissions inventory regarding socioeconomic activities developed in its territory, which shall comprise the CIPP's energy balance, within 24 months from June 15, 2023.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer No. Explanation: Risks from climate hazards are not material to the substance of the Prior Action.
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer N/A.
Conclusion for Prior Action 4. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.	
Prior Action 5. To stimulate the expansion of distributed solar generation within its territory, in particular within low income and vulnerable communities, the Borrower approved the "Renda do Sol" program, which establishes the institutional arrangements and mechanisms by which (i) funding sources will be secured to provide financial support for the roll-out of distributed solar generation to the target beneficiaries, and (ii) local capacity will be created for systems operation and maintenance.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer Yes. Explanation: Ceará has high vulnerability to flooding and moderate vulnerability to extreme heat ⁶⁵ , both of which have the potential to impact the performance and durability of solar PV systems.
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer Yes. Explanation: Solar PV systems will be designed to consider resilience measures necessary to mitigate against climate-related risks in Ceará.
Conclusion for Prior Action 5 This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.	
Prior Action 6. To promote investment in green hydrogen within its territory, the Borrower set up a process of environmental licensing for green hydrogen production projects, which provides for (i) the procedures, criteria and	

⁶⁵ According to the ThinkHazard climate tool designed by the World Bank's GFDRR, available at: <https://thinkhazard.org/en/report/670-brazil-ceara>.



parameters applicable to the environmental licensing and authorization for the production of green hydrogen, and (ii) enhanced protections for vulnerable communities during the licensing process.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer No. Explanation: The Green Hydrogen Hub, located in the city of São Gonçalo Do Amarante, is not expected to face significant climate risks that would impact green hydrogen development ⁶⁶ . Thus, this prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks.
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer NA
Conclusion for Prior Action 6 This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.	
Prior Action 7. To promote the development of skills linked to the low-carbon economy, the Borrower mandated the adoption of technical and vocational education and training curricula in secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) schools focusing on clean energy that supports inclusive and sustainable job creation.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer No. Explanation: This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. Indeed, it is likely to contribute to the adaptation of climate change by developing high-skilled local labor and increase the awareness of the importance of clean energy through teachers training and pedagogical materials to support the clean energy transition.
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer NA
Conclusion for Prior Action 7. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks. The adaptation risks are low.	
Prior Action 8. To support learning recovery following the COVID-19 pandemic, the Borrower approved a plan to expand secondary (<i>Ensino Médio</i>) and professional (<i>Ensino Profissional</i>) full-time education in public schools within its territory.	
Pillar Objective: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production.	
Step A2: Are risks from climate hazards likely to have an adverse effect on the prior action's contribution to the Development Objective(s)?	Answer Yes. Explanation: The main climate and disaster risks likely to affect the prior action are extreme heat, drought, and flooding (river and urban), in addition to landslides and wildfires.
Step A3: Does the design of the prior action reduce the risk from climate hazards to an acceptable level, considering climate adaptation good practices applicable to the country context?	Answer Yes. Explanation: Risks will be reduced to low with the adoption of mitigation measures that will include: (i) PA#1 and PA#2 incorporate climate resilience criteria that benefit the design and rehabilitation of educational infrastructure; (ii) training materials for

⁶⁶ According to the ThinkHazard climate tool, the city of São Gonçalo Do Amarante has a high risk for wildfires and a medium risk for flooding and extreme heat. Renewable energy and green hydrogen developers can take into account these risks in designing their investments. Water is necessary for the production of hydrogen, and the risk of water scarcity is considered low in the city; furthermore, a number of potential green hydrogen developers are considering investments in desalinization plants. The environmental licensing process will allow developers and the State to have a clearer view of possible environmental hazards and mitigate them accordingly.



	teachers and students, integrating climate change adaptation and resilience, particularly focused on local impacts of the climate change; (iii) state's alert systems can help the population to anticipate negative climate events; and (iv) skills development in higher education teaching and skills development interventions.
Conclusion for Prior Action 8. This prior action's development impact is not expected to be threatened by climate risks considering the risk mitigation measures in place. The adaptation risks have been reduced to low.	
Adaptation and resilience: All prior actions are aligned on adaptation and resilience. The adaptation risks are low.	
OVERALL CONCLUSION OF PARIS ALIGNMENT ASSESSEMENT: The operation is aligned with the goals of the Paris Agreement.	

ANNEX 6: ESTIMATED IMPACTS OF THE REVENUE MEASURES PROPOSED BY THE FEDERAL GOVERNMENT

Table 5: Measures announced by the Government to recover revenues, impacts estimated by the government and impacts considered by IFI in their projections*

Policy Measure	Gov. Estimates (BRL bn)			IFI Estimates (BRL bn)**		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Revenue from the transfer of PIS/PASEP ⁶⁷ resources to the Treasury	23.0	-	-	23.0	-	-
Return of PIS/COFINS ⁶⁸ on financial revenue	4.4	6.0	6.0	4.4	6.0	6.4
Return of PIS/COFINS on gasoline and alcohol, including tax on the export of crude oil	28.9	54.5	54.5	28.9	34.7	58.2
Return of PIS/COFINS on diesel, cooking gas and aviation kerosene	1.5	18.6	18.6	1.5	19.8	21.2
Collection of PIS/COFINS on ICMS credits within the scope of states and the DF	31.9	58.0	61.2	-	-	-
Collection of IRPJ and CSLL on tax benefits under ICMS	47.0	47.0	47.0	7.1	12.5	18.8
Taxation on income earned abroad	3.3	3.6	6.8	3.3	3.6	6.8
Updating the exemption range value of the monthly income tax	-3.2	-5.9	-6.3	-3.2	-5.9	-6.3
Multinationals Taxation Review regarding transfer pricing	-	70.0	70.0	-	20.0	26.2
Total	136.8	251.8	257.8	65.0	90.7	131.3
% of GDP	1.3%	2.2%	2.4%	0.6%	0.8%	1.2%

Source: IFI, Finance Minister

* (BRL billion adjusted by the change in nominal GDP)

** According to the IFI Fiscal Follow-up Report of June 2023, there are uncertainties regarding the materialization of tax collections, especially the Collection of IRPJ and CSLL on tax benefits under ICMS and transfer pricing.

⁶⁷ PIS/PASEP - Social Integration Program (*Programa de Integração Social*).

⁶⁸ COFINS - Contribution for Social Security Financing (*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*)



ANNEX 7: BRAZIL DEBT SUSTAINABILITY ANALYSIS

The medium-term fiscal consolidation is expected to stabilize debt slightly below 80 percent of GDP up to the end of this decade. Public debt declined from a historic peak of 87 percent of GDP in 2020 to 73 percent in 2022 due to the recovery from the pandemic-induced recession, high commodity export prices, and diminishing emergency fiscal stimulus. However, public debt is expected to increase to peak at 76.3 percent by 2024, 6.3 percentage points above the indicative threshold for emerging countries of 70 percent, due to higher social and capital expenditure commitments by the new administration and more onerous refinancing costs. After that, however, debt is expected to decline 69.4 percent in the second half of this decade due to a medium-term consolidation effort to prevent an unsustainable increase in public debt.

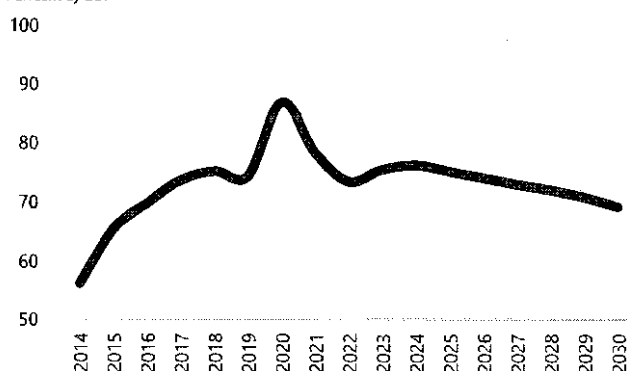
This fragile debt sustainability is vulnerable to most downside risks set by the standardized stress tests. A drop of 2.9 percentage points in GDP growth between 2024 and 2025, the standard deviation between 2012 and 2022, would lead to a sharp increase in public debt to slightly above 80 percent of GDP by the end of this decade, 11 percentage points higher than the baseline scenario. This scenario also assumes that every percentage point of less economic growth reduces inflation by 0.25 basis points and increased the real interest rate by 0.25 basis points. An accumulated deterioration in the primary balance of about 3.1 percentage points of GDP between 2024 and 2025 would increase debt to 73 percent by the end of the decade, 3.6 percentage points above the base case scenario. This scenario also assumes that every percentage point of GDP of less primary balance increases the interest rate by 0.25 basis points. A permanent increase in the average interest rate of 200 basis points would steadily increase public debt to 76.7 percent in 2030. Finally, if all these shocks affect the economy simultaneously, public debt would steadily increase to 103 percent of GDP by 2030, 33 percentage points higher than the baseline.

Although public debt is high and would only stabilize in the medium term, moderate country risk and low external debt would ease its management. The debt and the financing need to GDP ratios stay above their indicative thresholds for emerging countries of 70 percent and 15 percent over the projections period in the base case scenario and all standardized tests. However, the country's risk is under control, remaining at around 211 basis points in the last three months until September 2023. Additionally, while the indexation of a significant part of public debt to inflation and the monetary policy interest rate exposes it to macroeconomic volatility, public debt exposure to exchange risk is low, as external and foreign-currency-denominated debt accounts for a tiny part of total debt.

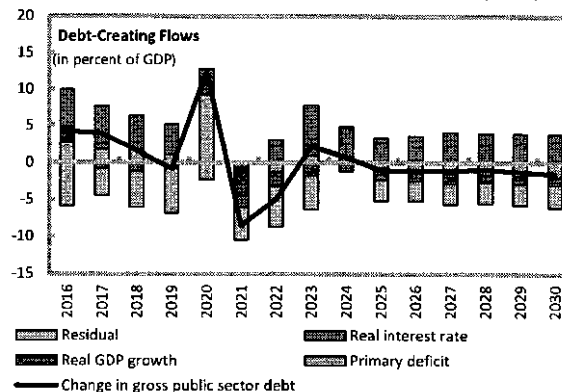
Figure 1: Public Debt Sustainability Analysis, Macro-Fiscal Stress Tests

Debt would stabilize in the second half of this decade...

Debt to GDP ratio under the base case scenario
Percent of GDP



... on the back of economic growth and primary surpluses.

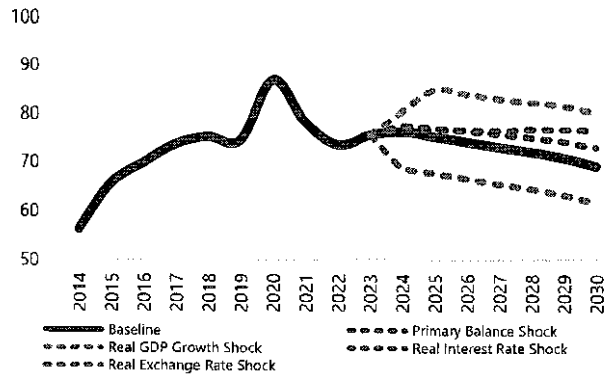




However, this pattern is vulnerable to downside risks, ...

Debt to GDP ratio under the standardized stress tests

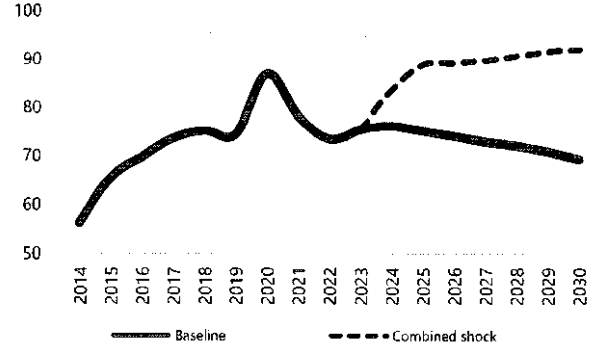
Percent of GDP



... in particular to the standardized combined stress test.

Debt to GDP ratio under the combined stress tests

Percent of GDP



However, debt management is eased by moderate low country risk and low external debt.

Public DSA Assessment: Heat Map

Debt level ^{1/}

Gross financing needs ^{2/}

Debt profile ^{3/}

Market Perception	External Financing Requirements	Debt Profile		
		Change in Debt State of Short Term Debt	Public Debt to GDP Ratio Recently Non- Resident	Foreign Currency Debt

Source: World Bank staff.



ANNEX 8: INTERGOVERNMENTAL FISCAL ARRANGEMENTS IN BRAZIL

Brazil is a highly decentralized federation, with subnational governments being responsible for the delivery of most public services. The Brazilian Constitution gives State and municipal governments substantive fiscal autonomy and large spending responsibilities. Municipalities provide primary education and health care, and States fund most secondary schools and hospitals. Public universities are mostly federal, but many States also maintain public universities of their own. States are the primary providers of policing and public security. State and municipal governments are also in charge of building and maintaining local and regional infrastructure and delivering social protection programs.

States and municipalities also raise significant tax revenues of their own. The Brazilian Constitution assigns taxation powers to different levels of government. Brazil's largest tax by revenue, the ICMS (*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*), is an indirect tax levied by States on goods and selected services (intermunicipal transport and communication). The States also tax motor vehicles (IPVA), and inheritances and donations (ITCMD). Municipalities levy a service tax (ISS) on services not covered by the ICMS, and tax urban properties (IPTU) and real estate transactions (ITBI). State and local governments have full autonomy to define their tax bases and rates. States also share 25 percent of the ICMS and 50 percent of the IPVA with municipalities.

To provide public services, subnational governments receive intergovernmental transfers. The federal government shares its tax revenues with States and municipalities through two general-purpose unconditional transfer funds, respectively the FPE (*Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal*) and the FPM (*Fundo de Participação dos Municípios*). These are constitutionally mandated, and their allocation is based on demographic factors, with less developed States and municipalities receiving higher per capita allocations. As a result, these funds are the predominant source of revenue for poorer States, and poor rural municipalities. The federal government also provides specific transfers for education (FUNDEB) and health care (SUS), as well as capital transfers for specific programs.

Fiscal rules for subnational governments are enshrined in the 2000 Fiscal Responsibility Law (LRF—*Lei de Responsabilidade Fiscal*). With a view to reducing moral hazards in intergovernmental fiscal relations, the LRF explicitly prohibits debt refinancing operations between different levels of government. Complementary Senate resolutions also prohibit subnational borrowing if certain fiscal thresholds are not respected. The recent subnational fiscal crisis made it evident that the LRF and State-federal fiscal adjustment programs (PAFs) need strengthening. In response, the federal government approved: (i) a Fiscal Recuperation Regime for bankrupt States (LC 159/2017); and (ii) debt amortization extensions for States facing liquidity problems (LC 156/2016), conditional on fiscal adjustment measures. Following the tendency of improvement of the intergovernmental fiscal relations, Congress modified and approved fiscal rules to support fiscal adjustment at subnational governments (LC 178/2021). The main innovations of this law are: (i) the improvement of the FRR by changing LC 159/2017; (ii) creation of the Fiscal Equilibrium Plan (FEP), which was designed to support the adjustment of subnational governments with limited debt, but that were facing liquidity problems; (iii) clarified the definition of some limits of the Fiscal Responsibility Law, such as the one for personnel spending.

Subnational governments' borrowing capacity is tightly regulated, and states and municipalities cannot issue debt securities. Much of the stock of subnational debt is in the form of long-maturity debt with the federal government as part of a 1997 bailout and is governed by State-federal fiscal adjustment programs (PAFs). Since 2016, the repayment conditions for these loans have been restructured, lowering near-term payments required from states. Subnational governments also have significant debts with public banks (BNDES, Banco do Brasil, and CEF), multilateral lenders (mostly IBRD and IADB), bilateral development partners, and, occasionally, commercial banks. The federal government's system for authorizing federally guaranteed subnational debts (CAPAG) was reviewed in 2017, with technical assistance from the World Bank, limiting federal discretion and requiring adequate fiscal space (measured by the current savings rate) from subnational governments to qualify for federal guarantees.



States and municipalities cannot issue debt securities directly, they require federal guarantees. The creditworthiness scoring system (CAPAG) is conducted by the Federal Treasury (STN) for federally guaranteed subnational borrowing. The STN assesses three different indicators: (i) indebtedness; (ii) current savings; and (iii) liquidity. Depending on the combination of the evaluation of these indicators, each subnational government will receive a score between A and D. To have borrowing access with federal guarantees, the SNG must have a CAPAG A or B score (those are the creditworthy SNGs).



ANNEX 9: DPF PRIOR ACTIONS AND ANALYTICAL UNDERPINNINGS

Table 6: DPF Prior Actions and Analytical Underpinnings

Prior Actions	Analytical Underpinnings
Pillar 1: To improve efficiency in public resource management	
PA#1	World Bank. Reference Guide for Climate-Smart Public Investment, 2022. https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/38390 The report assesses the current PIM adaption and mitigation measures adopted in different degrees of maturity throughout the world, including preparation, appraisal, and project execution potential activities with CCB.
	Ministério da Economia. Estruturação de Propostas de Investimentos em Infraestrutura – Modelo de Cinco Dimensões, 2022. https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/choque-de-investimento-privado/modelo-de-cinco-dimensoes/guia-modelo-de-cinco-dimensoes.pdf/view
	The framework encompasses the adaptation of the UK PIM methodology to the Brazilian Federal Government, detailing the project cycle and toolkits that can be adapted to subnational entities.
	Ministério da Economia. Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade. Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura. Guia Geral de análise socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura, 2021. https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/guia-geral-de-analise-socioeconomica-de-custo-beneficio.pdf
PA#2	The cited reports proved valuable in facilitating the intuitive and visually coherent organization of key points pertaining to climate smart PIM. It also played a pivotal role in aiding the adaptation of international best practices to the specific context of subnational governments in Brazil, considering their attributions and limited budget flexibility.
	IMF. Unlocking Public Wealth, 2018. https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2018/03/detterhttps://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2018/03/eter
	The publication illustrates the guidance for an updated asset map, including the stages of mapping, cataloguing, and effectively registering real estate assets, as reflected in Ceará new legal framework.
	World Bank. Case Study – FONSIS: Pursuing a Tripple Bottom Line of Economic Impact, Financial Returns, and Private Capital Mobilization https://elibrary.worldbank.org/doi/10.1596/978-1-4648-1870-7_ch9https://elibrary.worldbank.org/doi/10.1596/978-1-4648-1870-7_ch9
PA#3	The case study helped the State to enhance CearaPar mandate, by describing a step-by-step process to strategically turn real estate assets into increased State's revenue.
	World Bank. Real Estate Registration Project – Additional Financing (P169463). The referenced project was very significant in informing the provisions specified in the State decree. It also contributed to the validation of the outlined State's asset management strategy, as well as its dissemination among other subnational governments.
	World Bank. National Internal Control Assessment based on COSO and IA-CM, 2020. https://documentsinternal.worldbank.org/search/33253600
	The report assesses the current internal control capacities and arrangements in place thought out Brazil, based on compliance with international accounting and auditing standards, to set a Baseline and identify specific action plans reforms for each of the state and municipalities participating, including potential political, social, and economic factors associated to an effective internal control system.



The Institute of Internal Auditors. The IIA's three-line model an update of the three lines of Defense. <https://www.theiia.org/globalassets/documents/resources/the-iias-three-lines-model-an-update-of-the-three-lines-of-defense-july-2020/three-lines-model-updated-english.pdf> and Leveraging COSO across the three lines of Defense. <https://riskcue.id/uploads/ebook/20211013105542-2021-10-13ebook105459.pdf>

The references help the state to enhance their overall governance structures by providing guidance on how to articulate and assign specific roles and responsibilities regarding internal control by relating the COSO Internal Control — Integrated Framework1 to the Three Lines of Defense.

Pillar 2: Strengthening the enabling environment to scale up clean energy production

International Energy Agency. Net Zero by 2050 – A Roadmap for the Global Energy Sector.

https://iea.blob.core.windows.net/assets/deebef5d-0c34-4539-9d0c-10b13d840027/NetZeroBy2050-ARoadmapfortheGlobalEnergySector_CORR.pdf

This report provides analytical evidence and guidance about the urgency and challenges for decarbonizing the energy sector, including the transition from fossil fuels to renewable energy.

PA#4 Center for American progress. The Pathway to Industrial Decarbonization. <https://www.americanprogress.org/article/the-pathway-to-industrial-decarbonization/>

This report serves as a reference for the urgent need to develop and energy balance and GHG emissions in the CIPP in order the State of Ceará to meet its decarbonization goals.

These reports provide analytical evidence to support a just transition away from fossil fuels towards cleaner fuels.

Brazil CCDD: Brazil - Country Climate and Development Report (English). Washington, D.C.: World Bank Group. This report provides evidence of the unique economic benefits that Brazil can reap by decarbonizing its energy sector.

World Resources Institute. How Community Solar Can Benefit Low- and Moderate-Income Customers, 2022.

<https://www.wri.org/insights/community-solar-low-income-customers>

Using Distributable Renewable Energy to Create a Just Energy Transition: <https://www.esi-africa.com/energy-efficiency/using-distributed-renewable-energy-to-create-a-just-energy-transition/>

PA#5 These two reports serve as a reference to the State in the designing of the Renda do Sol program to bring the benefits of the State's abundant renewable energy resource to its low income and vulnerable citizens.

How Distributed Energy Resources Can Improve Resilience in Public Buildings:

<https://www.energy.gov/sites/prod/files/2019/09/f66/distributed-energy-resilience-public-buildings.pdf>

This report serves as a reference to the State in the designing the DG systems on its public buildings.

Enabling Framework for Renewables: https://energy.ec.europa.eu/topics/renewable-energy/enabling-framework-renewables_en

This report demonstrates the importance of streamlined permitting in the overall enabling environment for scaling up of renewable energy.

PA#6 World Economic Forum. Speeding up renewable energy – bottlenecks and how you resolve them.

<https://www.weforum.org/agenda/2023/01/speeding-up-sustainable-energy-bottlenecks-and-how-you-resolve-them-davos2023/>

This paper provides lessons learned from Europe and India on effectively streamlining permitting processes for renewable energy to enable the scale-up required to meet global decarbonization objectives.

World Bank. 2022. Building a Responsive and Resilient Vocational Education and Training System in Benin. Washington, DC.

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/b1e9fe6d-ca8f-53da-8e00-ab1b80207802> License: CC BY 3.0 IGO

PA#7 The policy note provides a broader analysis on TVET global trends, including technological advances, climate change, structural challenges, and gender inequality based on Benin TEVT system example. The policy note provides key recommendations on how to design TVET reform considering governance, financing, and quality assurance factors.

Hallegatte, Stephane; Rentschler, Jun; Rozenberg, Julie. 2019. Lifelines: The Resilient Infrastructure Opportunity. Sustainable Infrastructure. Washington, DC: World Bank. © World Bank.

PA#8 <https://documents1.worldbank.org/curated/en/111181560974989791/pdf/Lifelines-The-Resilient-Infrastructure-Opportunity.pdf>



The report provides a broader analysis on the design and improvement of school environments to support learning recovery and acceleration and aims at increasing resilience to future crises and climate change impacts, including information on disaster risk and climate vulnerability. The report also provides recommendations on support green, climate-resilient, inclusive, and safe school interventions with the construction of energy-efficient solutions, access to water supply and waste management systems. Alfaro, P., Evans, D. & Holland, P. (2015). Extending the School Day in Latin America and the Caribbean. Policy Research Working Paper; Washington DC: World Bank. <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-7309>

The paper reviews 15 studies measuring the effects of longer school days examines and provides one detailed case study and cost-effectiveness exercise (for Uruguay) and provides an evidence-based discussion of the implications for policy makers and practitioners considering an extension of the school day.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1C4515C8C1494823A678EF077017F686

Status: Concluído

Assunto: FYI - BRAZIL - Ceará Sustainable DPF - Minutes of Negotiations have been sent for signing

Envelope fonte:

Documentar páginas: 72

Assinaturas: 5

Páginas de documento complementar: 19

Rubrica: 0

Certificar páginas: 7

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Desativado

Fuso horário: (UTC-05:00) Hora do Leste (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

The World Bank

1818 H Street NW

Washington, DC 20433

esignaturelegle@worldbank.org

Endereço IP: 134.238.232.112

Rastreamento de registros

Status: Original

23/02/2024 15:21:55

Portador: The World Bank

esignaturelegle@worldbank.org

Local: DocuSign

Status do dispositivo de segurança: Conectado

Conjunto: Security Pool

Eventos do signatário

Fabiani Fadel Borin

fabiani.borin@pgfn.gov.br

Attorney of the National Treasury

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Assinatura

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.235.174.30

Registro de hora e data

Enviado: 23/02/2024 15:22:00

Visualizado: 24/02/2024 16:56:36

Assinado: 24/02/2024 16:57:50

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 13/12/2021 09:50:13

ID: 4473e987-5f57-4489-b25b-d129f7833a32

Nome da empresa: The World Bank

Tiago da Fonte Didier Sousa

tiago-didier.sousa@tesouro.gov.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)



Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.61.241.5

Enviado: 23/02/2024 15:22:00

Visualizado: 23/02/2024 15:33:55

Assinado: 23/02/2024 15:34:02

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/03/2022 04:07:18

ID: 4a87132a-8769-45e6-8d71-3196d2eedf2f

Nome da empresa: The World Bank

Viviane Vecchi Mendes Müller

viviane.mendes@planejamento.gov.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 177.174.219.234

Assinado com o uso do celular

Enviado: 23/02/2024 15:22:00

Visualizado: 23/02/2024 15:38:21

Assinado: 23/02/2024 15:38:51

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 23/02/2024 15:38:21

ID: 5abfc033-ae2b-4f9f-b75b-0b1615ce8b6f

Nome da empresa: The World Bank

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Márcio Cardeal Queiroz da Silva
marcio.queiroz@sefaz.ce.gov.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Enviado: 23/02/2024 15:21:59
Visualizado: 26/02/2024 06:00:36
Assinado: 26/02/2024 06:02:07

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 189.90.165.133

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 26/02/2024 06:00:36
ID: dac22d98-dba8-410c-b193-016eb49d1284
Nome da empresa: The World Bank

Fabiano Silvio Colbano
fcolbano@worldbank.org
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Fabiano Silvio Colbano

Enviado: 23/02/2024 15:21:59
Visualizado: 23/02/2024 15:29:02
Assinado: 23/02/2024 15:37:18

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 134.238.232.112

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 23/02/2024 15:29:02
ID: f2ea8564-9a11-4df8-8666-9f2ab4dc6a38
Nome da empresa: The World Bank

Maira Oliveira Gomes Dos Santos
moliveiragomes@worldbank.org
The World Bank
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Concluído

Enviado: 26/02/2024 06:02:10
Visualizado: 26/02/2024 09:57:35
Assinado: 26/02/2024 09:57:51

Usando endereço IP: 189.0.149.168
Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Maira Oliveira Gomes Dos Santos
moliveiragomes@worldbank.org
The World Bank
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Copiado

Enviado: 23/02/2024 15:21:55
Visualizado: 23/02/2024 15:21:55
Assinado: 23/02/2024 15:21:55

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

COFLEX
coflex@economia.gov.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Copiado

Enviado: 23/02/2024 15:21:57
Visualizado: 23/02/2024 15:31:45

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Juliana Neves Soares Brescianini jbrescianini@worldbank.org The World Bank World Bank Group Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:57
PGFN - Apoio apoiocof.df.pgfn@pgfn.gov.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:58
Tania Lettieri tlettieri@worldbank.org Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:58
Ticiania Gentil ticiania.gentil@seplag.ce.gov.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:56 Visualizado: 26/02/2024 06:45:03
Diogo Tavares dtavares@worldbank.org Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:56
Megan Meyer mmeyer1@worldbank.org Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 16/06/2021 17:48:22 ID: dad39a3e-5602-44ad-9e4e-572be0fa75ee Nome da empresa: The World Bank	Copiado	Enviado: 23/02/2024 15:21:56
OFFICIAL DOCUMENTS odesk@worldbank.org The World Bank Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional), Entrar com SSO Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 26/02/2024 09:57:54 Visualizado: 26/02/2024 11:02:34
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23/02/2024 15:21:58
Entrega certificada	Segurança verificada	26/02/2024 09:57:35

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Assinatura concluída	Segurança verificada	26/02/2024 09:57:51
Concluído	Segurança verificada	26/02/2024 09:57:54

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

Electronic Disclosure Statement And Consent for E-Signature with a Relevant World Bank Group Organization [1]

1.0 Acknowledgement of Independent Vendor:

A relevant “World Bank Group Organization” means any of the following international organizations established by treaty among its member countries: International Bank for Reconstruction and Development (“IBRD”), International Development Association (“IDA”), International Finance Corporation (“IFC”), Multilateral Investment Guarantee Agency (“MIGA”), and International Centre for Settlement of Investment Disputes (“ICSID”).

By checking the ‘I agree’ box below in this Electronic Disclosure Statement and Consent for E-Signature (“Disclosure Statement and Consent”), you agree and understand that: (1) the e-signature service (the “Service”) is not owned or operated by any of the relevant World Bank Group Organizations in any way. Instead, the Service is owned, operated and maintained by an independent vendor; and (2) no relevant World Bank Group Organization is responsible or liable for the services provided by the independent vendor.

2.0 Agreement to Terms of Service and Privacy Policy:

When using the Service, you agree and understand that the Service’s Terms of Service, including the Service Privacy Policy, will govern your use of e-signature.

3.0 Limitation of Liability:

You agree and understand that your use of the Service with a relevant World Bank Group Organization is at your own risk.

You agree and understand that the relevant World Bank Group Organization expressly disclaims all warranties of any kind related to the site, the services and the materials, whether express or implied, including, but not limited to: (1) the implied warranties of merchantability; (2) fitness for a particular purpose; and (3) non-infringement. You agree to be solely responsible for any damage to your computer system or loss of data that results from use of the Service.

In no event will the relevant World Bank Group Organization or its licensors, business partners, contractors, collaborators, partners, agents, employees or the like be liable for any indirect, consequential, incidental, collateral, exemplary, punitive, reliance or special damages (including, without limitation, business interruption or loss of goodwill, data, revenue or profits), even if advised or made aware of the possibility of any such losses or damages and regardless of

whether the claim is based on contract, tort (including negligence, strict liability and willful and/or intentional conduct), warranty, indemnity or other theory of liability.

4.0 Remedies and No Warranty:

The relevant World Bank Group Organization makes no warranty that: (1) the Service will meet your requirements; (2) the Service will be uninterrupted, timely, secure or error-free; (3) any results or outcomes from the use of the service will be accurate or reliable; (4) the quality of the Service will meet your expectations; or (5) the Service, or its servers, or communications sent from the any of the relevant World Bank Group Organizations, will be free of viruses or other harmful elements.

You agree and understand that your sole course of action and exclusive remedy for any losses or damages incurred or suffered by you as a result of your use of the Service shall be to terminate your Service account and cease using the Service. Under no circumstances will you have any claim against any of the relevant World Bank Group Organizations for any losses or damages whatsoever arising out of or related to your use of the Service.

5.0 Preservation of Immunities.

Nothing in this Disclosure Statement and Consent shall constitute, be construed, or considered to be, a limitation upon or a waiver, renunciation or modification of any immunities, privileges or exemptions of any of the World Bank Group Organizations accorded under its respective Articles of Agreement, international Convention or any applicable law. Such immunities, privileges or exemptions are specifically reserved.

6.0 Additional Terms:

By checking the 'I agree' box below, you agree and confirm that:

- You understand that this Disclosure Statement and Consent governs only e-signature transactions or arrangements with a relevant World Bank Group Organization which may be subject to additional Service terms;
- You can access and read this Disclosure Statement and Consent; and
- You can print on paper the Disclosure Statement and Consent or save or send the same to a place where you can print it for future reference and access.
- With respect to IBRD and IDA, you (a) will always keep your e-mail address updated with the Service and follow instructions provided by the relevant World Bank Group Organization to keep your e-mail address updated with the Service as needed; and (b) understand that the minimum system requirements for using the Service may change

over time. The current system requirements are found
here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>

[1] This Electronic Disclosure Statement and Consent for E-Signature with a relevant World Bank Group Organization is to be used on a specific **transactional basis** and does not in any way or form purport to create an ongoing contractual relationship between the user of the Service, the independent vendor and any of the relevant World Bank Group Organizations.